

MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA:

Estudo de casos múltiplos das Divisões Policiais da PSP de Lisboa

Tiago Costa Torres Gonçalves

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Conhecimento, Educação e Sociedade

Lisboa, setembro de 2020

MODELO DE ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA:

Estudo de casos múltiplos das Divisões Policiais da PSP de Lisboa

Tiago Costa Torres Gonçalves

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Conhecimento, Educação e Sociedade

Lisboa, setembro de 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, na especialização de Conhecimento, Educação e Sociedade, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor e Superintendente da PSP Luís Manuel André Elias e co-orientação da Prof. Doutora Ana Lúcia Teixeira.

*À minha esposa Patrícia e filhos, Tomás e Joana,
que tanto abdicaram para o sucesso deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de investigação constituiu uma oportunidade para poder abordar uma temática que, para além de próxima, pelas funções anteriormente desempenhadas, e envolvente pela identificação pessoal, é de grande atualidade e importância para a Polícia de Segurança Pública (PSP).

Este trabalho consubstancia uma reflexão, com fundamentação científica, que poderá vir a constituir-se como ferramenta de trabalho para contribuir para a definição de um modelo de organização das Equipas do Programa Escola Segura (EPES). Este programa, operacionalizado pela PSP, tem marcado o espectro nacional com o que de melhor se tem feito em termos técnico-policiais na área do Policiamento de Proximidade (PP). Assumidamente uma área de negócio da PSP.

As primeiras palavras de agradecimento destinam-se à minha Família. O meu percurso de vida pessoal e profissional têm sido marcados e abençoados pelo apoio incomparável da minha Família, que encontra na união, solidariedade e amizade uma enorme força para ultrapassar praticamente todos os obstáculos.

Um agradecimento especial à minha esposa e aos meus filhos, Tomás e Joana, que sempre estiveram “à minha beira”. A vós dedico este nosso trabalho.

Em simultâneo, dedico-o também aos meus orientadores. Ao Sr. Superintendente da PSP, Prof. Doutor, Luís Manuel André Elias que, apesar do longo percurso, sempre me apoiou e motivou para finalizar este projecto. As longas conversas de orientação num tema tão carinhoso para a PSP foram fundamentais. À Prof. Doutora Ana Lúcia Teixeira que me deu um forte incentivo quando a vontade estava em decrescendo. Os seus conhecimentos, paciência e palavras de incentivo foram fundamentais para terminar este caminho que foi iniciado há vários anos.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram e tornaram possível a concretização desta dissertação.

A todos, o meu sincero obrigado.

RESUMO

A presente investigação pretende constituir-se como um contributo para um trabalho mais eficaz das Equipas do Programa Escola Segura (EPES) da Polícia de Segurança Pública (PSP) que, procurando adaptar-se às sucessivas mutações sociais, internas e externas, não podem tirar o foco na Comunidade Escolar.

O Programa Escola Segura (PES) desenvolve-se em Portugal desde o ano letivo 1992/93. Foi igualmente na década de 90 que os conceitos de Policiamento de Proximidade começaram a entrar no léxico político e organizacional, iniciando-se uma alteração de paradigma na atuação policial, passando do já prosaico modelo de pendor essencialmente reativo, para um modelo de natureza mais preventiva. O PES é, sem dúvida, o programa de proximidade de referência em Portugal, assumindo-se como uma “marca” de elevado valor e eficiência.

São vários os normativos legais que esteiram e enquadram o PES, todavia, julgamos que o Despacho n.º 20/GDN/2009, de 15 de dezembro, teve uma interferência negativa, uma vez que transferiu as EPES para a dependência administrativa e operacional das Esquadras Territoriais (ET).

Esta investigação estudou dois instrumentos de gestão: os participantes em Atividades Preventivas realizadas pelas EPES, e as ocorrências criminais e não criminais registadas, debruçando-se sobre oito Divisões Policiais do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP. As subunidades da PSP têm as EPES a trabalhar de forma distinta, ora concentradas na DP, ora descentralizadas nas ET.

É na avaliação dos resultados operacionais das EPES, neste enquadramento organizacional diferenciado, que focaremos a nossa análise, visando, pois, um estudo comparativo que nos permita concluir, em definitivo, qual o modelo de integração e dependência, mais adequado e eficaz, das EPES na PSP.

PALAVRAS-CHAVE: Equipas do Programa Escola Segura, Polícia de Segurança Pública, Policiamento de Proximidade, Programa Escola Segura e Segurança Pública.

ABSTRACT

This investigation aims to be a contribution to a more effective work of the Safe School Program Teams (EPES) of the Public Security Police (PSP), which, seeking to adapt to the constant social internal and external changes, cannot take the focus of the School Community.

The Safe School Program (PES) has been developing in Portugal since the 1992/93 school year. It was also in the 1990s that the concepts Community Policing began to enter the political and organizational lexicon, initiating a paradigm change in police action, moving from the already prosaic model of essentially reactive taper, to a more preventive model. The Safe School Program is undoubtedly the reference community program in Portugal, assuming itself as a high value and effective brand.

There are several legal regulations that follow and frame the PES, however, we believe that Order no. 20/GDN/2009 of December 15, had a negative interference, since it transferred the EPES to the administrative and operational dependence of the Territorial Stations.

This investigation studied two management tools: participants in Preventive Activities carried out by the EPES and the criminal and non-criminal occurrences recorded, focusing on eight Police Division of the Metropolitan Police Command of Lisbon. These PSP subunits have the EPES working differently, sometimes concentrated in the Police Division or decentralized in Territorial Stations.

It is the evaluation of the operational results of the EPES, in this differentiated organizational framework, that we will focus our analysis, aiming, therefore, a comparative study that allows us to conclude, definitively, which model of integration and dependence, more appropriate and effective, of the EPES in the PSP.

KEYWORDS: Community Policing, EPES, Public Safety, Public Security Police, Safe School program.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM PORTUGAL	8
1.1. Modelos de Policiamento	8
1.1.1. Modelo Profissional de Polícia.....	9
1.1.2. Modelo de Policiamento Comunitário e de Proximidade.....	14
1.1.2.1. Policiamento Comunitário.....	15
1.1.2.2. Policiamento de Proximidade.....	18
1.1.2.3. Policiamento de Proximidade <i>versus</i> Policiamento Comunitário	19
1.2. Policiamento de Proximidade em Portugal	22
1.3. O Policiamento de Proximidade na perspetiva política	28
1.4. Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade.....	36
1.4.1. Delinquência Juvenil.....	39
1.4.2. Equipas do Programa Escola Segura.....	44
1.4.3. Organização das Unidades Territoriais da PSP - organização e competências.....	48
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	52
2.1. Delineamento	52
2.2. Caracterização do corpus	53
2.3. Fontes.....	53
2.4. Procedimento	56
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS.....	57
3.1. Introdução.....	57
3.2. Estudo de caso 1: 1ª Divisão Policial	
3.2.1. Caracterização da 1DP e das EPES	58
3.2.2. Atividade Proativa das EPES	61
3.3. Estudo de caso 2: 3ª Divisão Policial	
3.3.1. Caracterização da 3DP e das EPES	64
3.3.1. Atividade Proativa das EPES	68
3.4. Estudo de caso 3: 4ª Divisão Policial	
3.4.1. Caracterização da DP e das EPES	71
3.4.2. Atividade Proativa das EPES	73
3.5. Estudo de caso 4: Divisão Policial de Oeiras	
3.5.1. Caracterização da DP e das EPES	76
3.5.2. Atividade Proativa das EPES	78

3.6. Estudo de caso 5: Divisão Policial de Cascais	
3.6.1. Caracterização da DP e das EPES	80
3.6.2. Atividade Proativa das EPES	82
3.7. Estudo de caso 6: Divisão Policial de Sintra	
3.7.1. Caracterização da DP e das EPES	85
3.7.2. Atividade Proativa das EPES	87
3.8. Estudo de caso 7: Divisão Policial da Amadora	
3.8.1. Caracterização da DP e das EPES	90
3.8.2. Atividade Proativa das EPES	92
3.9. Estudo de caso 8: Divisão Policial de Loures	
3.9.1. Caracterização da DP e das EPES	95
3.9.2. Atividade Proativa das EPES	97
3.10. Análise e discussão de Resultados.....	100
3.10.1. Análise de Resultados por Divisão Policial	100
3.10.2. Análise de Resultados por Modelo de Organização	106
CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES	112
BIBLIOGRAFIA	116
LISTA DE FIGURAS	124
LISTA DE GRÁFICOS	125
LISTA DE TABELAS	127

LISTA DE ABREVIATURAS

1DP	1. ^a Divisão Policial
3DP	3. ^a Divisão Policial
4DP	4. ^a Divisão Policial
AI	Área de Intervenção
CE	Comunidade Escolar
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
DP	Divisão Policial
DPA	Divisão Policial da Amadora
DPC	Divisão Policial de Cascais
DPL	Divisão Policial de Loures
DPO	Divisão Policial de Oeiras
DPS	Divisão Policial de Sintra
EE	Estabelecimento de Ensino
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
ET	Esquadra Territorial
GNR	Guarda Nacional Republica
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
NO/COMETLIS	Núcleo de Operações do Comando Metropolitano de Lisboa
PC	Policiamento Comunitário
PCP	Partido Comunista Português
PES	Programa Escola Segura

PP	Policiamento de Proximidade
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, que se caracterizam pela sua complexidade, a prevenção da criminalidade assume-se, cada vez mais, como um fator fundamental para a manutenção do espaço de liberdade e desenvolvimento dos cidadãos, bem como uma necessidade essencial para a preservação das Instituições.

As teorias criminais fazem referência à prevenção da criminalidade, onde não basta reprimir o crime, é fundamental antecipá-lo e intervir a montante. A importância da prevenção do crime surge devido ao aumento da criminalidade, mas, essencialmente, à insegurança percebida pela sociedade (Gilling, 1997, Rotman, 1998). O Conselho da União Europeia, em 2009, definiu “Prevenção Criminal” como abrangendo “todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas”¹.

Perante o aumento progressivo e complexidade da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, assim como de outros fatores, colocou-se à Polícia de Segurança Pública (PSP) a necessidade de adotar novas formas de intervenção. Face a esta constante mutação, a PSP, enquanto organização inserida no tecido social, não pode deixar de ir adaptando as suas respostas às necessidades dos cidadãos.

Tendo por base a filosofia de intervenção de Robert Peel (1829), “*The Police are the Public and the Public is the Police*”, a PSP iniciou, no final do século passado, uma reforma na sua filosofia de intervenção. A reforma visou substituir o modelo de policiamento tradicional, de natureza essencialmente reativa, por um modelo de proximidade, de natureza mais preventiva.

Desta forma, a partir da década de 90, Portugal assistiu à criação e proliferação de programas de proximidade dirigidos a grupos muito específicos da população. A título de exemplo, programas dirigidos aos alunos e à segurança das crianças no meio escolar (Programa escola Segura – PES), às pessoas idosas e à sua segurança e

¹Art.º 2º, n.º 2, Decisão do Conselho da União Europeia 2009/902/JAI. (2009). Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade. *Jornal Oficial da União Europeia*, pp.321/44-321/46.

tranquilidade (Programa Idosos em Segurança) e aos comerciantes (Programa Comércio Seguro). Estes programas foram desenvolvidos quer na PSP, quer na Guarda Nacional Republicana (GNR), e permitiram dar os primeiros passos para a implementação de uma verdadeira política de proximidade policial, que veio a consagrar-se somente em 2006, com a Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, da PSP (adiante designado de Diretiva 10), que implementou o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP).

Esta Diretiva tem como premissa uma “natureza transversal, instituindo-se uma lógica de conjunto aos programas especiais e projetos de policiamento de proximidade já implementados, congregando também todos os programas de origem ministerial (Escola Segura, Comércio Seguro e Apoio 65)”². Esta lógica de conjunto dos programas de proximidade

Congrega os projetos que foram implementados de uma forma algo espalhada, numa estratégia global, através do estabelecimento de objetivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais³.

O aperfeiçoamento deste modelo de policiamento, e a “assunção institucional de que o Policiamento de Proximidade se transformou no verdadeiro modelo e estratégia policial da PSP”⁴, fez com que se passasse a designar como Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP). Este Programa foi avaliado pela Universidade Nova de Lisboa em 2006 e em 2007, e os resultados foram muito positivos onde se destacam: “aumento generalizado do sentimento de segurança por parte da população, (...) aumento dos contactos bilaterais [entre a população e os polícias], (...) melhoria da visibilidade” (Lisboa, Dias & Santana, 2007, pp.86-87).

Pela análise dos Programas de diversos partidos políticos e dos Programas dos sucessivos Governos, somos obrigados a concordar com Oliveira, quando afirma que “Pese embora o facto das expressões policiamento de proximidade e policiamento

² Direção Nacional da PSP (2013b). *Relatório de Atividades para 2012*. Lisboa: PSP, p.65.

³ Direção Nacional da PSP (2012). *Relatório de Atividades para 2011*. Lisboa: PSP, p.130.

⁴ Direção Nacional da PSP (2011). *Plano de Atividades para 2012*. Lisboa: PSP, p.68.

comunitário terem entrado no discurso político (...) A ideia não passou, até agora, de um mero slogan político” (2006, p.296), apesar da implementação de programas.

Tendo em conta a implementação da Diretiva 10, foram criadas as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV), que congregaram o Programa Idosos em Segurança, o Programa Comércio Seguro e outros Programas Especiais, e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES). Entretanto, o PES, através das EPES, “continua a ser o [programa de proximidade] mais reconhecido junto da população” (Lisboa et al., 2007, p.12), de maior sucesso e mais consolidado na PSP.

A Escola pode, sem dúvida, constituir-se como um palco de influências positivas e negativas a que crianças e jovens estão sujeitos, espelhando a sociedade, onde os problemas que os afetam são refletidos no ambiente escolar. Os colegas da escola tornam-se, depois da família, no grupo de referência para o jovem, que procura adaptar a sua forma de estar e agir de acordo com o grupo em que se encontra (Sprinthall & Collins, 2008). Face à influência da Escola no processo de socialização do indivíduo, enquanto estrutura socializadora dos jovens, e ambiente de risco para eventuais comportamentos desviantes, importa que a PSP priorize esta área de intervenção.

De entre os diversos diplomas que regulam o funcionamento das EPES, destacam-se as alterações sofridas com as novas normas de atribuição de suplementos de turno aos polícias que delas fazem parte, assim influenciando a matriz de horário que passou a vigorar das 08h às 24h. Esta alteração derivou da entrada em vigor do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 299/2009, de 19 de outubro. Este horário, aparentemente, extravasa claramente as necessidades das EPES, no entanto, visou que estes polícias não fossem prejudicados financeiramente e parece não reduzir substancialmente a eficácia do seu trabalho^{5 6}.

Outro normativo que interferiu com as EPES foi o Despacho n.º 20/GDN/2009⁷ (doravante, Despacho 20), que definiu a organização e competências de todos os órgãos, serviços e subunidades do dispositivo operacional da PSP. O objetivo deste Despacho foi muito ambicioso, procurando uniformizar a orgânica da PSP, nomeadamente:

⁵ Despacho n.º30/GDN/2012. (2012). Períodos de funcionamento e atendimento e RPT nos Comandos Territoriais da PSP. *Ordem de Serviço n.º51-A, de 18 de novembro*.

⁶ Esta alteração mereceria um trabalho de investigação que avaliasse, objectivamente, a influência e eficácia das EPES, no entanto, não cabe no âmbito da presente dissertação de mestrado.

⁷ Despacho n.º20/GDN/2009. (2014). Unidades Territoriais da Polícia de Segurança Pública. *Ordem de Serviço n.º45, I Parte, de 18 de novembro*.

- a) Estruturar, o mais possível, as subunidades policiais de forma coerente com a organização da Direção Nacional da PSP (...) [adotando] uma filosofia macro (...);
- b) Definir os serviços contemplados na área operacional e na área de apoio, em todos os níveis das Unidades Territoriais (à exceção das Esquadras);
- c) Estabelecer, de forma expressa, a existência de “canais técnicos”, complementares dos canais hierárquicos, ligando os diferentes níveis no dispositivo orientados para a mesma área de competências⁸.

Se em relação a alguns serviços da PSP não se verificaram alterações, aparentemente, tal não aconteceu com as EPES.

Antes do Despacho 20, as EPES podiam trabalhar de forma concentrada e depender diretamente do Chefe da Área Operacional (CAO) da Divisão Policial (DP), das Esquadras de Intervenção e Fiscalização Policiais (EIFP), ou então trabalhar de forma descentralizada, dependendo das Esquadras Territoriais (ET). Foram-se adaptando à realidade existente, caso a caso, e tendo em conta as idiossincrasias da área de atuação, da população-alvo e, claro está, das capacidades e recursos humanos e materiais disponíveis. Com o Despacho 20, as EPES passaram a ter de estar dependentes das ET.

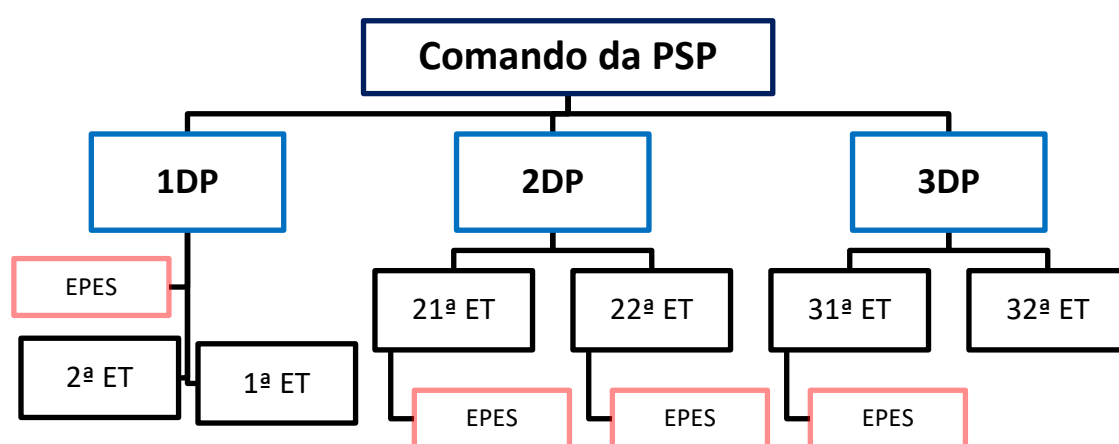


Figura 1: Formas de Organização das EPES
 Fonte: Elaboração própria

⁸ Idem, pp.3-4.

Conforme se observa na Figura 1, podemos encontrar as seguintes formas de organização das EPES:

- EPES a trabalhar de forma descentralizada nas ET: interpretando, de forma literal, que as EPES estão na dependência das ET (situação da 2DP, ver organograma).

- EPES a trabalhar de forma concentrada na DP: interpretação flexível do normativo, admitindo que as EPES possam estar colocadas administrativamente numa ET (situação da 3DP, ver idem). Porém, mantêm a sua dependência funcional do CAO ou do Comandante da EIFP, comando único (situação da 1DP, ver idem);

Releva-se que o funcionamento das EPES de forma descentralizada cria, obrigatoriamente, e no sentido de ter este serviço de proximidade a funcionar durante os períodos letivos, a necessidade de cada ET ter no mínimo 2 EPES, ou seja, 4 Polícias.

Decorridos que estão mais de dez anos desde a aplicação do Despacho 20, com as necessárias implicações num programa com mais de 20 anos, torna-se imperativo a avaliação de uma das normas que mais parece ter influenciado o PES. Esta investigação visa, assim, avaliar se as diferentes formas de organização e dependência funcional das EPES tiveram influência direta, quer na eficácia, quer nos seus resultados operacionais.

Este trabalho de investigação teve como ponto de partida um trabalho realizado pelo autor, em 2016, no âmbito do Curso de Comando e Direção Policial, ministrado no ISCPSI (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna), mas agora com uma abordagem teórica mais aprofundada e um objecto de estudo mais amplo (Gonçalves, 2016).

Neste sentido, a questão de investigação orientadora deste trabalho é:

A aplicação diferenciada do Despacho n.º 20/GDN/2009 interferiu no trabalho preventivo e proactivo das EPES?

A avaliação dos resultados operacionais das EPES, apenas tem sentido se eles forem relacionados com o investimento que a PSP faz em termos de recursos humanos neste Programa de Proximidade. Pretendemos, pois, com a nossa análise, relacionar os resultados operacionais das EPES com o sistema de organização.

A resposta à pergunta de investigação avaliará, tendo por referente o modelo orgânico e funcional das EPES, os seus resultados operacionais. Procurámos, através da

análise das Atividades Preventivas e do registo das ocorrências criminais e não criminais e de proatividade policial, perceber se o modelo de organização das EPES interferiu com a sua eficácia operacional.

Pensamos que o resultado desta avaliação poderá levar a PSP a refletir sobre a necessidade de alterar o Despacho 20, no sentido de melhorar a eficácia das EPES, para tornar este normativo mais flexível.

De notar que num período de poucos recursos, o Estado, e neste caso a PSP, na sua acção deve ter sempre presente uma gestão eficaz e eficiente dos seus recursos, não esquecendo os princípios da gestão económica, para responder às exigências da sociedade. É uma perspectiva mercantilista, típica do sector privado, de olhar a gestão pública, no entanto assume-se como a resposta mais eficaz, para os novos desafios da sociedade. Uma resposta que se caracteriza pela “passagem (...) da gestão do serviço público à gestão segundo princípios de mercado” (Teixeira, Lourenço & Piçarra 2006, p.35).

Em períodos onde as questões financeiras serão cada vez mais relevantes, apenas uma boa gestão dos recursos da PSP irá permitir prestar um serviço que satisfaça as necessidades da população em termos securitários, tendo como desiderato a segurança pública.

A título de exemplo, na PSP, o modelo de policiamento *Just in Time*, evidencia uma clara preocupação com a correta afetação de recursos. O conceito de Segurança *Just-in-time* é considerada “uma estratégia de gestão policial significativamente assente em tecnologia inteligente que alia concentração de meios com a capacidade de os projetar quando, onde e como a situação o exigir, sendo suportada por um estudo sistemático de informações e de operações” afastando o desperdício (Torres, 2012, p.243). Assistimos, desta forma, a uma “mudança de paradigma na segurança pública” (Torres, 2012, p.239) de modo a substituir a lógica de ocupação de terreno que, além de onerosa não é a mais eficaz.

Para além dos elementos pré-textuais, os elementos textuais desta dissertação estão organizados do seguinte modo:

Na Introdução são explanados os objectivos da investigação, a questão central que a enforma e a metodologia de análise que escolhemos, tendo por referente o quadro normativo que lhe subjaz.

No primeiro capítulo, sob o título de Policiamento de Proximidade em Portugal, realizaremos uma abordagem à evolução dos modelos de policiamento que marcaram a história policial. Iniciaremos pelo modelo profissional, ou reativo, para depois evoluirmos para o modelo de proximidade, onde analisaremos com mais detalhe o Policiamento de Proximidade (PP) e o Policiamento Comunitário (PC). Em seguida faremos uma abordagem aos programas dos últimos governos e aos programas de alguns partidos políticos para observar a relevância que os diversos quadrantes políticos atribuem ao modelo de PP, para depois analisarmos o modelo de policiamento de proximidade em Portugal e o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP).

No segundo capítulo apresentaremos a metodologia que esteve na base deste trabalho de investigação, que assentou numa análise quantitativa.

No terceiro capítulo, iniciaremos a componente prática da presente investigação, onde analisaremos de forma detalhada as DP seleccionadas. Primeiramente, em termos demográficos e populacionais, divididos respetivamente por ET, para, em seguida, partirmos para uma análise por Estabelecimento de Ensino (EE) e alunos. Caracterizaremos também as EPES de cada DP, em termos de recursos humanos e materiais. No final deste capítulo analisaremos os resultados do trabalho desenvolvido pelas EPES, agrupados por modelo de organização e depois de forma individual.

O quarto capítulo será dedicado às conclusões da presente investigação.

CAPÍTULO I

POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM PORTUGAL

1.1. Modelos de Policiamento

O desenvolvimento da ação policial é influenciado por diversos fatores, nomeadamente questões políticas e sociais, visto que se situa “na articulação entre o social e o político” (Gomes, 2001, p.17). Se, por um lado, a Polícia tem de cumprir as normas emanadas pelo poder político, por outro, tem de garantir os direitos dos cidadãos, procurando resolver os seus problemas. Neste sentido, Loubt del Bayle (2013, p.170) referem que a importância dos factores políticos variam de Estado para Estado, segundo as suas características históricas e culturais. Embora os modelos policiais possam apresentar semelhanças, eles variam de país para país, sendo que a História da Polícia não se pode separar da História Política.

Gomes (2001) afirma que nos países de matriz anglo saxónica “a polícia nasce da comunidade e pretende servi-la (...) [enquanto nos países europeus] a polícia é uma criação do Estado e está sobretudo ao serviço desse poder” (p.16). Assim, não podemos falar de modelo de policiamento norte-americano, inglês ou francês, mas antes de sistemas de organização policial que resultam da emergência e desenvolvimento dos Estados e das políticas por eles prosseguidas (Oliveira, 2006).

Neste sentido, procuraremos abordar o Modelo Profissional de Polícia, que sobressaiu com mais preponderância nos Estados Unidos da América. De referir que na Europa este era também o modelo vigente, caracterizado essencialmente pela repressão da criminalidade.

Posteriormente analisaremos o modelo de Policiamento de Proximidade (PP), de matriz francófona, e o Policiamento Comunitário (PC) de matriz anglo-saxónica. Amiúde, a proliferação de estudos nesta área relaciona este modelo à Europa, apesar de nos Estados Unidos da América ter-se também desenvolvido.

Assim, partiremos para esta caracterização com base em modelos de policiamento geograficamente definidos, para no fim caracterizar o modelo português.

1.1.1. Modelo Profissional de Polícia

No início do século XX, os políticos norte-americanos e, igualmente, a polícia norte-americana, de uma forma geral, estavam com sérios problemas⁹. As lideranças das forças policiais eram fracas, os índices de corrupção endémicos e a discricionariedade policial era recorrente na aplicação da lei (Trojanowicz & Buquereaux, 1998).

Relativamente às fracas lideranças das forças policiais, podemos afirmar que radicava num problema estrutural, dada a sua forma de gestão e organização. A maioria dos departamentos policiais era dirigida por *police boards*, que, de certa forma, faziam o governo local e a supervisão da força policial. Este comité não tinha nenhum líder ou um chefe que pudesse fazer sentir a sua autoridade em todo o departamento policial. A tomada de consciência dos prejuízos resultantes desta realidade conduziu a um esforço no sentido de procurar atribuir a liderança de cada departamento a um único indivíduo, pelo que, em 1921, "apenas 14 das 52 cidades norte-americanas com uma população superior a 100 000 habitantes ainda eram dirigidas por comités policiais" (Trojanowicz & Bucquereaux, 1998, p.40). Todavia, esta remodelação não surtiu os efeitos desejados, uma vez que a maioria dos novos líderes policiais não possuía qualquer experiência de cariz policial e era notória a sua permeabilidade à manipulação política. Desta forma, assistiu-se a lideranças efémeras e sucessivas. Refira-se, a título de exemplo, que em Nova Iorque, entre os primeiros dirigentes policiais, contavam-se oficiais do exército, jornalistas, advogados e políticos, e em Filadélfia o cargo chegou a ser ocupado por um fabricante de rebuçados (Trojanowicz & Buquereaux, 1998). Por outro lado, o desempenho da função do líder policial revestia-se de grande dificuldade, pois o acentuado controlo legal transformava-o num mero autómato da lei, inviabilizando qualquer inovação pretendida por este.

Uma das entidades que mais ajudou na proliferação da corrupção no seio da comunidade policial norte-americana foi, sem dúvida, a máfia, que, procurando continuar a prática das suas atividades ilícitas, tentava fugir ao controlo da ação policial (Skolnick & Fyfe, 1993). A “Lei Seca”, que proibia o fabrico, transporte e venda de bebidas alcoólicas potenciou ainda mais a corrupção no seio da Polícia (Wickersham,

⁹ Na Europa, a situação da corrupção assumia também níveis semelhantes. No início do século XX, o Chefe de Polícia de Constable, em Inglaterra, e o assistente do Diretor da Polícia de Kiel, Alemanha, foram demitidos por queixas de desonestidade. Em 1914, o Diretor da Polícia de Colónia foi demitido por difamação. Em 1933, em França, 12 polícias foram demitidos por alteração de provas em processos-crime. Em Berlim, 3 polícias foram detidos por chantagem sobre prostitutas (Fosdick, 2015).

1931). Em relação à corrupção endémica no seio dos departamentos policiais norte-americanos, temos de ter presente o clima social e económico vivido nesse período, pautado pela recessão económica.

Como podemos observar na Figura 2, através da corrupção, a máfia controlava, inclusivamente, o Presidente da Câmara, entidade responsável pelas Polícias. Procurando abarcar ainda mais a sua esfera de influência e controlo, a máfia impunha-se também no seio dos sindicatos de trabalhadores que, influenciando o povo eleitor, elegia os representantes para os cargos políticos. Desta forma, com tamanha subjugação ao poder da máfia, a aplicação da lei era uma tarefa difícil (Trojanowicz & Bucqueroux, 1998).

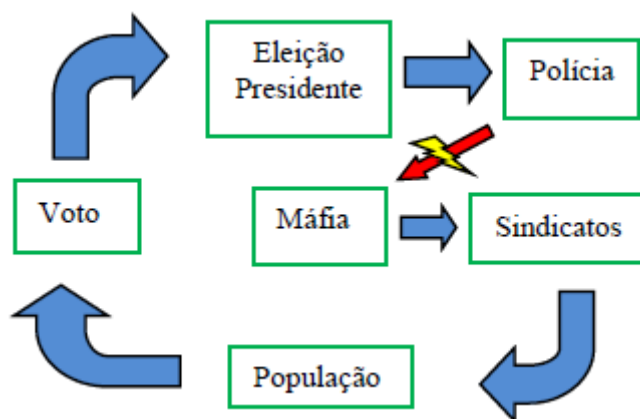


Figura 2: Troca de influências nos EUA, antes do Modelo Profissional de Polícia

Fonte: “Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP”, N. Lopes, 2013, p.14.

A intervenção da polícia era, essencialmente, caracterizada pela imposição da força, forma como controlava os tumultos industriais e raciais. O lema “atira primeiro, pergunta depois” (*shoot first, ask questions later*) estava na base da atuação policial e da aplicação da lei e encontrava-se amplamente difundido no seio dos departamentos policiais americanos, principalmente naqueles que se situavam junto à fronteira ocidental (Fisher-Stewart, 2007).

Aliado a estes problemas, potenciado pelos baixos ordenados dos elementos policiais, a Polícia dos Estados Unidos da América debatia-se também com grandes dificuldades no exercício da sua função de *Law Enforcement*, em virtude dos problemas de liderança já referidos, e da excessiva discricionariedade na aplicação das normas legais por parte dos elementos policiais (Trojanowicz & Bucquereaux, 1998).

Por todas estas razões, a população tinha baixos índices de confiança na Polícia, até porque acreditavam que defendiam, essencialmente, os interesses políticos (Fisher-Stewart, 2007). A má imagem que a Polícia tinha no seio da população levou a que fosse ainda utilizada pelo poder político, principalmente em períodos pré-eleitorais, com a instauração de grandes investigações por corrupção nos departamentos policiais para granjear o apoio dos órgãos de comunicação social e, conseqüentemente, da população (Ferreira, 2001).

Tendo em conta este cenário e a necessidade sentida de reformar as forças policiais para dignificar esta instituição basilar num estado de direito democrático, a 4 de março de 1929, o presidente Herbert Hoover criou a *National Commission on Law Observance and Enforcement*. Esta comissão publicou um relatório em 1931, mais conhecido por *Wickersham Report*¹⁰, no qual condenou a corrupção e a ineficácia reinante na maioria dos departamentos de polícia norte-americanos. Esta comissão propôs a profissionalização da função policial, a remoção da influência política das operações policiais de rotina e a adoção de métodos tecnológicos modernos (Carte, 1972). August Vollmer, membro desta comissão, foi um dos responsáveis que conduziu à reformulação de todo o sistema policial e à sua conseqüente credibilização, assumindo-se como um grande impulsionador e modernizador da Polícia, defendendo o *upgrade* policial através da introdução da tecnologia e da melhoria nos recursos humanos. Refira-se que este Chefe da Polícia de Berkeley teve vários êxitos no departamento policial que chefiava, nomeadamente, a implementação de um sistema de formação.

Assim, como base neste relatório, a resposta à relação promíscua entre a polícia e a política traduziu-se numa reforma do sistema policial, que culminou na apresentação de dez princípios, que visavam a credibilização da polícia, onde se destacam (Trojanowicz & Bucqueroux, 1998):

- Nomeação de responsáveis policiais independentes e competentes, assegurando uma postura neutra no cumprimento da missão;
- Melhoria da formação profissional dos polícias. Refira-se que Vollmer, no Departamento de Berkeley, introduziu um programa de formação profissional em 1908

¹⁰ O presidente da Comissão era, à data do relatório, o ex-Procurador Geral George Wickersham.

e mais tarde encorajou os seus elementos a terem formação na área de administração policial, num curso de verão na Universidade da Califórnia (Carte, 1972);

- Melhoria salarial, procurando reduzir a corrupção endémica no seio dos departamentos policiais;

- Motivação dos elementos policiais para a importância da prevenção criminal, ou seja, da intervenção a montante do ato criminal;

- Valorização do trabalho realizado pelas mulheres polícias nas tarefas relacionadas com a delinquência juvenil e criminalidade contra as mulheres;

- Rentabilização dos meios tecnológicos em prol da atividade policial.

De notar que para Vollmer, o controle do crime era o papel principal de qualquer polícia e apenas seria alcançado com uma melhor organização e técnicas que as que estavam disponíveis para os criminosos (Carte, 1983).

Estavam lançadas as bases para o Modelo Profissional de Polícia, que procurou terminar com a corrupção endémica nos departamentos policiais, definir claramente procedimentos que reduzissem a discricionariedade policial na aplicação das normas e garantir princípios de isenção, profissionalismo, credibilidade e imparcialidade na Polícia norte-americana. Assim, e de forma assumida, “o modelo profissional de polícia surgiu nos Estados Unidos da América como resposta aos problemas de corrupção que advinham das estreitas relações entre a polícia e o mundo da política” (Normandeau & Leighton, in Oliveira, 2006, p.113).

Refira-se, contudo, que este modelo ficou conhecido essencialmente pelo papel primordial que a tecnologia desempenhou no desenvolvimento do trabalho policial. “A mudança para a patrulha motorizada, juntamente com melhorias na comunicação, possibilitou à polícia aumentar muito a sua disponibilidade para responder a pedidos de ajuda, especialmente nas áreas onde anteriormente não eram efectuadas patrulhas a pé” (Goldstein, 1990, p.19). Acreditava-se que o apoio tecnológico permitiria melhorar a rapidez de resposta da polícia aos problemas da comunidade, ajudando a prevenir a criminalidade e a gravidade dos seus danos. Portanto, este fator assumia-se como fulcral para a resolução da maioria dos problemas da Polícia.

O Modelo Profissional de Polícia é, assumidamente, um modelo de intervenção policial reativo porque a intervenção é realizada a jusante do problema e não existe preocupação com a prevenção.

Apesar dos objetivos inicialmente pretendidos com o Modelo Profissional de Polícia, a verdade é que o policiamento apoiado em meios motorizados e de forma aleatória não permitiu a redução objetiva das ocorrências criminais, nem tão pouco o aumento na detenção de criminosos (Skolnick & Bayley, 2006). Para além destes resultados desastrosos face ao esperado, a ênfase excessiva na tecnologia acabou por provocar o distanciamento entre polícia e cidadãos. Esta descrença no Modelo Profissional de Polícia fez com que se realizassem vários estudos para encontrar modelos de policiamento mais eficazes e para que se percebesse as razões do fracasso do modelo instituído.

Avaliar a eficácia do patrulhamento motorizado e aleatório foi o objeto de um dos estudos mais conhecidos – *The Kansas City Preventive Patrol Experiment*. Este estudo, realizado por George Kelling, Tony Pate, Duane Dieckman e Charles Brown (1974) surpreendeu o mundo policial, ao provar que o aumento do policiamento aleatório, auto ou apeado, não produz efeitos substanciais nas taxas criminais e na satisfação do público, nem no sentimento de segurança das comunidades.

Estes resultados colocaram em causa o Modelo Profissional de Polícia. Releva-se que, por aumento do patrulhamento, entende-se um aumento razoável e não de saturação.

Efetivamente, os resultados alcançados pelo Modelo Profissional de Polícia não satisfizeram a população, que observava a pouca eficácia policial na redução da criminalidade e na diminuição do sentimento de insegurança. Neste sentido, a Polícia foi obrigada a repensar a sua forma de atuação, em virtude de ter ficado “demonstrado por todo o mundo ocidental que esta excessiva profissionalização autonomista provocou o distanciamento entre polícia e cidadãos. A polícia concentrou-se em lutar contra os «maus» esquecendo-se de trabalhar proactivamente com os «bons»” (Leitão, 1999, p.4).

1.1.2. Modelo de Policiamento Comunitário e de Proximidade

Como se viu, claramente, a distância entre a população e a Polícia foi um fator de insucesso do Modelo Profissional de Polícia, pelo que era fundamental reduzir esta distância e estreitar laços de confiança para, desta forma, conhecer as causas dos principais problemas que afetavam a população (Goldstein, 1990). Assim, era importante desenvolver um modelo de policiamento mais próximo da comunidade, mais proativo e que investisse seriamente na prevenção do crime. Para Bayley, é “mais do que uma pequena alteração técnica do policiamento. É uma mudança paradigmática na forma de actuação da polícia (...) a mudança mais fundamental na ciência do policiamento, desde o surgimento do profissionalismo policial no início deste século” (1988, p.23). A atividade policial deveria centrar-se não apenas na resposta a qualquer ato criminal, mas essencialmente na prevenção desse mesmo ato criminal.

A importância da prevenção da criminalidade surge face ao aumento dos índices de criminalidade, mas essencialmente face à segurança percebida pela sociedade, o sentimento de segurança.

Para o *National Crime Prevention Institute*, a par de outras definições, a prevenção criminal deve ser compreendida como uma abordagem direta e elegantemente simples que tem o intuito de proteger as potenciais vítimas de crime e o dever de antecipar, reduzir ou eliminar a possibilidade de ocorrer um delito (NCPI, 2001, p.1). A definição formal de prevenção do crime é a antecipação, o reconhecimento e avaliação de um risco de crime e o início de alguma acção para o remover ou reduzir (NCPI, 2001, p.2).

O Conselho da União Europeia define prevenção criminal como abrangendo:

todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas. Inclui o contributo dos Governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, de autoridades locais, e das associações especializadas que eles tiverem criado na Europa, de sectores privados e

voluntários, bem como de investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação. (EU, 2001, p.L.153/2)

Com esta premissa, surge um modelo de policiamento que tem na sua génese a proximidade com a população, visto que, como afirma Elias, “o que incomoda e condiciona o comum dos cidadãos não é tanto o crime organizado, mas antes a pequena criminalidade, ou «criminalidade de massa»” (2000, p. 447). Clemente refere que “o olhar da polícia começa a incidir sobre as causas da delinquência, portanto a chave da resolução da problemática da insegurança situa-se aí e nunca a jusante” (2000, pp.XI-XII).

Apesar de uma base de intervenção comum, próxima e genuinamente preocupada com a população, este modelo de policiamento assume, hoje, duas designações distintas, a de PC e a de PP. Como veremos em seguida, para alguns autores é uma mera diferenciação de vocábulo, enquanto para outros as diferenças são profundas.

1.1.2.1. Policiamento Comunitário

O PC tem na sua génese, como o próprio nome indica, a comunidade, o cidadão, e surgiu na década de 60 do século XX nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. “Alguns autores da literatura americana fazem remontar a génese do policiamento comunitário aos nove princípios com que Robert Peel convenceu, em 1829, o parlamento britânico a criar o *Metropolitan Police* na cidade de Londres” (Leitão, 1999, p.9), onde se destaca o princípio que afirma que “*a Polícia é o público e o público é a Polícia*”. Esta máxima “foi prontamente adoptada pela maior parte dos compêndios contemporâneos escritos pelos defensores da estratégia policial mais discutida do último quartel do século XX” (Leitão, 1999, p.5).

O esforço de aproximação à comunidade deu lugar ao surgimento de diversas iniciativas um pouco por todo o mundo anglo-saxónico, cujos resultados e lições deram início a um novo modelo de policiamento, o PC. Este novo modelo consagra uma grande abrangência na intervenção policial, que abarca não apenas as situações criminais, mas também as situações que possam fazer reduzir o sentimento de segurança, nomeadamente a fraca iluminação nas ruas.

Existem algumas definições de PC, que naturalmente enunciam alguns dos princípios que lhe estão subjacentes. Transcrevemos aqui a definição de Trojanowicz, um dos mais ilustres apologistas do PC:

O Policiamento Comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que promove uma nova parceria entre as pessoas e a sua Polícia. Fundamenta-se na premissa de que a Polícia e a comunidade têm de trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e solucionar problemas contemporâneos como o crime, a droga, o medo do crime, a desordem física e social e o declínio geral do bairro, com o objectivo global de melhorar a qualidade de vida na área. (...) Desafia todos os elementos a descobrir formas de expressar esta nova filosofia no seu trabalho, conciliando a necessidade de manter uma resposta policial imediata e efectiva a incidentes criminais isolados e a emergências, com o fim essencial de explorar novas iniciativas proactivas destinadas à resolução dos problemas antes da sua ocorrência ou escalada. O Policiamento Comunitário assenta na descentralização e personalização do serviço policial, de modo a que os agentes de linha tenham a oportunidade, a liberdade e a missão de se concentrar em dotar a comunidade dos meios necessários para que esta desempenhe uma papel essencial na resolução dos seus próprios problemas, de modo a que todo e qualquer bairro possa tornar-se um local melhor e mais seguro para se viver e trabalhar. (1998, p.6)

Moore afirma que o PC enfatiza “o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e a comunidade para reduzir o crime e acentuar a segurança de modo a associá-lo à transformação das estruturas geográficas descentralizadas que encorajam o estabelecimento de laços mais estreitos com as comunidades locais” (1992, p.99).

Tendo por base esta parceria entre a polícia e a comunidade, Bayley (1998) definiu quatro características fundamentais para o PC:

- 1) Realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução;
- 2) Estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;

3) Mobilização da comunidade para a autoproteção e para a resolução de problemas que geram crimes;

4) Foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção).

Mais recentemente, Gomes enfatiza três das principais características do PC: “considera-se importante contar com a ajuda e envolvimento da população na luta contra o crime e na manutenção da ordem (...), a Polícia deve assumir como função principal prevenir a delinquência (...) fomenta-se um estilo novo de trabalho, mais proactivo, estudioso, informado, verdadeiramente profissional e menos reactivo” (2001, p.42).

Sobre a intervenção da população civil na função securitária do Estado, recordam-se as experiências embrionárias no Reino Unido: o *Team Policing* na Escócia; e o *Unit Beat Policing* em Inglaterra.

O *Team Policing* assentava na criação de equipas, constituídas entre cinco a dez polícias, que, consoante as necessidades específicas, eram enviadas para diferentes locais da cidade. Estas equipas eram responsáveis por todos os serviços de polícia de determinada área. Estas equipas eram ainda apoiadas por patrulhas auto e detetives (Leitão, 2000). Em Inglaterra, outra experiência semelhante adotou a designação de *Unit Beat Policing* que era um conjunto de equipas constituídas exclusivamente por polícias residentes na área da qual eram responsáveis.

Neste modelo de policiamento, a eficácia vê-se na diminuição da criminalidade e das incividades. Cusson define as incividades como:

Conjunto heterogéneo de «peri-delitos» e de sinais de deterioração que assinalam aos transeuntes a presença de um perigo difuso nas ruas, nos parques e noutros lugares públicos: graffiti, vandalismo, edifícios deteriorados, vidros partidos, embriaguez na via pública, grupos de ociosos que gritam obscenidades a quem passa, mendigos sem pudor, consumo ostensivo de droga, prostituição, (...) degradações (2002, p.191).

Sendo uma estratégia nova, baseia-se na noção de que as polícias e os cidadãos devem trabalhar em conjunto para, através de soluções criativas, ajudarem na resolução dos problemas de insegurança da comunidade. Mais do que a repressão da

criminalidade, o grande foco baseava-se na prevenção, procurando descobrir e combater as causas que penalizavam o sentimento de segurança (Gomes, 2001).

1.1.2.2. Policiamento de Proximidade

O conceito de PP surge, pela primeira vez, no discurso político do ministro francês P. Quilès, em 1992, no qual anuncia que

o plano de acção para a segurança (...) contém duas orientações essenciais para o futuro. Primeiro, a ideia de uma polícia próxima dos cidadãos e que possa com essa proximidade adquirir mais reconhecimento e mais legitimidade. Isto corresponde a uma evolução bastante positiva na história da polícia francesa, que sempre encontrou a sua legitimidade na sua proximidade com o Estado e na expressão da força, mais do que na relação com os cidadãos” (in Marques, 1997, p.45).

A palavra ‘proximidade’ significa condição ou estado do que é próximo, contiguidade e vizinhança, pelo que é exatamente nesta proximidade com o cidadão que a polícia deverá exercer a sua atividade.

Oliveira afirma que

a polícia de proximidade pode ser definida como uma estratégia, de natureza essencialmente proactiva, que se apoia no trabalho em parceria e que tem por objetivo, através da presença dos elementos policiais sobre o terreno, obter a responsabilização de todos os atores (formais e informais) nas tarefas da segurança. Pretende ainda, um melhor conhecimento recíproco junto da população, tendo em vista a otimização do trabalho da polícia sobre um determinado território, em termos de eficácia de imagem e de custos (2006, p.116).

Releva-se que o desenvolvimento de grandes aglomerados habitacionais nas cidades, local de maior presença policial, levou “a que cada vez mais as pessoas se isolem e se tornem individualistas, conduzindo ao desgaste das fontes tradicionais da confiança, que se baseavam no grupo” (Lopes, 2013, p.7). Segundo Leitão, “as políticas de proximidade, não só ao nível policial, são especialmente importantes para reforçar

relações perdidas dentro das comunidades ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (1999b, pp.5-6).

Observa-se também, nesta priorização da comunidade por parte da polícia, uma alteração da relação entre o Estado e os cidadãos, em que este passa a primar a sua atividade por um relacionamento mais aberto e orientado para as pessoas.

Este modelo de policiamento, com origens claramente francófonas, disseminou-se, posteriormente, por diversos países europeus, nomeadamente pelos países do sul da Europa. Estes países latinos, reconhecendo o mérito na alteração de paradigma, não quiseram deixar de ter algum controlo nas atividades diárias dos executantes deste modelo, os polícias.

1.1.2.3. Policiamento de Proximidade *versus* Policiamento Comunitário

A acesa discussão sobre a definição destes dois modelos não é levantada apenas por Bolle, que coloca em causa se a “Polícia de Proximidade, Polícia Comunitária, não será tautológico? Não será dizer duas vezes a mesma coisa?” (1998, p.409).

Para alguns autores a diferença é meramente de vocábulo, afirmando que, em determinada altura, a literatura mundial optou por designar por PC todo o tipo de iniciativas que, de alguma forma, faziam uma rutura com o sistema reativo tradicional e procuravam aumentar os laços de confiança entre a polícia e a comunidade. Nos países francófonos, estas estratégias de proximidade adotaram a denominação de PP (Matos, 2000).

Apesar de alguns autores afirmarem que a diferença se baseia em critérios de vocábulo e de ordem geográfica, o trabalho de pesquisa bibliográfica que desenvolvemos, aliado à experiência pessoal na área dos modelos de policiamento, permite-nos concordar com Ferreira (2000), que afirma que os dois modelos partilham princípios comuns, no entanto existe uma barreira que os separa.

Elias distingue claramente estes dois modelos de Policiamento, ao afirmar que o PP é um modelo de policiamento *law enforcement*, “voltado para a prossecução dos fins do Estado, visando essencialmente aplicar a lei, manter e repor a ordem (...) dão ordens, ditam as regras do jogo, definem qual é a lei” [enquanto o PC] “tende a ser facilitador de segurança, um prestador de um serviço de segurança, (...) em função das

necessidades do cidadão, propende mais a um estilo mobilizador, mediador” (2018, p.129).

O PC radica num pedido social para proteção de todos os cidadãos – *policing by consent* (Waddington & Wright, 2008), o que implica o envolvimento direto dos cidadãos na resolução dos problemas. Como exemplos disto, temos a vigilância da vizinhança e os Conselhos Locais de Segurança. Para que a população possa fazer parte desse policiamento tem que ser ‘educada’ nesse sentido (Friedman, 1994). Há uma co-produção da segurança (Fernandes, 2014). Por outro lado, o modelo do PP implica uma aproximação da polícia aos cidadãos, ou seja, o sentido da relação é inverso. Faz-se uma gestão da segurança próxima da população (Oliveira, 2006). É a polícia, enquanto autoridade do Estado, que se dirige às pessoas.

Sintetizando, estes modelos assentam em princípios comuns e apresentam as seguintes características:

- i) Preocupação acrescida em aproximar a polícia da comunidade e estreitar as relações polícia-cidadão;
- ii) Incidência da ação policial sobretudo sobre as causas e não sobre os efeitos dos fenómenos de insegurança (proatividade);
- iii) Envolvimento do cidadão, bem como da própria comunidade, na identificação e resolução dos problemas da comunidade;
- iv) Especial atenção ao combate ao sentimento de insegurança da comunidade;
- v) Associação do conceito de polícia à noção de qualidade de vida das populações, pois a polícia deixa de ter como missão apenas o combate ao crime e passa a ter em atenção outros fenómenos sociais, como as incivildades, que interferem com o sentimento de segurança.

Apesar das características comuns, a forma como os dois modelos de policiamento se encontram implementados na prática é que os distingue. Estas diferenças podem ser enunciadas da seguinte forma:

- No PC existe um maior envolvimento da comunidade na coprodução da segurança da sociedade e “uma forte implicação dos cidadãos nos problemas dos bairros, ao ponto de os cidadãos interpelarem as instituições quando a ordem deixa de ser respeitada” (Fenech, 2001, p.73). Este envolvimento leva também a que todas as

táticas ou estratégias a aplicar estejam diretamente relacionadas com o envolvimento e/ou necessidades da comunidade;

- No PC há uma tendência acentuada para transferir para as comunidades parte da responsabilidade pela própria segurança, como por exemplo no *Neighbourhood Watch System*¹¹, havendo em função disso uma considerável descentralização, enquanto no PP existe ainda uma grande intervenção e interferência ao nível central;

- O PP, na sua vertente preventiva, atribui grande importância à investigação criminal, considerando-a primordial. No modelo de PC a investigação criminal é considerada como uma atividade auxiliar ou complementar (Gomes, 2001);

- O PP, implementado em Polícias de origem francófona, caracteriza-se por uma forte centralização e com as receitas a provir unicamente do Estado. Nas Polícias anglo-saxónicas, onde foi implementado o PC, as receitas são asseguradas pela população local. Esta dependência obriga a criar sinergias reais com a população para obtenção de financiamentos futuros para a instituição (Matos, 2000).

- O PP caracteriza-se por uma intervenção na segurança do topo para a base, sendo que “os programas ou projectos de policiamento de proximidade (...) são desenvolvidos nos gabinetes ministeriais” (Elias, 2018, p.129), enquanto o PC surge da base para o topo, visto que “surge no seio dos departamentos policiais mais descentralizados (...). Estimula a criatividade, a adaptação dos projectos às realidades regional e local, a descentralização da decisão para escalões hierárquicos na base da organização policial e a preocupação com a especificidade dos fenómenos causadores de insegurança” (Elias, 2018, p.129).

A conclusão à qual se chega é que, apesar das diferenças existentes, como refere Bolle, a “concepção comunitária ou de proximidade revela-se conforme à ideia de descentralização ou regionalização da polícia (...) tal como ao desdobramento dos recursos, que permite oferecer serviços mais pormenorizados, mais específicos, em resposta às necessidades da população” (1998, p.413).

¹¹ “Sistema de Vigilância da Vizinhaça”, sistema implementado em alguns países anglo-saxónicos que assenta na vigilância de uma zona habitacional através da vizinhaça, que a qualquer sinal de delito têm contactos privilegiados com a força policial da área.

1.2. Policiamento de Proximidade em Portugal

Até finais do século passado, o modelo de policiamento oficial e assumidamente implementado na PSP era o Modelo Profissional de Polícia, que tinha como base de atuação a reatividade e repressão face à criminalidade. Podemos afirmar que a ação policial assentava, para além de em alguma tecnologia, na força muscular. “A Polícia se distingue, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la” (Bayley, 2006, p.20). De facto, a polícia tem a competência exclusiva para o uso da força física, podendo afetar e condicionar o comportamento do cidadão. A Polícia, representando o Estado estabelece uma relação de dominação com o cidadão, tendo o monopólio legítimo da coacção física para a manutenção das ordenações (Weber, 2004, p.83).

Clemente assume que, “tradicionalmente, a segurança tem sido assegurada, essencialmente, através de um policiamento reativo, entendido este como policiamento que se limitava, essencialmente, a reprimir os comportamentais anti-sociais e pouco mais” (2000, p.5). Assim, o combate à criminalidade era realizado a jusante e nunca a montante do problema, ou seja, numa atuação *post-crimen*. Como vimos, na Europa e nos Estados Unidos da América, ao longo do século XX, este paradigma alterou-se, devendo dizer-se, contudo, que em Portugal esta alteração surgiu apenas no final do século XX.

Na prática, este modelo encontrava-se implementado em todo o dispositivo territorial da PSP através do patrulhamento, auto e apeado, da sua área de responsabilidade. Deste modo, procuravam reprimir os atos delituosos. Acontece, porém, que, por motivos de dispersão geográfica e da impossibilidade objetiva de estar em todos os locais ao mesmo tempo, na maioria das vezes, estes meios policiais chegavam aos locais ou junto das vítimas unicamente após o acontecimento criminal ou delituoso. Naturalmente que esta situação não ajudava a aumentar o sentimento de segurança.

Este Modelo Profissional de Polícia, no final do século passado, começa a mostrar-se insuficiente para uma sociedade cada vez mais exigente e para o novo leque de problemas com que a comunidade e, conseqüentemente, a polícia se debatem.

Objetivamente, o Modelo Profissional de Polícia não era capaz de responder às necessidades da população, pelo que a Polícia sentiu a necessidade de se reaproximar dos cidadãos para conseguir responder eficazmente aos seus verdadeiros problemas.

Não é um simples retorno ao velho *bobby*¹², onde se aplicou a máxima de Robert Peel em que “A polícia é o público e o público é a polícia”, mas antes o repensar de todo o paradigma da intervenção policial. É a “criação de uma Polícia próxima dos cidadãos, retirando-lhe a componente militar e investindo na formação moral, cívica e intelectual” (Elias, 2007, p.470).

Neste modelo de funcionamento, as instituições policiais sofrem profundas alterações, tanto ao nível interno, através do abandono dos “modelos burocráticos e paramilitares, em benefício de um sistema mais adequado à iniciativa e a manutenção da parceria com a população” (Bolle, 1998, p.418), como também ao nível externo, em que “renuncia ao princípio que lhe confere a prioridade, senão mesmo o monopólio, do controlo social. E fá-lo em benefício de uma verdadeira rede de ordem e de segurança” (Bolle, 1998, p.418).

As Forças de Segurança, como parte integrante da sociedade, não se podem alhear às suas constantes mutações, vendo-se confrontadas com a permanente necessidade de adaptar as suas estratégias de funcionamento à dinâmica social. Neste sentido, a PSP viu-se obrigada a alterar o seu paradigma de atuação para conseguir melhorar os níveis de segurança da comunidade.

A atividade policial passou, assim, de um Modelo Profissional de Polícia, eminentemente reativo, para um que assenta na proatividade e na prevenção.

Na década de 90, face aos ventos de mudança que sopravam da Europa e nos Estados Unidos da América, com novos conceitos e metodologias de trabalho nas Polícias, em Portugal, o discurso político alterou-se também de forma significativa, passando a integrar conceitos como proximidade policial, prevenção, sentimento de segurança e modernização. Na Europa, esta alteração nos padrões de atuação policial fez-se sentir nas décadas de 40/50. Portugal foi dos países europeus a ser influenciado mais tarde.

Em 1995, na Cerimónia de Abertura Solene do ano letivo 1995/96, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), o seu Comandante, Superintendente Afonso de Almeida afirmava que:

as principais preocupações que devem nortear a Polícia moderna e

¹² “Polícia de giro inglês, londrino sobretudo, um bom homem, de uniforme, sem armas, encarregado da ordem, da paz e da segurança num bairro concreto, rodeado do respeito e da estima dos habitantes” (Bolle, 1998, p.409).

democrática que queremos edificar são (...) acentuada atenção pelo respeito e protecção dos Direitos e Liberdades Fundamentais dos Cidadãos; desenvolvimento acrescido da segurança e da tranquilidade públicas, tendo sempre, como tónica dominante, a prevenção: uma prevenção prospectiva, já que, uma prevenção puramente reactiva, nomeadamente no âmbito da criminalidade, não faz mais do que seguir a reboque das suas manifestações: corre permanentemente atrás dos seus objectivos sem jamais os alcançar verdadeiramente; uma maior inserção da Polícia na Comunidade, aos olhos da qual não pode parecer um corpo estranho, (...) mas antes terá de assumir o carácter de serviço público permanente, cuja missão se deve definir pela interacção com os cidadãos numa relação dinâmica de auxílio e protecção (1996, p.10).

Nesta cerimónia, e seguindo a tónica modernizadora do Comandante do ISCPSP, Alberto Costa, Ministro da Administração Interna (MAI), apresentou cinco ideias do Governo a propósito da função policial, afirmando que:

Nos países em que se fala ou se promove o «Policimento Comunitário» ou o «Policimento de Proximidade», o que está sempre em causa é situar essa atividade tão perto quanto possível dos seus destinatários e fundá-la tanto quanto possível no melhor conhecimento e no melhor relacionamento com esses destinatários (...) valorizar no modelo policial português as ideias de proximidade, de comunicação e de relacionamento mais estreito entre a polícia e os cidadãos, não pode ser mero efeito retórico. À luz da experiência contemporânea, tem que ser uma concreta orientação de reforma (1996, pp.20-21).

Estas ideias encerram em si uma Polícia apoiada na proximidade e orientada para os problemas dos cidadãos, enquanto destinatários da ação policial: “se queremos assegurar mais protecção em concreto aos cidadãos, obstar a perdas nos níveis de segurança sentidos pelas populações e combater os factores de insegurança tal como eles por essas populações são realmente vividos, é fundamental assegurar a proximidade e a visibilidade da presença policial” (Costa, 1996, pp.30-31).

Em 1996, em discurso comemorativo do 25 de Abril e em mensagem dirigida aos Comandantes de todas as Unidades da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança pública (PSP), o MAI continua no mesmo registo conceptual

quanto à modernização da Polícia, afirmando que “os cidadãos aspiram cada vez mais, nas sociedades modernas, a poderem contar com forças de segurança cuja actividade seja pautada pelo profissionalismo, pelo civismo, pela firmeza, pela isenção, pela exemplaridade, pelo rigor, pela transparência e pela proximidade em relação aos seus problemas” (Costa, 1996, p.54).

Até ao XII Governo Constitucional, as referências ao PP e Prevenção sempre foram muito genéricas e abstratas. Apenas a partir do XIII Governo Constitucional se “verifica uma crescente atenção à prevenção da criminalidade nos vários programas do Governo. A ação governativa no âmbito da prevenção é cada vez mais desenvolvida e complexa, sendo concebida como uma ação multidisciplinar, apostando em múltiplos instrumentos e em vários tipos de prevenção, como a social e a situacional” (Fernandes & Valente, 2005, p.38). Aposta-se muito significativamente na concretização de programas de PP orientados para os problemas concretos, sejam os que se relacionam com os grupos sociais mais vulneráveis aos fenómenos de insegurança (crianças, idosos, vítimas de crimes), seja os que visam corresponder cabalmente ao exercício da autoridade do Estado (policiamento intensivo em zonas urbanas e periurbanas mais fragilizadas do ponto de vista da segurança), sejam ainda os programas orientados para o reforço da presença policial na orla costeira no período de Verão¹³.

Nesta senda, ao longo da década de 90 e seguintes, foram criados, implementados e desenvolvidos os seguintes programas de proximidade, que tiveram uma perspetiva de resolução de problemas concretos com grupos sociais mais vulneráveis:

- Programa Escola Segura: este é o programa de proximidade de maior sucesso e eficácia do MAI que, sendo objeto deste trabalho, será posteriormente analisado de forma mais detalhada;

- Programa Comércio Seguro: este programa foi criado com o objetivo de direcionar a atenção policial para os comerciantes e melhorar “as condições de segurança dos estabelecimentos de atendimento ao público” (Sistema de Segurança Interna, 2019, p.96). Pela especificidade do seu trabalho, quer pelo regime de “porta aberta”, onde qualquer um pode entrar no estabelecimento, quer igualmente pelas elevadas quantias de dinheiro que podem envolver, esta comunidade tornou-se

¹³ Lei n.º87-A/98. (1998). Grandes Opções do Plano para 1999. *Diário da República*, n.º301. Série I, Parte A, p 7384 (128).

naturalmente um alvo fácil. O Programa Comércio Seguro tem por objetivo o estreitamento de laços de confiança entre esta comunidade e as Forças de Segurança, através do estabelecimento de um canal privilegiado de comunicação;

- Programa Idosos em Segurança: com início em 1998, este “programa especial de policiamento de proximidade dirigido a pessoas idosas, cujo objectivo passa pelo apoio personalizado, garantia de segurança e sensibilização para a adopção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo” (Sistema de Segurança Interna, 2019. p.95).

Apesar da implementação destes programas, criados sob a égide do PP, não se pode falar de uma verdadeira estratégia de proximidade, visto que não existiu um envolvimento integral de todas as Polícias. Apesar do esforço de criação de programas de proximidade, nenhum dos governos constitucionais (XIII, XIV, XV e XVI) adotou, nos últimos 10 anos, uma “verdadeira estratégia de Policiamento de Proximidade que envolvesse as diferentes forças e serviços de segurança” (Oliveira, 2006, p.296), apesar de terem sido os precursores das novas ideias, aplicando no terreno os programas de proximidade anteriormente referidos. Sobre esta matéria, dedicaremos uma parte deste trabalho à análise do PP na perspectiva política.

Com esta falta de articulação, ao longo dos anos foram sendo criados e desenvolvidos novos programas e iniciativas com base no conceito de PP, com vista à garantia da segurança de determinado grupo, considerado de risco. Assim, foram desenvolvidos na PSP e/ou na GNR, entre outros, os seguintes programas:

- Programa Violência Doméstica: a problemática da “violência doméstica” tem causado, nas últimas duas décadas, “elevadas consequências, principalmente para as vítimas tanto na sua saúde psíquica como na saúde física, afetando as suas relações familiares e pessoais” (Carrilho, 2018, p.21). Por um lado, as consequências são cada vez mais nefastas e, por outro, os dados estatísticos têm revelado uma realidade que objetiva e cientificamente se desconhecia, assumindo-se como “um problema complexo, silencioso (...), com a grave agravante de ser um dos crimes com maior número de cifras negras” (Carrilho, 2018, p.17). Apesar de não existir qualquer estatística que revele a verdadeira dimensão do problema, “alguns estudos apontam para que apenas 40 a 50% dos crimes chegam ao conhecimento das autoridades” (Reiss & Roth, in Homem, 2016, p.29).

- Operação Férias em Segurança: “a habitação constitui um espaço privado que guarda a nossa intimidade e que, quando devassado, ofende o nosso direito à privacidade e que causa prejuízos materiais, acrescidos de inevitáveis danos psicológicos” (PSP, s.d.), pelo que durante o período em que o maior número de pessoas se ausenta para o gozo de férias, houve a necessidade de criar um programa para que os cidadãos possam ausentar-se da sua residência para irem de férias mais tranquilos. Este programa funciona unicamente nos meses de verão;

- Programa Táxi Seguro: programa gerido pela PSP, com vista à dissuasão, prevenção e combate à criminalidade praticada contra os condutores de táxis. Os meios tecnológicos fortemente utilizados neste programa visam “assegurar uma comunicação direta à Polícia de qualquer ocorrência que justifique uma intervenção urgente das Forças de Segurança”¹⁴. Face à especificidade do desenvolvimento da sua atividade profissional, em regime de “porta aberta”, esta classe sente-se altamente fragilizada em termos de níveis de sentimento de segurança.

Se os programas referidos anteriormente foram amplamente difundidos e são do conhecimento generalizado da população, lendo o Relatório Anual de Segurança Interna, podemos observar que existem outros que são menos conhecidos:

- Programa “A solidariedade não tem idade”, que visa a identificação, sinalização e acompanhamento das pessoas idosas;

- Programa “Apoio a Pessoas com deficiência”, que visa a criação de “uma plataforma de articulação e de entendimento com os restantes atores sociais responsáveis, ligados à área da deficiência, na promoção da segurança das comunidades” (Sistema de Segurança Interna, 2017, p.91);

- Programa Significativo “Azul”: “programa especial de policiamento, especificamente concebido para pessoas deficientes intelectuais e/ou multideficientes. Tem como objetivos a promoção da cooperação interinstitucional entre as organizações, contribuindo para a melhoria no atendimento e encaminhamento das pessoas com deficiência” (Sistema de Segurança Interna, 2017, p.91);

- Plataforma “SMS Segurança”: “criada em 2013, através de parcerias entre a GNR e a Federação Portuguesa das Associações de surdos para melhorar o atendimento

¹⁴ Despacho n.º 12226/2006 (2006). Organização e Funcionamento do Sistema Táxi Seguro (STS). *Diário da República*, n.º 113, 2ª Série, p.8486.

aos cidadãos surdos ou portadores de deficiência auditiva, através de um serviço de mensagens curtas” (Sistema de Segurança Interna, 2018, p.89).

De salientar que alguns programas de proximidade foram criados com uma dimensão local ou para um grupo muito específico. Esta limitação prova bem o carácter particular de alguns programas de proximidade. Este problema é assumido pela Diretiva 10, que refere que alguns Programas de Proximidade são pouco sustentáveis e demasiado centrados no responsável policial que os criou e implementou, carecendo de avaliação.

Entre 14 e 15 de dezembro de 1998 realizou-se uma Conferência Internacional sobre o PP, numa iniciativa conjunta do MAI, do Fórum Europeu para a Segurança Urbana e do Município de Lisboa. Esta conferência teve como corolário a integração das diferentes políticas públicas de segurança. Os novos paradigmas da segurança, em termos de PP sob o qual foram criados vários programas, estavam a ser aplicados de forma dispersa. “Não havendo receitas, nem soluções estanques, parece-nos que os modelos de policiamento implementados deverão procurar integrar as diferentes valências policiais (prevenção e proximidade, ordem pública, investigação criminal e informações policiais), de forma às estratégias de intervenção serem cada vez mais «totais», coordenadas e transversais, e afastar deste modo modalidades de ação parcelares, aleatórias e essencialmente reativas” (Elias, 2007, pp.467-468).

Como pudemos observar, em 1998 começam a ser dados os primeiros passos para a aplicação do Modelo Integrado de PP, ainda que este só viesse a concretizar-se efetivamente em 2006.

1.3. O Policiamento de Proximidade na perspetiva política

Apesar da dinâmica e proatividade da PSP na criação de programas de proximidade para responder a problemas específicos, naturalmente, esta está sujeita a normas e diretrizes dos Governos Constitucionais. A título de exemplo, releva-se o Art.º 48º da Lei orgânica da PSP, que estabelece que “a criação e extinção de subunidades dos comandos territoriais de polícia e da UEP são aprovadas por portaria do ministro da

tutela”¹⁵. Ora, neste sentido, importa observar a relevância que a política atribui a este modelo de policiamento.

Segundo Elias, em termos políticos, o PP “tem sido um conceito recorrentemente utilizado no discurso público, mas persiste a sua falta de incorporação efectiva nas políticas públicas de segurança” (2018, p.164).

No Programa Eleitoral do Partido Social Democrata (PSD) para as legislativas de 2009, consta a seguinte afirmação:

Centraremos a estratégia policial no policiamento de proximidade, com reforço na rua, nomeadamente nos períodos noturnos e nas zonas de maior criminalidade, e atuando de uma forma proactiva junto das comunidades, através, por exemplo, do reforço da segurança de proximidade junto dos mais frágeis, como os idosos ou as crianças. (...) Combateremos a insegurança pelo policiamento de proximidade (PSD, 2015, p.25).

Porém, tanto no Programa Eleitoral do PSD para as Legislativas de 2011, como no Programa de Governo da coligação PSD/Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS—PP) para as legislativas de 2015, não é feita qualquer referência ao modelo de PP (PSD, 2011; PSD & CDS-PP, 2015).

No Programa Eleitoral do Partido Socialista (PS) para 2011, pode ler-se que

em termos de policiamento de proximidade e de segurança comunitária, iremos dar prioridade à celebração de novos Contratos Locais de Segurança, ao alargamento do Plano Nacional de Videovigilância e à dinamização dos programas de policiamento de proximidade. (...) Simultaneamente, iremos dinamizar os programas de policiamento de proximidade dirigidos a pessoas especialmente vulneráveis e a certos grupos de risco, através do reforço, qualitativo e quantitativo, dos meios que lhes estão afetos” (PS, 2011, pp.48-49).

Para as legislativas de 2015, o PS é bastante ambicioso, ao afirmar que pretende

¹⁵ Lei n.º 57/2007 de 31 de agosto. (2007). Lei Orgânica da PSP. *Diário da República* n.º 168, 6065 - 6074.

criar um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade e desenvolver os atuais programas (...) correspondente a uma nova geração de ações de policiamento de proximidade”, onde destacamos: “desenvolver um programa de prevenção e securitização específico para as grandes áreas metropolitanas; atualizar os planos e metodologias de formação para a prevenção e segurança de proximidade; garantir a integração vertical e horizontal dos vários programas de prevenção e segurança e compatibilizar as missões das várias instâncias com intervenção operacional no terreno; melhorar e desenvolver os atuais programas nos domínios das políticas de prevenção e de segurança de proximidade (PS, 2015, p.30).

Mesmo o Partido Comunista Português (PCP) assume no seu Programa Eleitoral para as legislativas 2009 que

a segurança e tranquilidade dos cidadãos, um valor inseparável do exercício das suas liberdades, exige uma forte aposta na prevenção e no policiamento de proximidade, capaz de promover o envolvimento das populações e o seu próximo relacionamento com as forças de segurança, para o qual os conselhos municipais de segurança devem ser chamados a dar importante contributo (PCP, 2009, p.46).

No mesmo programa, assume como medida urgente o “reforço dos efetivos e meios para um policiamento de proximidade e uma política de segurança com mais prevenção” (PCP, 2009, p.52). Para as legislativas de 2011, poucas são as referências ao modelo de PP, mencionando apenas que persistem “elevados índices de criminalidade e crescente sentimento de insegurança das populações, causados pela diminuição de políticas públicas de prevenção da delinquência e do crime” (PCP, 2011, p.12). Para as legislativas de 2015, com o título de “Política Patriótica de Esquerda – Soluções para um Portugal com futuro” (PCP, 2015, p.76), os grandes vetores de orientação política para esta temática são exatamente os mesmos, sendo uma cópia *ipsis verbis* do programa das legislativas de 2009.

De forma natural, avaliando os programas dos sucessivos Governos Constitucionais é possível observar igualmente esta preocupação, mas, acima de tudo, priorização, pelo menos retórica.

Até ao XII Governo Constitucional (1991-1995), as referências ao PP e

Prevenção sempre foram muito genéricas e abstratas. Apenas a partir do XIII Governo Constitucional (1995-1999) se “verifica uma crescente atenção à prevenção da criminalidade nos vários programas do Governo. A ação governativa no âmbito da prevenção é cada vez mais desenvolvida e complexa, sendo concebida como uma ação multidisciplinar, apostando em múltiplos instrumentos e em vários tipos de prevenção, como a social e a situacional” (Fernandes & Valente, 2005, p.38).

Nas Grandes Opções do Plano Nacional para 1997, o XIII Governo Constitucional assume, para reforçar a segurança dos portugueses, a necessidade de “lançar programas de policiamento de proximidade orientados para a especificidade dos problemas urbanos e suburbanos”¹⁶. Este Governo, nas Grandes Opções do Plano Nacional para 1999, aposta

muito significativamente na concretização de programas de proximidade orientados para os problemas concretos, sejam os que se relacionam com os grupos sociais mais vulneráveis aos fenómenos de insegurança (crianças, idosos, vítimas de crimes), seja os que visam corresponder cabalmente ao exercício da autoridade do Estado (policiamento intensivo em zonas urbanas e periurbanas mais fragilizadas do ponto de vista da segurança), sejam ainda os programas orientados para o reforço da presença policial na orla costeira no período de Verão¹⁷.

Refira-se que este Plano refere, pela primeira vez, como objetivo prioritário para 1999 “prosseguir e aprofundar as acções e iniciativas visando aproximar o cidadão às instituições de segurança, através do lançamento de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade”¹⁸. Esta intenção, como veremos, apenas se concretizou em 2006 através da PSP.

O XIV Governo constitucional (1999-2002), nas Grandes Opções do Plano para 2001 assume que:

no âmbito da segurança pública, prosseguir-se-á a implementação de uma política destinada a garantir níveis elevados de segurança pública, bem como a manutenção de um sentimento generalizado de tranquilidade e

¹⁶ Lei n.º 52-B/96. (1996). Grandes Opções do Plano para 1997. *Diário da República*, n.º 299, I Série A, p.4684 (191).

¹⁷ Lei n.º 87-A/98. (1998). Grandes Opções do Plano para 1999. *Diário da República*, n.º301. Série I, Parte A, p.7384 (128).

¹⁸ Idem, Ibidem.

segurança, através de um significativo reforço e modernização das forças e serviços de segurança (...) com vista a concretizar a opção pelo policiamento de proximidade¹⁹.

Procurando objetivar esta opção, afirma que:

é neste sentido [desígnios de inovação, promover a modernização operacional, ajustar os dispositivos e as formas organizativas aos desafios atuais] que se encaminha a política de Policiamento de Proximidade, que o Governo tem vindo a prosseguir, e que faz de cada elemento policial um agente da ordem pública atento, disponível e eficiente junto do cidadão. A «polícia dos cidadãos» é a melhor forma de envolver a sociedade em geral na componente segurança do seu viver colectivo (...). Para isso o Governo lançou programas específicos, como a Escola Segura, apoiou a adopção de formas inovadoras de patrulhamento²⁰.

O Programa do XV Governo Constitucional (2002-2004) preconiza como medida para o domínio da segurança nacional:

A devolução da polícia à sua cidade, ao bairro e à rua (...), o desenvolvimento da implantação e o reforço da intervenção das Polícias Municipais e a sua correcta articulação com a PSP e a GNR, libertando, também por essa via, estas Forças de tarefas locais burocráticas, bem como da segurança a determinados edifícios e fazendo-as intervir em programas específicos destinados à acção dos polícias junto das escolas e de grupos específicos de cidadãos (PCM, 2002, pp.32-33).

Nas Grandes Opções do Plano para 2004, assumem como medida a concretizar o “desenvolvimento do conceito de polícia de proximidade ou polícia comunitária com a implementação de programas que, pressupondo o envolvimento das instituições e entidades locais, se dirigem aos sectores mais vulneráveis da população”²¹.

O XVII Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano para 2005-2009, assume que

¹⁹ Lei n.º 30-B/2000. (2000). Grandes Opções do Plano para 2001. *Diário da República*, n.º299. Série I, Parte A, p.7492 (38).

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Lei n.º 55-A/2004. (2004). Grandes Opções do Plano para 2005. *Diário da República*, n.º304. 1º Suplemento, Série I, Parte A, p.7412 (47).

no âmbito dos Planos e Programas de Cidadania e Segurança implementar-se-á: (...) extensão gradual a todo o território nacional de programas de policiamento de bairro, alicerçados na interacção entre cidadãos e polícia (Programa “Polícia no Meu Bairro”); reforço e aperfeiçoamento dos Programas compreendidos no âmbito do Plano Segurança Solidária, com destaque para: Idosos em Segurança, Violência Doméstica e Apoio a Vítimas de Crime, designadamente, da Mulher e da Criança; implementação e reforço de projectos de policiamento de proximidade, com destaque para o Programa Escola Segura e para o Programa Recreio Seguro; desenvolvimento de acções de prevenção criminal no tocante à Segurança dos Postos de Abastecimento de Combustível²².

No Programa deste Governo observa-se que

a diminuição da criminalidade constitui o objectivo a alcançar mediante uma política que, articuladamente, combata as causas e as consequências do crime. (...) Ao nível do combate às consequências, um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos, bem como para o controlo das principais fontes de perigo, é decisivo para inverter a curva ascendente da criminalidade e reforçar o sentimento de segurança. (...) É essencial orientar os agentes para as funções policiais, aumentando a sua visibilidade e eficácia e assegurando um policiamento de integração e proximidade (PCM, 2005, pp.147-148).

O XVIII Governo Constitucional (2009-2011) assume apenas a necessidade de “aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, bem como dos programas especiais de protecção de jovens, idosos, e outras pessoas particularmente vulneráveis”²³. No seu programa, observa-se a prioridade em

reforçar a segurança (...) enfrentar e reprimir os crimes cometidos com

²² Lei n.º 52/2005. (2005). Grandes Opções do Plano para 2005-2009. *Diário da República*, n.º167. *Série I, Parte A*, p.5259.

²³ Lei n.º 3-A/2010. (2010). Grandes Opções do Plano para 2010-2013. *Diário da República*, n.º82. *Série I*, p.1466 (41).

violência (...) como aqueles que são mais ofensivos para os cidadãos e causam maior alarme social. É necessário, de facto, prevenir e reprimir essa criminalidade com eficácia, afirmando a autoridade do Estado de Direito e promovendo a defesa da sociedade. Esta estratégia será desenvolvida através das seguintes orientações: enfrentamento das causas da criminalidade; aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, bem como dos programas especiais de proteção de jovens, idosos e outras pessoas particularmente vulneráveis; (...) A grande aposta na área da prevenção da criminalidade deverá continuar a ser centrada no incremento da segurança comunitária e do policiamento de proximidade e na criação de um instrumento fundamental para a segurança interna: a Estratégia de Prevenção e Redução da Criminalidade (PCM, 2009, p.109).

O XIX Governo Constitucional (2011-2015) é muito genérico, assumindo apenas prioritário “reforçar e renovar os efetivos nos sectores prioritários, em especial nas forças de segurança, (...) em ordem a concentrar o máximo de efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade” (PCM, 2011, p.72). Este objetivo é operacionalizado de forma muito genérica através das Grandes Opções do Plano para 2011-2015, onde a “a redução da complexidade operacional e o reforço dos laços de proximidade entre as forças de segurança e a sociedade civil constituem a prioridade do Governo para a presente legislatura²⁴. Mesmo no âmbito da mera exposição de vontades, este Governo ficou aquém dos anteriores.

O Programa do XXI Governo Constitucional (2015-2019) apresenta uma inovação relativamente ao que os anteriores haviam escrito sobre o PP. Esta alteração surge em consonância com a intenção demonstrada no Programa Eleitoral do PS para 2015.

Este Governo assume a intenção de criar um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade e desenvolver os programas de proximidade existentes. Este Programa:

correspondente a uma nova geração de ações de policiamento de proximidade, que incluirá as seguintes medidas: (...) atualizar os planos e

²⁴ Lei n.º 64-A/2011. (2011). Grandes Opções do Plano para 2011-2015. *Diário da República*, n.º250. Série I, p. 5538 (32).

metodologias de formação para a prevenção e segurança de proximidade; garantir a integração vertical e horizontal dos vários programas de prevenção e segurança e compatibilizar as missões das várias instâncias com intervenção operacional no terreno (...); melhorar e desenvolver os atuais programas nos domínios das políticas de prevenção e de segurança de proximidade (PCM, 2015, pp.58-59).

No quadro das Grandes Opções de Plano de 2016-2019 estabelece-se como prioridade:

O aprofundamento das parcerias para a segurança comunitária, que assentam no desenvolvimento da colaboração com as comunidades locais de forma a aplicar técnicas de resolução de problemas que abordam de forma preventiva a redução de atividades criminosas, comportamentos considerados antissociais e questões de qualidade de vida. A partilha destas responsabilidades com os *stakeholders* locais para se reduzir a criminalidade e melhoria da qualidade de vida. Uma nova geração de ações de policiamento de proximidade serão integradas no Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade²⁵.

A Lei n.º 96/2017 define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, estabelecendo no Art.º 8º, sobre PP e programas especiais de polícia, o seguinte:

1- As forças e os serviços de segurança desenvolvem, em especial, policiamento de proximidade e programas especiais de polícia destinados a prevenir a criminalidade, designadamente: a) Contra pessoas idosas, crianças e outras vítimas especialmente vulneráveis; b) No âmbito doméstico, no meio rural, nas escolas, nos serviços de saúde e em instalações de tribunais e de serviços do Ministério Público; c) Contra setores económicos específicos.

2- Os programas e respetiva planificação podem ser previstos no âmbito de contratos locais de segurança a celebrar entre o Governo e as autarquias locais.

²⁵ Lei n.º 7-B/2016. (2016). Grandes Opções do Plano para 2016-2019. *Diário da República*, n.º63. Série I, p. 1110 (22).

Apesar da definição destas prioridades e da inovação na vontade de criação de um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade, a verdade é que estas ideias não saíram do papel. A retórica e a utilização do PP como bandeira partidária ou do Governo têm permanecido ao longo dos anos e dos sucessivos governos.

1.4. Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

Tendo então por base o apoio de grande parte dos quadrantes políticos para o reforço deste modelo de policiamento, e também a necessidade que a própria PSP sentiu em responder de forma mais eficaz e integral aos problemas da comunidade, surge a Diretiva 10, que implementou o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) na PSP. De referir que este programa foi, pois, da iniciativa da PSP.

Ao longo dos anos, a PSP desenvolveu e continua a desenvolver diversas iniciativas relacionadas com o PP ou PC, quer no âmbito de programas de proximidade lançados oficialmente pela tutela, nomeadamente o PES, quer em outras iniciativas desenvolvidas localmente. Estas iniciativas estão vocacionadas, entre outros, para a prevenção da criminalidade, direcionadas fundamentalmente para grupos de risco, com a divulgação de conselhos de segurança e a interação com as comunidades.

Todas as iniciativas criadas no passado sob a égide do PP foram, sem dúvida, muito importantes para o sentimento de segurança e a projeção da instituição policial. No entanto, algumas pecaram, fruto de vicissitudes difíceis de ultrapassar: a base científica e objetiva que sustentou a criação de determinado programa consistiam, em alguns casos, em mera experiência pessoal e senso comum, carecendo de posterior avaliação; alguns programas são muito centrados no responsável policial, perdendo naturalmente importância com a sua saída de funções.

Por estes motivos, tornou-se premente adotar uma diretiva que tivesse como premissa “uma natureza transversal, instituindo-se uma lógica de conjunto aos programas especiais e projetos de policiamento de proximidade já implementados, congregando também todos os programas de origem ministerial”²⁶.

Assim, com a implementação da Diretiva 10 procura-se “congrega[r] os projetos

²⁶ Direção Nacional da PSP. (2013b). *Relatório de Atividades para 2012*. Lisboa: PSP, p. 65.

que foram implementados de uma forma algo espartilhada, numa estratégia global, através do estabelecimento de objetivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais”²⁷.

A implementação da Diretiva 10 tem como objetivo “a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, a melhoria dos índices de eficiência e de eficácia da atuação policial e de forma a efetivar-se uma maior articulação entre as valências de prevenção da criminalidade/proximidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações”²⁸.

O MIPP subdivide-se em dois grandes vetores, as EPES e as EPAV.

As EPES “são responsáveis pela segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, deteção de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares”²⁹.

As EPAV são responsáveis:

pela segurança e policiamento de proximidade, em cada sector da área de responsabilidade das subunidades e de acordo com o diagnóstico de segurança efetuado em cada Comando: pela prevenção e vigilância em áreas comerciais; vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos; prevenção da violência doméstica; apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação; identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos; e deteção de cifras negras³⁰.

As EPES mantiveram o seu modelo estrutural, enquanto as EPAV derivaram da agregação dos programas especiais que se encontravam dispersos. Esta opção estratégica comprova o PES como o programa de proximidade de maior sucesso e mais consolidado na PSP, pelo que, apesar de uma ligeira alteração terminológica, o MIPP

²⁷ Direção Nacional da PSP. (2012). *Relatório de Atividades para 2011*. Lisboa: PSP, p.130.

²⁸ Idem, p.131.

²⁹ Idem, p.9.

³⁰ Idem, p.130.

conferiu-lhe a dignidade de projeto com identidade própria, por se encontrar “institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil” (Oliveira, 2006, p.300).

A criação e desenvolvimento do PES tiveram na sua génese:

A ocorrência de comportamentos anti-sociais pode criar (...) a percepção das escolas como um meio social violento, com repercussões negativas no processo de ensino/aprendizagem, nas dinâmicas de inclusão social e, a longo prazo, no desenvolvimento do País. (...) Considerando que não é possível uma educação de qualidade num ambiente escolar de violência ou insegurança, que inviabiliza o pleno exercício do direito à educação, direito constitucionalmente consagrado [Art.º 79º da CRP], têm vindo a ser levadas a cabo acções neste domínio”³¹.

A proximidade com a população pressupõe o estabelecimento e manutenção de relações sociais de contacto com os cidadãos. Desta forma, o PP procura aumentar a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos, através do real conhecimento das suas necessidades e problemas, direccionando assim os seus esforços e meios. “A polícia só conhecendo os processos e estruturas de funcionamento, melhor pode lidar com elas e exercer autoridade, controlar a ordem e prestar serviço também” (Elias, 2009, p.752). Naturalmente que os cidadãos têm um papel relevante na segurança, visto que “o Estado não poderá cumprir esta missão (garantir a segurança das pessoas e dos bens) se todos e cada um dos cidadãos não se sentirem parte integrante da sociedade através do Estado, ligados por um contrato social, a que chamamos pacto republicano” (Teixeira, 2002, pp.25-26).

As EPES direccionam o seu trabalho para os estudantes, enquanto grupo de risco, procurando, conforme referido anteriormente, a redução da delinquência juvenil, assumida por Debarbieux (2002) como um problema mundial.

Como veremos na abordagem às EPES, a realizar no ponto seguinte, foi o fenómeno da delinquência juvenil e do aumento de situações de violência no meio escolar que esteve na origem do PES. Desta forma, consideramos importante explicar um pouco o fenómeno da delinquência juvenil para melhor compreendermos as origens do PES.

³¹ Despacho Conjunto n.º105-A/05 (2005). Aprova o Regulamento do Programa Escola Segura.

1.4.1. Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil é um problema social que “de geração em geração, independentemente da cronologia histórica, (...) tem sido quase sempre associada à adolescência, tornando-se num requisito estereotipado que acompanha este período de maturação” (Santos, 2011, p.29).

A prática de atos delinquentes deve ser observada tendo presente o papel que as estruturas de socialização têm e tiveram na integração da criança e do adolescente, nomeadamente a família, a escola e a comunidade local (Pais, 1999; Sprinthall & Collins, 2008).

A família é uma instituição milenar, nuclear para o processo de aprendizagem de qualquer indivíduo, desde a mais tenra idade. É através da família que se faz a inserção no meio social, que confere segurança e conforto enquanto criança, e promove a sua autonomia (Orilgia & Ouillon, 1964). A família não se trata de uma reunião de indivíduos, mas um enraizamento no passado que se torna indispensável para preparar o futuro.

Outro agente de socialização é a comunidade, local onde a criança ou o adolescente se inserem, que compreende o ambiente social na qual a criança cresce até se tornar adulto. É nesse ambiente que a criança entra em contacto com outros indivíduos diferentes de si e estabelecem relações de proximidade. É na comunidade onde a criança está inserida que vai tomar contacto com os seus grupos de amigos, nomeadamente nas zonas de recreio junto das suas habitações, nas colectividades recreativas.

A escola, depois da família, é a estrutura social mais relevante que satisfaz as necessidades de socialização da criança e que confere a chamada socialização secundária. A escola foi sempre um dos lugares de aprendizagem social, desempenhando um papel cada vez mais importante na vida dos mais novos. É na escola que se formam os grupos homogêneos ao nível da idade e na qual se partilham representações e interesses comuns (Casaca, 2009).

Hirschfield & Gasper (2011) afirmam que há uma relação inversa entre o empenhamento na prossecução dos objetivos educacionais por parte dos alunos e o envolvimento em comportamentos delinquentes. McNeely e Falci referem que “estudos transversais mostram que a ligação do aluno com a escola, designadamente com os

professores, está associada à saúde mental e a baixas taxas de participação em vários comportamentos de risco para a saúde, incluindo o uso de substâncias, as relações sexuais, a violência, a delinquência e o suicídio” (2004, p.284). Assim, as atitudes positivas em relação à escola e aos professores, e a participação em atividades escolares, assumem uma correlação negativa com as práticas delinquentes.

É na escola que os adolescentes se reúnem em grupos que têm a mesma maneira de pensar, de vestir, que partilham os mesmos gostos e que têm hábitos e práticas equivalentes. Problemas como o insucesso escolar, as faltas às aulas ou mesmo o abandono escolar são consequências de uma má socialização secundária que a escola não consegue dar, nomeadamente devido a um sistema escolar por vezes desadequado e falta de estímulos e atividades atrativas (Pais, 2012).

A complexidade da delinquência juvenil deverá ser estudada de uma forma multidisciplinar, devendo ter sempre presente a interferências das estruturas de socialização referidas anteriormente, mas também outras condições, nomeadamente as condições económicas e os meios de comunicação social. Quando estes agentes de socialização falham, podemos estar perante situações de delinquência juvenil.

Para efeitos de delinquência juvenil, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2014 “considera a prática por indivíduo com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de um fato qualificado pela lei como crime nos termos previstos pela Lei Tutelar Educativa. É um fenómeno social, embora se exerça maioritariamente em grupo” (2015, p.13). A delinquência é, segundo Braconnier & Marcelli um “acto que infringe a lei” (2000, p.174), sendo que o delinquente é “o indivíduo que praticou actos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais” (Negreiros, 2001, p.14). Juridicamente, um menor delinquente é todo o indivíduo que tenha praticado um facto qualificado pela lei como crime e que tenha entre 12 e 16 anos de idade, podendo ser aplicada alguma medida tutelar educativa pelo Tribunal de Menores³².

A definição do conceito de crime abrange, naturalmente, diversas dimensões, nomeadamente a dimensão jurídico-penal e a dimensão sociológica, pelo que deverá condicionar a noção de delinquência a partir da qual se pretende analisar o fenómeno. Do ponto de vista jurídico-penal, o conceito de delinquência seria a condição em que se coloca a pessoa que cometeu um crime que resultou de uma condenação pelos tribunais

³² Lei n.º 166/99. (1999). Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, n.º 215, I Série A, pp. 4320 – 4351.

(Negreiros, 2001). Tendo em conta que nos referimos à delinquência juvenil, que remete para as fases da infância e da adolescência, o Código Penal, no seu Artigo 19º (Inimputabilidade em Razão da Idade), estabelece o limite de idade para a qual estamos perante um crime (16 anos), pelo que este conceito é aplicável apenas a menores de 16 anos.

Se, por outro lado, nos cingimos a uma perspetiva sociológica, a delinquência assume então contornos distintos.

Ao consubstanciar uma ruptura relativamente aos limiares de tolerância dos grupos sociais portadores de sistemas de normas e de valores de uma sociedade, num dado momento da sua evolução, a delinquência, quando identificada, suscita o desencadear de um mecanismo social de reprovação e de sanção que espelha uma reacção colectiva que vai além do quadro familiar e educativo, acarretando uma intervenção administrativa ou judiciária (Selosse, 1995, in Carvalho, 2005).

Na perspetiva social, no conceito de delinquência juvenil destaca-se a condição de jovem como etapa de socialização que só pode ser compreendida em referência ao contexto em que é vivida, reflectindo experiências com diversos agentes de socialização, de entre os quais se salientam a família, grupo(s) de pares, a escola e outras instituições (Pais, 1999).

Neste sentido, para Molina, a noção de delinquentes “não depende apenas do comportamento do indivíduo considerado, mas também de factores como o contexto social em que se faz esta avaliação, a própria pessoa do indivíduo considerado, quem faz a avaliação, qual a distância entre o contexto social do avaliado e do avaliador, quais as consequências deste comportamento, a quem afecta, entre outros” (2002, p.38), factores determinantes na etiquetagem de alguém como delinquentes.

Embora a realidade portuguesa não seja considerada alarmante, em comparação com países como os Estados Unidos da América, Espanha ou o Brasil, “a questão da delinquência juvenil não pode deixar de ser encarada de forma apreensiva, pois começa a assumir proporções relevantes em termos sociais e criminais” (Teixeira, 2000, p.6). Mais do que um problema de natureza jurídica é, cada vez mais, um problema de índole social.

Mais do que a consideração judicial da questão, interessa-nos aquilo que o conceito de delinquência que, para além de constituir uma violação das normas legais, traduz um rompimento com as expectativas socialmente estabelecidas, ou seja, um comportamento antissocial que “traduz uma vasta gama de actividades, como sejam actos agressivos, furto, fugas, ou outros comportamentos que traduzem uma violação de normas ou expectativas socialmente estabelecidas” (Negreiros, 2001, p.12).

“Infringir a lei pode, pois, implicar um acto delinquente isolado, um episódio único de actos delinquentes, actos delinquentes ocasionais mas repetitivos, ou um continuado modo de vida delinquente” (Weiner, 1995, p.331). Consideramos, inclusive, que determinados comportamentos fazem parte do processo de formação, de vivência e de integração das crianças e adolescentes na sociedade, tal como um desentendimento na rua. Naturalmente que este comportamento passa a ser preocupante quando regular e culminando em situações de violência. Para além da transgressão da lei e de outras normas socialmente relevantes, a noção de delinquente deverá estar associada a uma certa maneira de estar na vida, uma maneira constante no agir perante as regras sociais, perante a autoridade e mesmo perante os outros atores sociais.

Na opinião de Ferreira,

a um determinado nível, a delinquência juvenil é definida a partir das leis, das práticas e das crenças relativas ao comportamento das crianças e dos jovens que governam as instituições responsáveis social e legalmente pelo controlo e tratamento do comportamento considerado delinquente e de outros problemas juvenis. A um outro nível, a delinquência juvenil é comportamento: o comportamento que os jovens estabelecem com a família, os amigos e outros adultos nos espaços onde a delinquência emerge (1997, p.916).

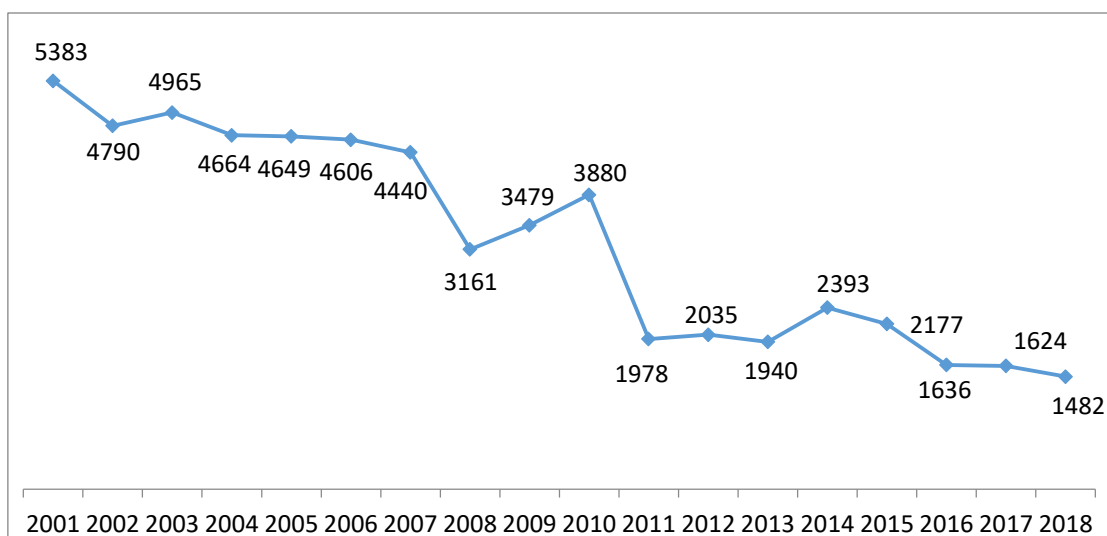


Gráfico 1: Evolução do fenómeno da Delinquência Juvenil em Portugal

Fonte: Sistema de Segurança Interna, 2007, 2008, 2011, 2014, 2016 e 2019 (elaboração própria)

Como podemos observar no gráfico anterior, a delinquência juvenil registada pelas Forças de Segurança, desde o ano 2001, tem vindo a sofrer uma redução. De 5.383 ocorrências em 2001, reduziu-se para 1.978 ocorrências, em 2011, e para 1.482, em 2018. Em 15 anos, as ocorrências de delinquência juvenil foram reduzidas em mais de 72,5%. De notar que o período de análise inicia-se apenas em 2001, “em virtude de só a partir desse ano se dispor de dados conjuntos das Forças de Segurança” (Sistema de Segurança Interna, 2008, p.55).

A redução estatística deste tipo de crime a que se assistiu tendencialmente desde 2001 pode ser explicada sob dois prismas, de certa forma antagónicos: por um lado, o trabalho mais eficaz por parte das Forças de Segurança, por outro, o aumento das cifras negras. De facto, há alguma relutância em acreditar nesta redução da criminalidade praticada por jovens face “às actuais condições sociais de Portugal, em que se assiste a uma desagregação social, sobretudo em zonas problemáticas, e ao aumento do desemprego, que são factores de risco de delinquência juvenil” (Negreiros, in Neves, 2007). “O problema é que os dados das forças policiais dão conta da criminalidade participada e (...) só se pode perceber a dimensão do fenómeno através da “delinquência auto-revelada”” (Neves, 2007). Esta análise é feita através de inquéritos a amostras representativas da sociedade onde “há sempre uma grande discrepância, porque as estatísticas oficiais são a ponta do iceberg” (Negreiros, in Neves, 2007).

“A delinquência é um problema social complexo; um fenómeno multidimensional que tem na origem processos e dinâmicas sociais, factores de natureza

individual e circunstâncias pessoais e coletivas interdependentes que produzem realidades sociais dinâmicas e de difícil controlo” (Carvalho, 2017, p.91). É, desta forma, um comportamento diferente do instituído social e juridicamente, construído a partir do quadro de normas e valores padrão, enquadrado, pela idade do infractor, num regime legal mais brando e de clara protecção à infância e juventude.

1.4.2. Equipas do Programa Escola Segura

Com o aumento dos atos de violência juvenil a serem alvo de maior mediatismo “é a partir de meados dos anos 80 que a questão da segurança nas escolas começa lentamente a transformar-se numa questão que merece a atenção das autoridades educativas” (Campos, Alves, Sebastião, & Amaral, 2004, p.30). “As escolas são o espaço privilegiado de liberdade, convívio e segurança, onde se reproduzem os valores fundamentais de uma sociedade democrática”³³.

Apesar desta referência histórica, provavelmente, o precursor deste programa de proximidade dirigido à CE tem origens muito mais longínquas e com raízes no início do século XX. Para Vollmer, o papel do policial, para além do controle do crime, era o da prevenção, especialmente, junto dos jovens³⁴. O polícia deveria trabalhar como parte integrante de uma equipa social para identificar e ajudar crianças que poderiam tornar-se problemas sociais (Carte, 1983).

As premissas que estiveram na génese do PES estão bem plasmadas no Despacho Conjunto entre o MAI e o ME (Ministério da Educação), assinado a 16 de setembro de 1992, que procurou reforçar

os preceitos constitucionais e legais vigentes e (...) o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, que responsabiliza o Estado pelo sucesso escolar;

- Considerando que a segurança nas escolas constitui um factor importante para que o direito e a liberdade de aprender sejam asseguradas, num clima próprio à actuação dos agentes do sistema educativo e do desenvolvimento equilibrado da personalidade dos alunos;

³³ Despacho Conjunto n.º105-A/05 (2005). Aprova o Regulamento do Programa Escola Segura.

³⁴ Sobre este papel, August Vollmer escreveu em 1919 o artigo “The Policeman as a Social worker” onde abordou a importância da prevenção do crime, especialmente junto dos jovens.

-
- Considerando que as áreas envolventes de muitos estabelecimentos de ensino constituem hoje zonas críticas propícias à prossecução de determinadas actividades de natureza criminógena ou relevando da marginalidade;
 - Com vista a atenuar ou irradiar os efeitos nefastos e socialmente preocupantes que um clima de insegurança ligado a problemas de droga e marginalidade pode originar nas escolas e respectivas comunidades educativas³⁵.

Este protocolo definiu, inclusivamente, a forma de aplicação para reforçar as medidas de segurança junto de alguns Estabelecimentos de Ensino (EE), onde se verificaram mais problemas: “presença de um agente fardado munido de emissor/receptor nos locais e períodos acima referenciados [tempos letivos]; presença em regime de descontinuidade de um agente em patrulhamento motorizado; presença de agente de trânsito junto à entrada dos estabelecimentos nos períodos de maior movimento; promoção de contactos periódicos com os responsáveis pelos estabelecimento de ensino, por forma a viabilizar circulação de informação e conhecimento mútuo das medidas preventivas a adoptar”³⁶.

“O policiamento junto dos estabelecimentos de ensino sofreu inovações na forma de atuação das forças de segurança, sendo considerado como o grande impulsionador de tudo o que se seguiu em termos de prevenção da criminalidade juvenil e da promoção de um ambiente melhor” (Soares, 2002, p.290).

Apenas em 1996, através do Despacho Conjunto n.º 50/96 de 30 de setembro, entre o MAI e o ME, o PES é criado oficialmente, procurando garantir aos alunos condições para que pudessem estudar em segurança, quer em termos físicos, quer em termos morais. Os objetivos e a doutrina que estão na base deste despacho são os que atualmente ainda regem as EPES e que tem na sua génese a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade, no dia 20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, e ratificado por Portugal somente em 1990, e a Constituição da República Portuguesa:

³⁵ Protocolo MAI/ME (1992). Segurança nas Escolas.

³⁶ Idem, Anexo I, n.º 2.

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades (...) [e] tomam todas as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança (...) [de forma a que a educação possa] promover o desenvolvimento da personalidade da criança (...); inculcar na criança o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais (...); inculcar na criança o respeito pelos Pais, pela sua identidade cultural, língua e valores (...)³⁷.

Todos têm direito à educação e à cultura. (...). O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.³⁸

Para atingir esse desiderato, as medidas de segurança nas escolas, iniciadas em 1992, foram reforçadas, nomeadamente pelo alargamento desta vigilância a mais estabelecimentos de ensino, aumento do efetivo afeto ao programa e reforço de meios de transporte e comunicações.

Em 2005, através do Despacho Conjunto n.º 105-A/05 e posteriormente republicado pelo Despacho 25650/2006, entre o MAI e o ME, foi apresentado o Regulamento do PES:

- O Programa constitui um modelo de actuação pró-activo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivilidades, bem como melhorar

³⁷ Art.ºs 28º e 29º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/90. (1990). Aprova, para ratificação, a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque em 26 de Janeiro de 1990. *Diário da República* n.º 211/1990, 1º Suplemento, Série I, 3738-(2) a 3738-(20).

³⁸ Art.º 73º n.ºs 1 e 2 da Constituição da República Portuguesa.

o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade (...);

- O Programa tem âmbito nacional e inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, com excepção dos estabelecimentos do ensino superior.³⁹

Os objetivos prioritários do PES são:

- a) Promover uma cultura de segurança nas escolas;
- b) Fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da CE enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;
- c) Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;
- d) Determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;
- e) Promover, de forma concertada com os respectivos parceiros, a realização de acções de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar (...);
- f) Recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objectivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.⁴⁰

Desta forma, o PES passou a atribuir à PSP e GNR a responsabilidade de prevenção de todos os ilícitos ou “comportamentos antissociais que são, de certo modo, precursores da criminalidade” (Elias, 2007, p.478) que ocorram com a Comunidade Escolar (CE). Com esta abrangência de acção, a PSP e a GNR passaram a ter de assumir a responsabilidade na prevenção de todos os comportamentos que possam reduzir o sentimento de segurança da CE.

³⁹ Art.º 2º, n.º 1 do Despacho n.º25650/2006. (2006). Regulamento do Programa Escola Segura. *Diário da República* n.º242, II Série, 29382-29283.

⁴⁰ Idem, Art.º 3º;

A qualidade mais marcante do MIPP é ser “um modelo integrado, ou seja, este modelo de policiamento integra-se numa política mais vasta, que é a política das cidades, de que a polícia é apenas um actor, é uma parte importante mas não a única” (Gomes, 2001, p.2). A PSP encontra-se integrada num leque mais vasto de atores sociais com responsabilidades diretas na segurança, levando-a a participar de forma integrada na tentativa de melhoria da qualidade de vida das pessoas e na prevenção da delinquência e da criminalidade. “Não se trata de levar a polícia a fazer tudo, pois não é só à polícia que compete solucionar a delinquência, mas sim a toda a sociedade” (Gomes, 2001, p.47). É neste contexto multidisciplinar que as EPES trabalham o fenómeno da delinquência juvenil.

Segundo Elias (2009), a implementação eficaz do PP leva a um aumento dos índices de criminalidade, visto que ganham mais confiança junto das autoridades policiais para denunciar, reduzindo as cifras negras. De referir um estudo realizado por Salgado que evidenciou que a interação presencial dos Polícias das EPES com os alunos tem um impacto positivo no seu comportamento. “Ainda que muitos dos jovens garantam nunca terem necessitado da ajuda destes polícias, e outros que não pediram ajuda por acharem desnecessário ou por timidez, o facto é que metade daqueles que já tiveram algum tipo de interação com estes polícias admitem ter alterado o seu comportamento” (2016, p.66).

Desta forma, o contato e proximidade com os alunos irá aumentar o conhecimento de ocorrências criminais e não criminais que perturbam o ambiente escolar, pelo que o registo de ocorrências pelas EPES pode ser assumido como positivo, não porque a criminalidade esteja a aumentar, mas porque as cifras negras estão a baixar pela denúncia.

1.4.3. Organização das Unidades Territoriais da PSP - organização e competências

Em 2009, “num momento em que se envidam esforços para racionalizar a gestão dos recursos humanos da PSP, (...) torna-se premente que seja definida a organização e competências de todos os órgãos, serviços e subunidades do dispositivo operacional da PSP”⁴¹. Neste sentido, o Departamento de Operações da DN/PSP definiu a organização

⁴¹ Despacho n.º 20/GDN/2009. (2014). Unidades territoriais da Polícia de Segurança Pública. *Ordem de Serviço n.º 45, I Parte, de 10 de novembro de 2014*. p.2.

e competência das Unidades Territoriais do dispositivo operacional da PSP no Despacho 20.

Dos princípios enformadores deste Despacho, destacam-se os seguintes:

- “Estruturar, o mais possível, as subunidades policiais de forma coerente com a organização da Direção Nacional da PSP”, sendo “adotada uma filosofia macro, principalmente para os serviços da área operacional e de apoio”⁴²;

- “Definir os serviços contemplados na área operacional e na área de apoio, em todos os níveis das Unidades Territoriais (à exceção das Esquadras)”⁴³.

A definição de uma estrutura rígida de base para um dispositivo territorial com a dimensão da PSP é uma tarefa hercúlea, dadas as grandes diferenças existentes no território nacional onde está implementado. De notar que, de acordo com o Plano de Atividades da PSP para 2013 (Direção Nacional da PSP, 2014a), o dispositivo territorial da PSP era distribuído em 46 DP e 217 ET, estruturas policiais iguais às do objecto de estudo⁴⁴.

A PSP tem um modelo de organização hierárquica e tradicional, caracterizada por uma certa inflexibilidade e, de certa forma, controle da resposta ao cidadão, esquecendo-se, porventura, das assimetrias regionais e locais. Se por um lado procura, através do Despacho 20, “racionalizar a gestão dos recursos humanos da PSP”⁴⁵, “estruturar, o mais possível, as subunidades policiais”⁴⁶ e adotar “uma filosofia macro”⁴⁷, por outro, deveria ter em atenção os resultados da sua actividade.

Os modelos de organização hierárquicos de organização do trabalho têm sido altamente criticados por serem inflexíveis e incapazes de acompanhar as alterações constantes na sociedade.

Por outro lado, temos os modelos de organização orgânicos que, como organismos vivos, são flexíveis e capazes de se adaptar às diferentes situações (Hall, 1984). Estes dois modelos de organização diferentes têm, naturalmente, impacto diferente na actividade desenvolvida pelos Polícias das EPES. Em termos formais temos

⁴² Idem, p.2.

⁴³ Idem, p.3.

⁴⁴ Nos Planos de Atividades da PSP mais recentes não é realizada qualquer menção ao número de DP e ET.

⁴⁵ Idem, p.2

⁴⁶ Idem, p.2

⁴⁷ Idem, p.3

as EPES a funcionar segundo o modelo hierárquico (modelo de organização concentrado), mas informalmente temos as EPES de funcionar num modelo funcional (modelo de organização descentralizado).

Antes da implementação do Despacho 20, por falta de definição clara, objetiva e tão restritiva da organização e competência dos serviços operacionais da PSP, as EPES poderiam estar na dependência hierárquica das ET, de uma Esquadra de Competência Específica⁴⁸ (EIFP), ou na Secção de Operações e Informações da DP. As ET são, por natureza, as estruturas policiais de proximidade por excelência, razão pela qual as EPES deveriam, em teoria, pertencer-lhes.

Devido a algumas vicissitudes, nomeadamente, a falta de recursos humanos e materiais, algumas subunidades da PSP tiveram de se adaptar a esta realidade, agregando todas as EPES da DP.

Se analisarmos a organização destas estruturas definidas pelo Despacho 20, apenas vemos menção às EPES nas ET, conforme a Figura 3. Assim, as EPES passam a estar obrigatoriamente na dependência do Comando das ET, o que alterou, em algumas DP, a sua forma de organização. A Subsecção de Operações da DP passa a ter a responsabilidade de coordenação das EPES.

⁴⁸ “Subunidades que têm como principal missão o desempenho de funções específicas, em áreas de competência policial consideradas sensíveis e que requerem um elevado grau de especialização. A função deste tipo de subunidades é complementar às funções desempenhadas pelas subunidades territoriais” (Despacho n.º20/GDN/2009, p.8).


 <p>DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DEOPRI</p>	<p>DESPACHO N.º 20/GDN/2009</p> <p>ASSUNTO: Unidades territoriais da P.S.P. – Organização e competências</p> <p>ANEXO 6 – <u>ESQUADRAS DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL</u></p>
<p><u>ANEXO 6.2 – ESQUADRAS INTEGRADAS</u></p> <p><i>INDÍCE:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>COMANDANTE (CMDT)</u> 2. <u>ADJUNTO DO COMANDANTE (ADCMDT)</u> 3. <u>SUPERVISOR OPERACIONAL</u> 4. <u>GRADUADO DE SERVIÇO (GRAD)</u> <ol style="list-style-type: none"> 4.1. EQUIPAS DE PATRULHAMENTO AUTO (EPAUTO) 4.2. EQUIPAS DE PATRULHAMENTO APEADO (EPAP) 5. <u>PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIPP)</u> <ol style="list-style-type: none"> 5.2. SUPERVISOR LOCAL 5.3. EQUIPAS DE PROXIMIDADE E APOIO À VÍTIMA (EPAV) 5.4. EQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA (EPES) 6. <u>SECÇÃO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES (SOI)</u> 7. <u>SECRETARIA (SECR)</u> 	

Figura 3: Organização das ET
Fonte: Despacho 20, Anexo 6.2

Podemos, desta forma, afirmar que o princípio uniformizador e enformador do Despacho 20 interferiu de forma transversal com todos os serviços da PSP, ao nível nacional, distrital ou local, nomeadamente com o funcionamento das ET. Ao longo dos tempos, por necessidade e por falta de directrizes rígidas, os serviços da PSP, nomeadamente das EPES, foram-se adaptando à sua realidade territorial, nomeadamente, recursos humanos e materiais, dispersão territorial dos EE e número de alunos. Com este despacho, a matriz de organização de todos os serviços da PSP passou a ser a mesma.

Este Despacho afirma, ainda, que teve em conta os contributos dos Comandos de Polícia, no entanto, alertado o COMETLIS para diversas questões relevantes no tocante à aplicação deste Despacho, nomeadamente a importância de haver latitude para as EPES poderem estar concentradas na DP ou descentralizadas nas ET, as mesmas foram ignoradas.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Neste trabalho de investigação é nosso objectivo comparar e perceber os resultados de dois modelos de organização as Equipas do Programa Escola Segura (EPES). As EPES a trabalhar de forma concentrada na Divisão Policial (DP) e as EPES a trabalhar de forma descentralizada na Esquadra Territorial (ET).

Para este objectivo iremos analisar os resultados das Atividades Preventivas desenvolvidas pelas EPES e das ocorrências criminais e não criminais registadas pelas EPES.

2.1. Delineamento

Uma vez delineado o problema de investigação, é necessário traçar um modelo que servirá de “base para todo o processo analítico subsequente da investigação” (Sousa & Baptista, 2011, p.43). É, então, importante definir um método que melhor oriente a investigação científica.

Conforme afirma Flick, “é o objecto a estudar (...) o factor determinante da escolha do método” (2005, p.5). Assim, a opção metodológica feita para a concretização deste trabalho recaiu numa abordagem quantitativa com recurso ao estudo de casos múltiplos. As abordagens quantitativas permitem que todos os dados sejam quantificáveis, podendo ser traduzidos em números, opiniões e informações para serem classificados e analisados, utilizando, por norma, métodos estatísticos (Reis, 2010).

Yin (2001) refere que a escolha do estudo de caso é adequada na investigação que procure responder a perguntas do tipo “como e porquê”, quando o investigador tem pouco controlo sobre a situação, e pode ser completado com um estudo de cariz descritivo. A relevância do estudo de caso liga-se com a necessidade de estudar fenómenos sociais complexos, pois permite compreender o problema através da particularização, embora a generalização se mantenha como problemática, pois há a necessidade de considerar o contexto em que acontece (Flick, 2005).

Podem-se realizar estudos de caso único ou estudos de casos múltiplos,

atendendo ao problema de investigação. No presente trabalho, realizou-se um estudo de casos múltiplos, seguindo uma lógica de replicabilidade. Segundo Yin (2001), na replicação de casos pode tentar-se duplicar as condições do caso original, embora também seja possível usar casos em que existam pequenas variações face ao caso original. Se os resultados obtidos no conjunto dos casos forem no mesmo sentido, então eles devem ser tidos em consideração. De facto, “as provas resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto” (Herriot & Firestone, in Yin, 2001, p.46).

2.2. Caracterização do corpus

O estudo de caso debruçou-se sobre as EPES das DP do COMETLIS que apresentam o mesmo sistema de dependência hierárquica nos cinco anos letivos em estudo (2013/2014, 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18), nomeadamente:

- 3 DP Integradas no concelho de Lisboa, 1DP, 3DP e 4DP;
- 5 DP Destacadas nos concelhos limítrofes, DP de Oeiras, DP de Cascais, DP da Amadora, DP de Loures e DP de Sintra.

Desta forma, por terem alterado o seu sistema de dependência hierárquica das EPES nos cinco anos letivos, foram retiradas desta investigação a 2ª e 5ª Divisões Policiais e a Divisão Policial de Vila Franca de Xira,

2.3. Fontes

Recorremos a duas fontes distintas, especificamente, dois instrumentos de gestão utilizados pela PSP: o relatório das Atividades Preventivas realizadas pelas EPES e o relatório das ocorrências das EPES.

- **Relatório das Atividades Preventivas das EPES:** segundo o relatório de recolha de dados da PSP, classificados como indicadores de desempenho para efeitos de cumprimento de objetivos operacionais, relativo às ações realizadas pelas EPES, são contabilizados os participantes nas Ações de Sensibilização, Ações de Demonstração ou

Exercícios, Visitas a Locais e a Unidades da PSP e Outras Iniciativas Desenvolvidas pela PSP.

Estas últimas atividades desenvolvidas pela PSP incluem, entre outras, os acompanhamentos de alunos dos Estabelecimentos de Ensino (EE) que fazem ações fora das suas instalações (e.g. desfiles de carnaval, leitura de histórias). Por constituírem, muitas vezes, ações obrigatórias e de pouca proximidade com a Comunidade Escolar (CE), os acompanhamentos de alunos foram retirados da análise. As restantes atividades constituem vetores que permitem avaliar o trabalho proativo realizado pelas EPES.

As Atividades Preventivas destinam-se à CE, constituída por alunos, pais e professores, onde se incluem também os auxiliares. De referir que, naturalmente, o grupo mais privilegiado com estas iniciativas são os alunos, tanto mais que são os que constituem o maior grupo.

Como referido, nestas atividades serão contabilizadas as Ações de Sensibilização, Ações de Demonstração e Visitas. Pela facilidade de organização, que poderá comportar apenas uma sala e um Polícia, de forma natural as ações de sensibilização são as que têm mais participantes. De acordo com Salgado, “89,2% dos jovens reconheceu que participar nessas ações de sensibilização teve impacto sobre eles, sendo que 16,7% desse mesmo grupo admitiram que mudaram totalmente a sua maneira de pensar sobre os assuntos expostos” (2016, p.61). As Ações de Demonstração e Visitas são mais complexas, visto que envolvem a participação de outras unidades da PSP, nomeadamente o Grupo Operacional Cinotécnico⁴⁹, ou deslocações para fora do EE, respectivamente.

Com este instrumento de gestão, procurámos avaliar a participação da CE em atividades preventivas das EPES, relacionando-a com o número de Polícias nas EPES.

- **Relatório das Ocorrências das EPES:** neste relatório são registadas todas as ocorrências criminais e não criminais onde os polícias das EPES são intervenientes.

Nas ocorrências criminais temos os crimes de “roubo”, “ameaça de bomba”, “furto”, “posse e/ou uso de arma”, “vandalismo e/ou dano”, “injúrias e/ou ameaças”, “ofensas corporais”, “tráfico de estupefacientes”, “ofensas sexuais” e “outras

⁴⁹ O Grupo Operacional Cinotécnico (GOC) é uma subunidade operacional da Unidade Especial de Polícia, especialmente preparada para a utilização de cães de guarda no quadro de competências da PSP.

ocorrências criminais”. De notar que todas as ocorrências criminais que não podem ser enquadradas nos tipos de crime referidos, são enquadradas neste tipo de ocorrência.

Nas ocorrências não criminais, temos as ocorrências “acidente de viação”, “perturbação do ambiente escolar”, “posse e/ou consumo de estupefacientes” e “outras ocorrências não criminais”. De notar que todas as ocorrências não criminais que não podem ser enquadradas nos referidos anteriormente são enquadradas neste tipo de ocorrência.

Conforme referido no ponto 1.4.2., o registo de ocorrências pelos Polícias das EPES reflete essencialmente a proximidade e confiança com a CE, pelo que será positivo a denúncia de ocorrências criminais e não criminais, por significarem a redução das cifras negras, bem como o número de detenções e informação para as autoridades policiais.

Se atentarmos os RASI, a partir de 2007 é realizada uma análise diferenciada relativamente aos ilícitos de proatividade policial, que “resultam de uma intensificação da proactividade policial” (Sistema de Segurança Interna, 2008, p.4). Neste caso, as ocorrências de proatividade policial são as de “tráfico de estupefacientes”, “posse e/ou consumo de estupefacientes” e “posse e/ou uso de arma”.

Analisaremos as ocorrências registadas pelas EPES, criminais e não criminais, relacionando-as com o número de polícias das EPES, fornecidos pelo Núcleo de Operações do COMETLIS (NO/COMETLIS).

Em seguida apresentamos a Figura 4, onde é possível observar as relações que pretendemos estudar nesta investigação.

Se por um lado iremos relacionar o número de participantes da CE em Atividades Preventivas com os Polícias das EPES, por outro, iremos relacionar o número de alunos com os Polícias das EPES. Estes indicadores de desempenho serão relacionados com o sistema de organização das EPES, procurando identificar um modelo de organização mais eficaz ou, pelo menos, identificar um modelo de organização que possa ser alternativo ao exigido.

Procuraremos, desta forma, saber se existe uma relação direta entre o sistema de organização e o desempenho das EPES.

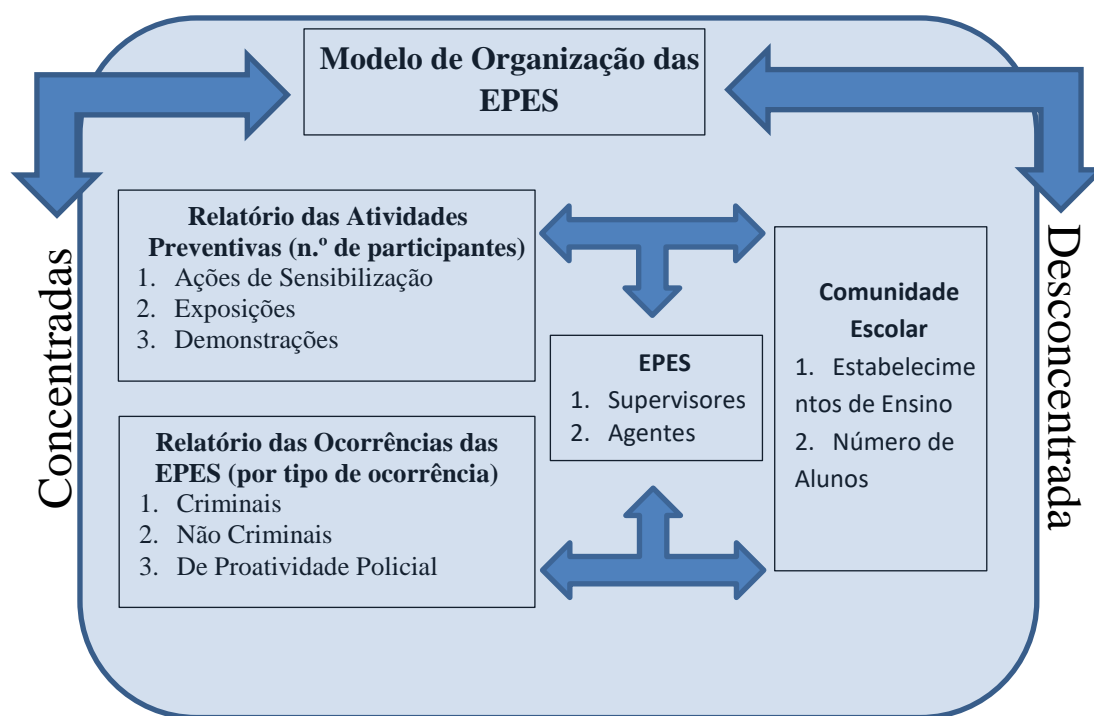


Figura 4: Dimensões relacionadas nesta investigação
Fonte: elaboração própria

2.4. Procedimento

No sentido de estabelecer um enquadramento teórico para a presente investigação, houve necessidade de realizar uma revisão da literatura científica e de legislação sobre o objecto de estudo, que passou pela sectorização de subtemas que consideramos relevantes para atingir os objetivos.

Concluída a revisão bibliográfica do problema de investigação, partimos para uma análise quantitativa de dados estatísticos, assente nos dois instrumentos de gestão.

Procurando sempre respeitar princípios éticos e deontológicos obrigatórios em qualquer investigação científica, foi formalmente solicitada autorização à Direção Nacional da PSP para a obtenção de dados, que mereceu despacho favorável.

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS

3.1. Introdução

Tendo como objectivo o estudo de casos múltiplos, primeiramente, analisaremos a área de responsabilidade da Divisão Policial (DP), quer em termos demográficos quer em termos dimensão, para em seguida apresentarmos a forma como essa área se encontra dividida por Esquadra Territorial (ET).

Em segundo lugar, analisaremos a área de responsabilidade da DP, em termos de Estabelecimentos de Ensinos (EE) e de alunos. Apesar de alguns EE terem vários graus de ensino, a análise será sempre individualizada por ciclo para uma melhor caracterização. Esta análise será realizada por ET, e no caso das Equipas do Programa Escola Segura (EPES) que estejam a funcionar de forma concentrada faremos a análise por Área de Intervenção (AI), que normalmente agrega as áreas de várias ET. Para finalizar esta caracterização, analisaremos o investimento que a Polícia de Segurança pública (PSP) fez nas EPES da DP, quer em termos de recursos humanos quer em termos materiais.

Em terceiro lugar, analisaremos os resultados operacionais das EPES de cada DP. Por um lado, as atividades preventivas organizadas pelas EPES, quer em termos de participantes, quer em termos de tipo de atividade; por outro lado, as ocorrências com maior incidência. As atividades preventivas fazem parte da estrutura nuclear de trabalho e principal instrumento das EPES.

Finalmente, todos estes dados serão relacionados com o número de polícias nas EPES, para podermos ter indicadores quanto à sua real eficácia e a sua relação com o sistema de organização.

Por agora, veja-se, na Figura 5, a área de responsabilidade do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS), com todas as suas DP e ET.

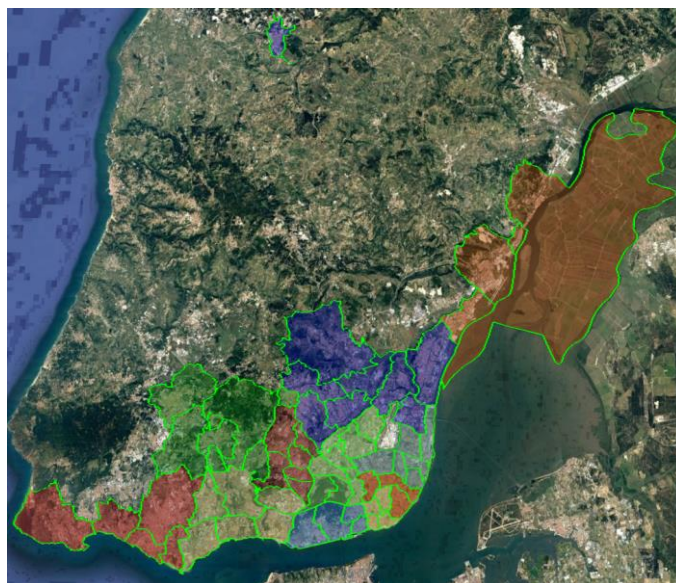


Figura 5: Área de responsabilidade do COMETLIS, dividido por DP
Fonte: Google Earth

3.2. Estudo de caso 1: 1ª Divisão Policial

3.2.1. Caracterização da 1DP e das EPES

A 1DP localiza-se na cidade de Lisboa, abrangendo $6,09\text{Km}^2$ e uma população residente de 70.106 habitantes, com densidade populacional de $11.511,66 \text{ Hab/Km}^2$ ⁵⁰. A 1DP tem cinco ET, correspondendo a quatro freguesias, sendo que apenas a 4ET e a 10ET partilham a área da mesma freguesia (Figura 6).

⁵⁰ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt



Figura 6: Área de Responsabilidade da 1DP, dividida por ET
Fonte: Google Earth

No ano letivo 2017/18, a Comunidade Escolar (CE) da 1DP encontrava-se distribuída por 72 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Conforme a Tabela 1, existe uma distribuição desequilibrada do número de EE por ciclo, que vão desde os 41 EE com ensino do 1.º Ciclo até aos seis EE com ensino do 2.º Ciclo. Se observarmos individualmente este somatório por ET, verificamos também grandes diferenças, que vão desde os 13 aos 27 EE.

Tabela 1: EE, por ciclo e ET, na 1DP, no ano letivo 2017/18

EE na 1DP					
Ano Letivo 2017/18					
	2ª ET	3ª ET	4ª/10ª ET	22ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	8	9	16	8	41
1º Ciclo	3	4	10	4	21
2º Ciclo	0	3	3	0	6
3º Ciclo	0	3	7	1	11
Secundário	3	9	11	5	11
TOTAL	13	18	27	14	72

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 2 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem novamente grandes diferenças, que vão desde os 988 aos 8.673 alunos.

Tabela 2: Alunos, por ciclo e ET, na 1DP, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na 1DP					
Ano Letivo 2017/18					
	2ª ET	3ª ET	4ª/10ª ET	22ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	328	551	1331	290	2.500
1º Ciclo	200	432	1.304	252	2.188
2º Ciclo	0	404	275	0	679
3º Ciclo	0	670	911	25	1.606
Secundário	460	2.316	4.852	2.769	10.367
TOTAL	988	4.373	8.673	3.336	17.370

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da 1DP estão concentradas na DP desde 2004, sob o comando do Chefe da Área Operacional (CAO). Com o Despacho 20, a 1DP transferiu as EPES para a 4ET, ET sede da 1DP⁵¹, continuando, no entanto, a trabalhar concentradas e sob um comando único. Tendo em conta estes desequilíbrios, como podemos observar na Figura 7, relativamente às EPES, a divisão da área da 1DP é feita por matriz geográfica de ET, mas organizada em AI. Esta opção gestionária da 1DP permite que as EPES trabalhem de forma concentrada, distribuindo a sua área de responsabilidade em duas AI.

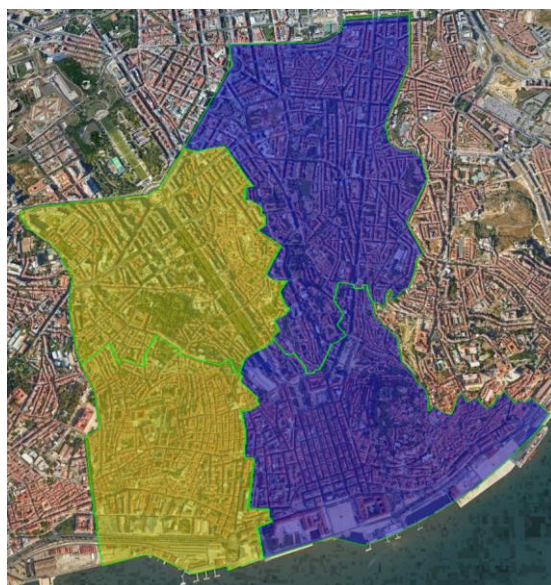


Figura 7: Divisão da 1DP por AI

Fonte: Google Earth

Podemos observar na Tabela 3 a divisão das AI.

⁵¹ COMETLIS. (2010). *Ordem de Serviço n.º140, de 23 de agosto.*

Tabela 3: AI das EPES da 1DP

AI	Área de ET
AI 1	2ª, 4ª e 10ª ET
AI 2	3ª e 22ª ET

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Tendo em conta esta organização específica, na Tabela 4 podemos observar, resumidamente, que a distribuição pelas AI está mais equilibrada nos dois parâmetros analisados.

Tabela 4: Alunos e EE, divididos por AI, da 1DP, no ano letivo 2017/18

ALUNOS e EE na 1DP por AI			
Ano Letivo 2017/18			
	AI 1 2ª, 4ª e 10ª ET	AI 2 3ª e 22ª ET	TOTAL
Alunos	9.661	7.709	17.370
EE	61	46	107

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Tendo presente esta forma de organização das EPES da 1DP, os meios humanos e materiais dividiram-se conforme a Tabela 5.

Tabela 5: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 1DP, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES na 1DP				
ano letivo 2017/18				
	AI 1	AI 2	Supervisão	TOTAL
Supervisores	0	0	1	1
Agentes	4	4	0	8
Viaturas EPES	1	1	0	2
Scooters	0	0	0	0
Telemóveis	1	1	0	2

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Existe uma clara independência, em termos de recursos, para cada uma das AI da 1DP, no entanto, esta divisão não impede, face ao comando e coordenação únicos, a entreaajuda, partilha e comunicação direta entre todas as EPES.

3.2.2. Atividade Proativa das EPES

A 1DP organizou, nos cinco anos letivos, atividades onde participaram 33.068 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 2, os totais de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES apresentaram uma tendência irregular: em 2015/16 houve o maior número de participantes (8.053) e em 2016/17 o menor, com 4.541 participantes. É possível, também, observar que a participação dos alunos constitui 89,1% (29.473) do total de participantes nestas atividades, enquanto a de Pais e de Professores é muito reduzida (6,2% e 4,7%, respetivamente). Esta diferença é natural, pela prioridade que os alunos assumem no trabalho das EPES e também pelo seu elevado número na CE.

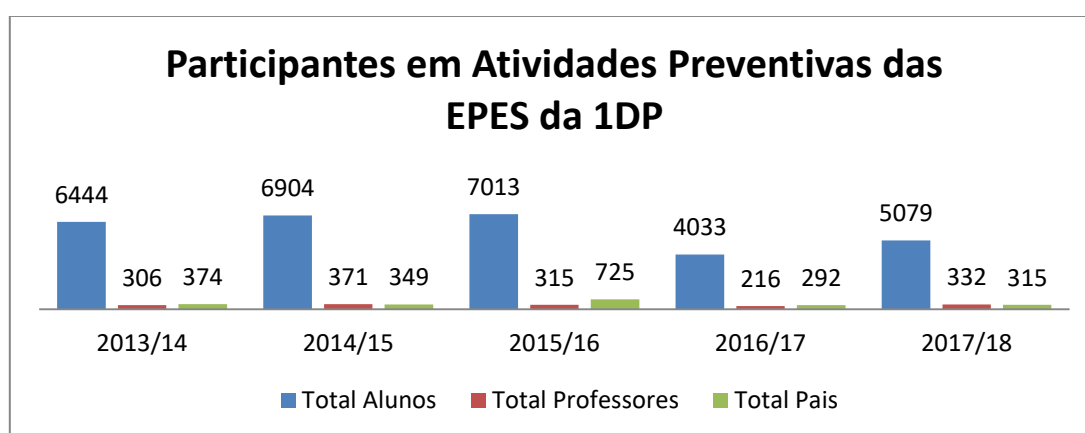


Gráfico 2: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 3 observamos que a participação em Ações de Sensibilização representa 86,8% (28.711) da participação nas Atividades Preventivas. Conforme referido anteriormente, esta situação é natural dada a facilidade de organizar Ações de Sensibilização.

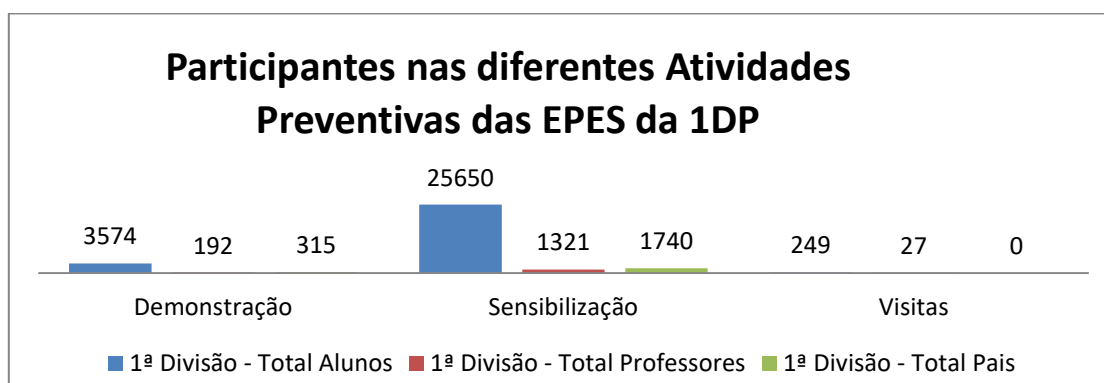


Gráfico 3: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

O registo de ocorrências criminais e não criminais por parte das EPES é, igualmente, um bom indicador da produtividade destas Equipas. Conforme referido anteriormente, a denúncia de ocorrências criminais e não criminais é positivo, por significarem a redução das cifras negras e um sinal de proximidade e confiança com as Forças de Segurança. As EPES da 1DP registaram, nos cinco anos letivos, 264 ocorrências criminais e 264 ocorrências não criminais, num total de 528 ocorrências.

No Gráfico 4 podemos encontrar a evolução das ocorrências criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 1DP, nos cinco anos letivos. Como podemos observar, o total de ocorrências, de forma agregada, apresentaram uma redução até ao ano letivo 2015/16, e nos dois anos seguintes um aumento de 32,9% (+28) e 8% (+9).

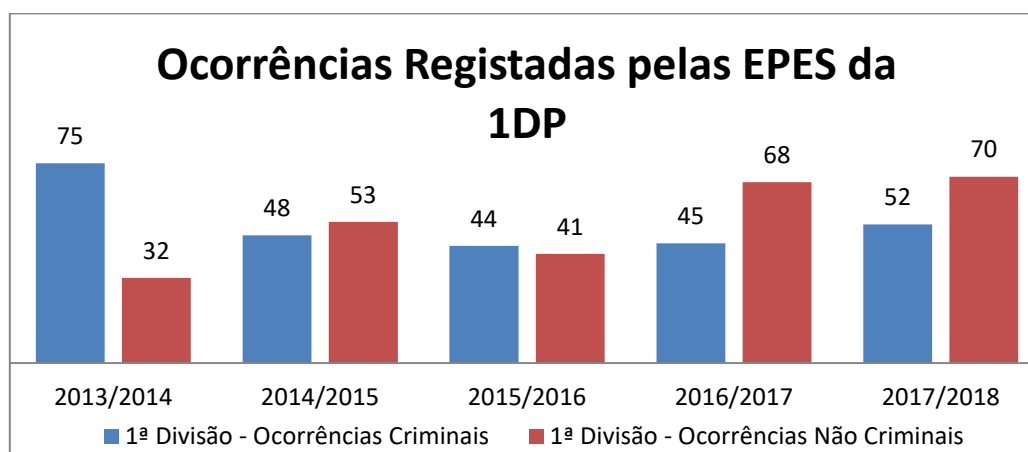


Gráfico 4: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 1DP, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 5 observa-se que as “Outras Ocorrências Não Criminais” são as mais frequentes (43,8%), seguidas de “Ofensas Corporais” (20,6%) e por “Furto” (10,2%), em relação ao total de ocorrências registadas pelas EPES. Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, que revelam a dinâmica e proatividade individual dos polícias, destacamos as 15 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as quatro por “Posse/Uso de Arma”.

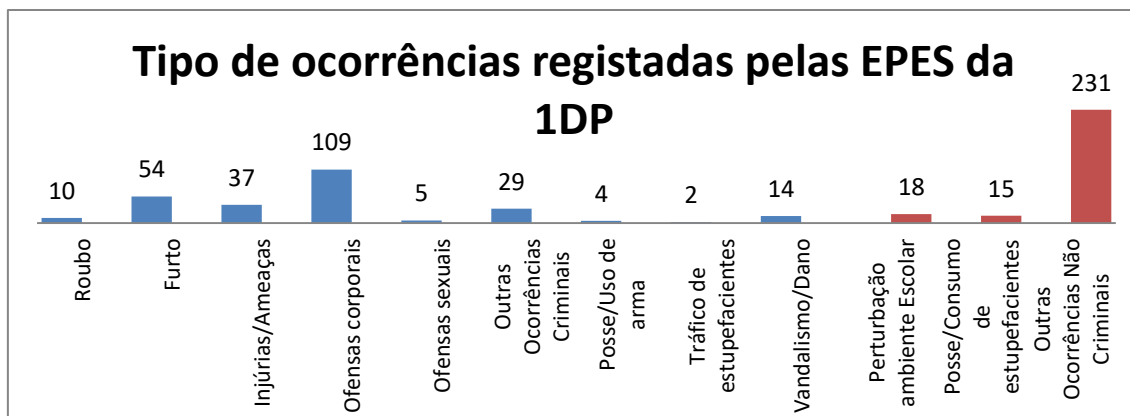


Gráfico 5: Ocorrências registadas pelas EPES da 1DP, nos cinco anos letivos
 Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da 1DP, dentro da sua atividade operacional, realizaram quatro detenções por “Outro Tipo de Crime” e duas por “Tráfico de Estupefacientes”.

3.3. Estudo de caso 2: 3ª Divisão Policial

3.3.1. Caracterização da 3DP e das EPES

A 3DP localiza-se na cidade de Lisboa, abrangendo 28,65Km² e uma população residente de 172.256 habitantes, com densidade demográfica de 6.012,42 Hab/Km²⁵². A 3DP tem nove ET, delimitadas por uma ou duas freguesias. Algumas ET estão confinadas a uma zona habitacional, abrangendo unicamente parte da área da freguesia (32ª, 36ª e 43ª ET), conforme podemos observar na Figura 8.

⁵² INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

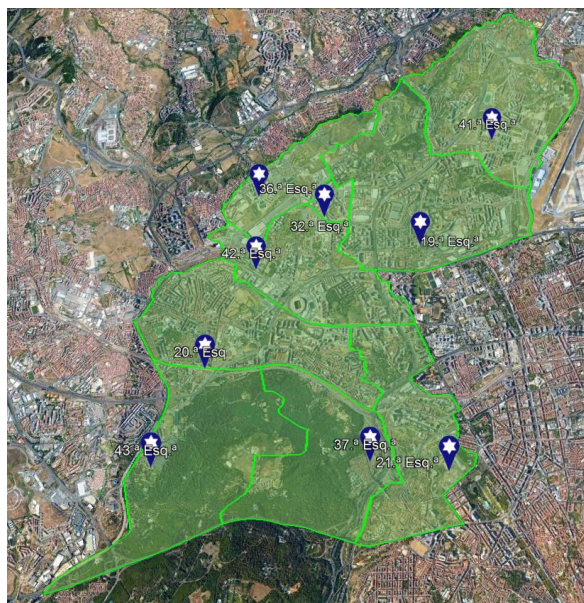


Figura 8: Área de Responsabilidade da 3DP, dividida por ET e Freguesias
Fonte: Google Earth

No ano letivo 2017/18 a CE da 3DP encontrava-se distribuída por 93 EE e 30.015 alunos do pré-escolar ao ensino secundário. Conforme a Tabela 6, existe uma distribuição desequilibrada do número de EE por ciclo. Se observarmos individualmente este somatório por ET, constatamos igualmente enormes diferenças, que vão desde 1 aos 25 EE.

Tabela 6: EE, por ciclo e ET, na 3DP, no ano letivo 2017/18

EE na 3DP ano letivo 2017/18										
	19ª ET	20ª ET	21ª ET	32ª ET	36ª ET	37ª ET	41ª ET	42ª ET	43ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	15	13	4	1	1	1	11	7	1	54
1º Ciclo	12	11	4	1	1	1	9	6	1	46
2º Ciclo	11	4	2	0	1	1	2	4	0	25
3º Ciclo	12	5	2	0	1	1	2	4	0	27
Secundário	8	3	1	0	0	0	1	3	0	16
TOTAL	25	23	5	2	4	2	14	17	1	93

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 7 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem novamente diferenças enormes, que vão dos 196 aos 10.510 alunos.

Tabela 7: Alunos, por ciclo e ET, na 3DP, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na 3DP ano letivo 2017/18										
	19^a ET	20^a ET	21^a ET	32^a ET	36^a ET	37^a ET	41^a ET	42^a ET	43^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	1.139	926	643	90	135	192	629	475	64	4.293
1º Ciclo	2.568	1.900	596	106	240	387	1.274	925	140	8.136
2º Ciclo	2.163	1.459	808	0	140	61	614	366	0	5.611
3º Ciclo	2.951	1.918	946	0	180	86	519	754	0	7.354
Secundário	1.689	1.445	317	0	0	0	65	1.105	0	4.621
TOTAL	10.510	7.648	3.310	196	695	726	3.101	3.625	204	30.015

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da 3DP estão concentradas na DP desde 2002, sob o comando do Comandante da EIFP. Com o Despacho 20, a 3DP transferiu as EPES para a 20^a ET, ET sede da DP⁵³, dependendo administrativamente da 20^a ET, e operacionalmente do Comando da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP).

Como podemos observar na Figura 9, relativamente às EPES, a divisão da área da 3DP não é feita por matriz geográfica de ET, mas por AI. Assim, como trabalham concentradas, as EPES distribuem a área da 3DP em três AI. Esta divisão teve presente que os Agrupamentos de EE não se limitam a freguesias ou áreas de ET, pelo que procurou que os seus EE ficassem na mesma AI, para potenciar o relacionamento interinstitucional.

⁵³ COMETLIS. (2010). *Ordem de Serviço n.º152, de 10 de agosto*, p.3.

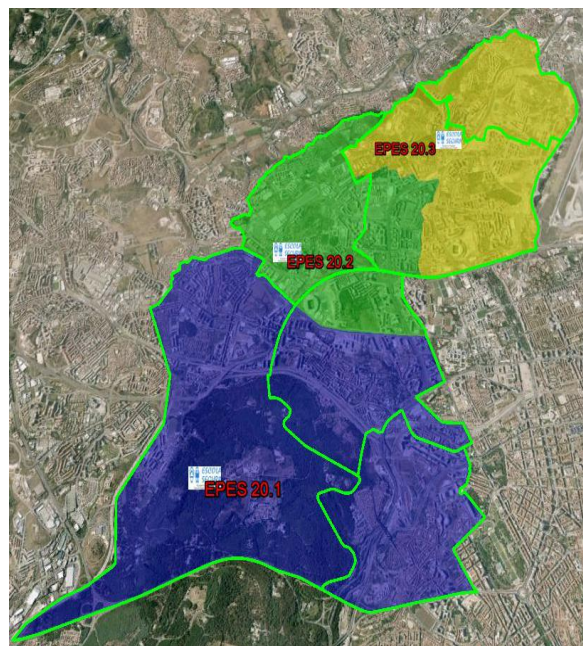


Figura 9: Divisão da 3DP por AI

Fonte: Google Earth

Podemos observar na Tabela 8 a divisão das AI.

Tabela 8: AI das EPES da 3DP

AI	Área de ET
AI 1	20 ^a , 21 ^a , 37 ^a e 43 ^a
AI 2	19 ^a , 32 ^a , 36 ^a e 42 ^a
AI 3	19 ^a e 41 ^a

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Tendo em conta esta organização específica, na Tabela 9 podemos observar, mesmo que resumidamente, que a distribuição pelas AI está mais equilibrada nos dois parâmetros analisados.

Tabela 9: Alunos e EE, divididos por AI, da 3DP

ALUNOS e EE na 3DP ano letivo 2017/18				
	AI 1	AI 2	AI 3	TOTAL
Alunos	11.888	4.516	13.611	30.694
EE	33	21	39	93

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Tendo presente esta forma de organização das EPES da 3DP, os meios humanos e materiais dividiram-se conforme a Tabela 10.

Tabela 10: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 3DP, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES da 3DP					
ano letivo 2017/18					
	AI 1	AI 2	AI 3	Supervisão	TOTAL
Supervisor	0	0	0	1	1
Agentes	6	4	4	0	14
Viaturas EPES	3	1	1	0	5
Scooters	0	1	0	0	1
Telemóveis	1	1	1	1	4

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Como podemos observar, existe uma clara independência, em termos de recursos, para cada uma das AI da 3DP. Esta divisão não impede, face ao comando e coordenação únicos, a entreaajuda, partilha e comunicação direta entre todas as EPES.

3.3.1. Atividade Proativa das EPES

As EPES da 3DP organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participaram 57.708 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 6, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem oscilado bastante nos cinco anos letivos: em 2015/16 houve o menor número de participantes (5.564), e em 2017/18 o maior, com 15.858 participantes. É possível também observar que a participação dos Alunos constitui 87,1% (50.252) do total de participantes nestas atividade, enquanto a de Pais e de Professores é muito reduzida (6,6% e 6,3%, respetivamente).

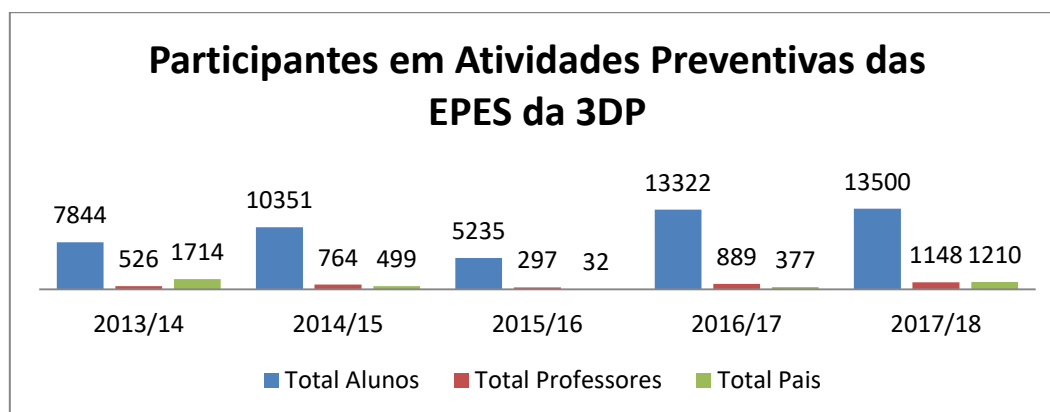


Gráfico 6: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 3DP, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

A participação em Ações de Sensibilização representa 58,5% (33.756) das Atividades Preventivas e as Visitas 30,4% (17.518).

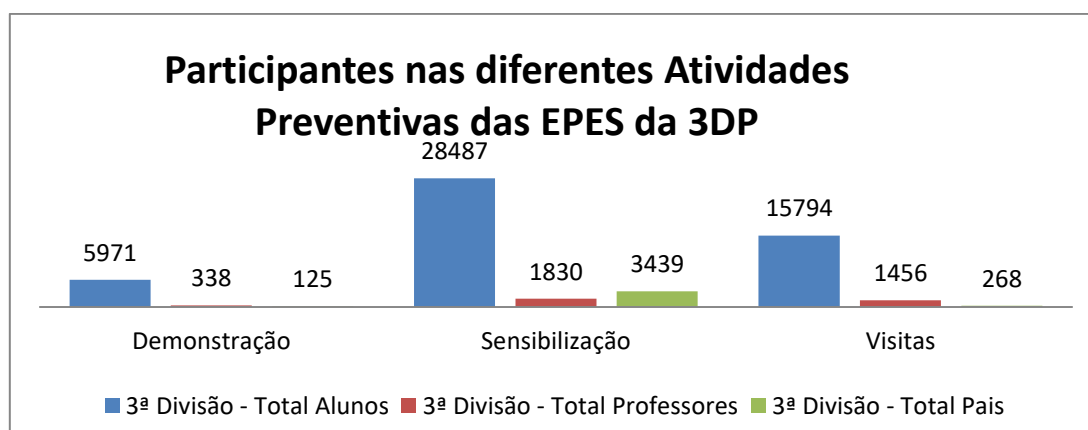


Gráfico 7: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 3DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da 3DP registaram, nos cinco anos letivos, 1.629 ocorrências criminais e 885 ocorrências não criminais, num total de 2.514 ocorrências. Como podemos observar no Gráfico 8, a evolução das ocorrências, analisadas de forma agregada, tem-se mantido equilibrado ao longo dos cinco anos letivos, realçando-se a redução de 8% no último ano.

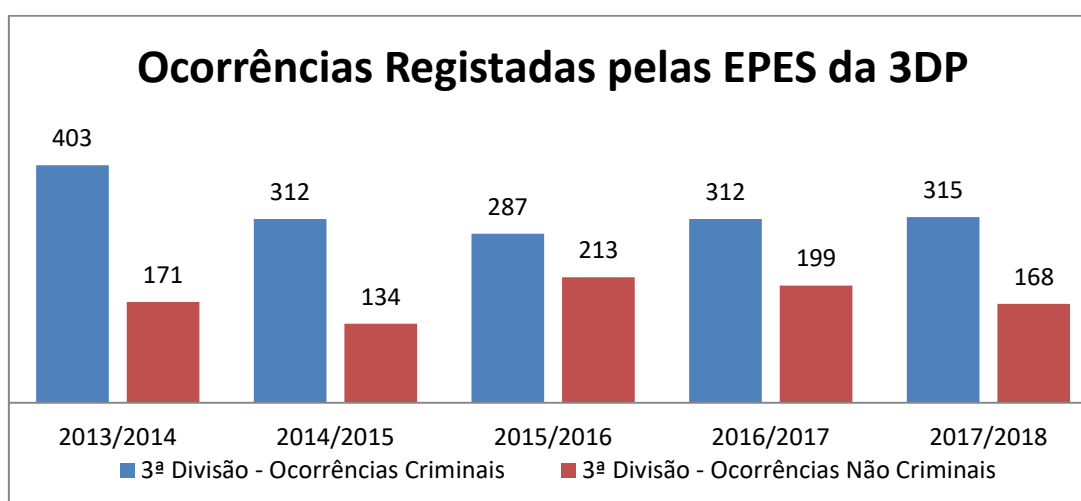


Gráfico 8: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 3DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 9, observa-se que nas ocorrências criminais destaca-se o crime de “Outras Ocorrências Não Criminais” com 22,7% e “Ofensas Corporais” com

22,5%, seguidas de “Furto” e de “Injúrias e Ameaças”, com 12,7% e 12,9%, respectivamente. Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as 282 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as 26 por “Posse/Uso de Arma”.

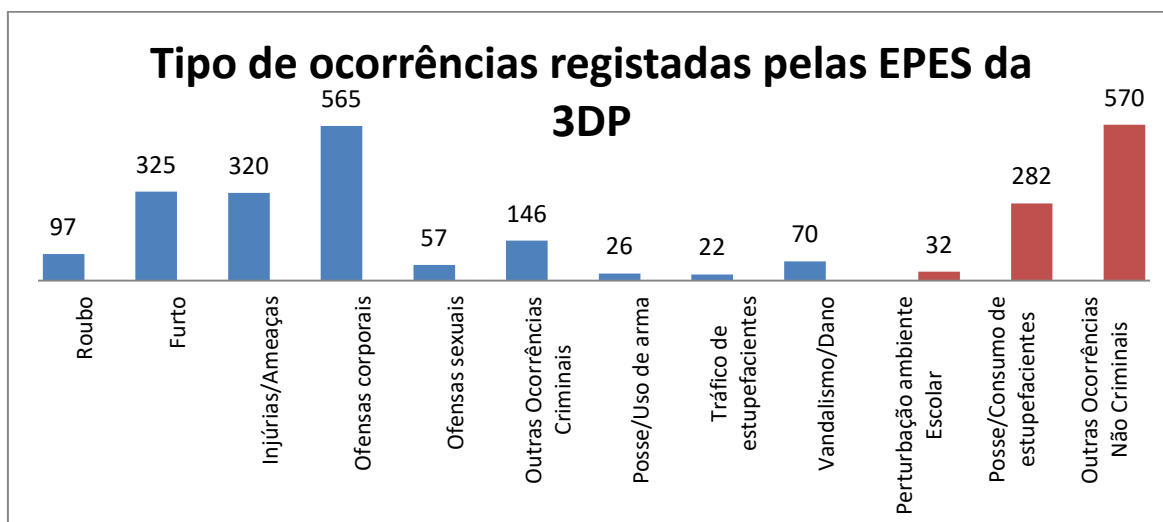


Gráfico 9: Ocorrências registradas pelas EPES da 3DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Conforme podemos observar no Gráfico 10, as EPES, dentro da sua atividade operacional, realizaram 59 detenções, sendo de destacar as que tiveram lugar por “Tráfico de Estupefacientes” (45,8%) e “Outro Tipo de Crimes” (23,8%).

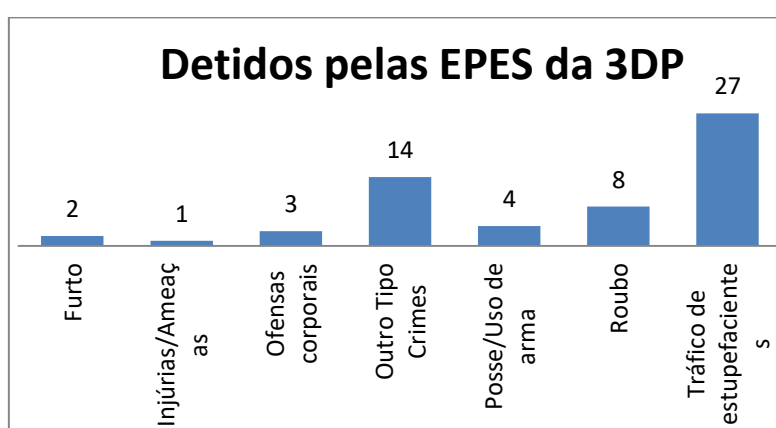


Gráfico 10: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da 3DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

3.4. Estudo de caso 3: 4ª Divisão Policial

3.4.1. Caracterização da DP e das EPES

A 4DP localiza-se na cidade de Lisboa, abrangendo 17,37Km² e uma população residente de 88.322 habitantes, com densidade demográfica de 5.084,74Hab/Km²⁵⁴. A 4DP tem cinco ET, delimitadas por quatro freguesias. Apenas a 28ET e a 29ET partilham a área da mesma freguesia, conforme pode observar-se na Figura 10.

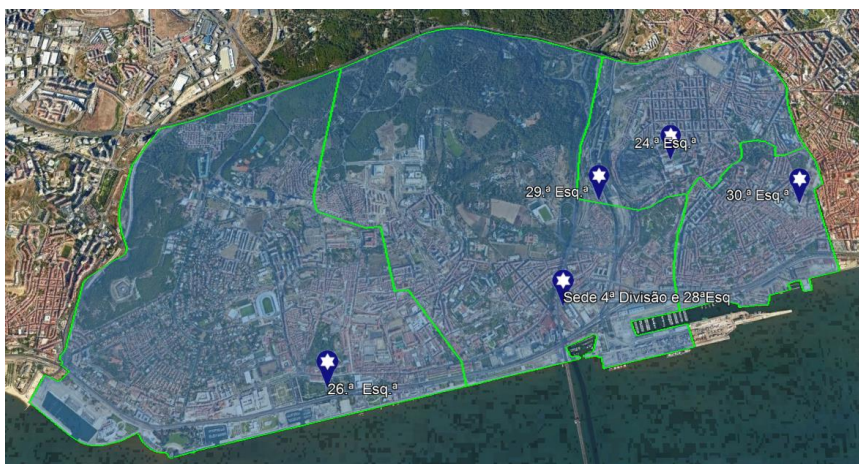


Figura 10: Área de Responsabilidade da 4DP, dividida por ET
Fonte: Google Earth

No ano letivo 2017/18, a CE da 4DP encontrava-se distribuída por 97 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Conforme a Tabela 11, *a priori* existe uma distribuição desequilibrada e crescente do número de EE por ciclo. Se observarmos individualmente este somatório por ET, verificamos igualmente grandes diferenças, que vão desde os 17 aos 31 EE.

⁵⁴ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 11: EE, por ciclo e ET, na 4DP, no ano letivo 2017/18

EE na 4DP ano letivo 2017/18					
	24ª ET	26ª ET	28ª/39ª ET	30ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	13	23	16	14	66
1º Ciclo	10	18	8	9	45
2º Ciclo	8	14	3	1	26
3º Ciclo	6	14	7	2	29
Secundário	3	8	3	2	16
TOTAL	17	31	27	22	97

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 12 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem diferenças que vão desde os 1.226 aos 6.528 alunos.

Tabela 12: Alunos, por ciclo e ET, na 4DP, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na 4DP ano letivo 2017/18					
	24ª ET	26ª ET	28ª/39ª ET	30ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	1.137	1.910	1.149	1.344	5.540
1º Ciclo	1.574	2.312	982	919	5.787
2º Ciclo	1.361	1.197	451	94	3.103
3º Ciclo	1.611	2.246	1.732	585	6.174
Secundário	845	3.601	888	1.203	6.537
TOTAL	6.528	1.226	5.202	4.145	27.141

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Para debelar estas diferenças entre alunos e EE por área de ET, as EPES da 4DP trabalham concentradas na DP, dividida unicamente em uma AI, sendo os meios humanos e materiais partilhados pelas EPES da 4DP.

As EPES da 4DP estão concentradas na DP desde 2004, sob o comando do Comandante da EIFP. Com o Despacho 20, a 4DP transferiu as EPES para a 28ET, ET sede da DP, continuando, no entanto, a trabalhar concentradas e sob um comando único.

Tendo presente a concentração das EPES da 4DP, os meios humanos e materiais disponíveis são os referidos na Tabela 13.

Tabela 13: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 4DP, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES da 4DP ano letivo 2017/18		
	AI 1	TOTAL
Supervisor	1	1
Agentes	9	9
Viaturas EPES	4	4
Scooters	1	1
Telemóveis	3	3

Fonte: NO/COMETLIS

Apesar da dimensão da área e dos EE, a 4DP assume a importância de não ter mais que uma AI, partilhando todos os recursos e responsabilidades na área das EPES.

3.4.2. Atividade Proativa das EPES

As Atividades Preventivas fazem parte da estrutura nuclear de trabalho e principal instrumento das EPES, sendo que a 4DP organizou, nos cinco anos letivos, atividades onde participarem 56.915 membros da CE

Como podemos observar no Gráfico 11, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem oscilado bastante: em 2013/14 registou o maior número de participantes (27.027) e em 2015/16 o menor, com 5.261. Verificamos igualmente que a participação dos Alunos constitui 76,3% do total de participantes nestas atividade, enquanto a de Pais e de Professores é muito reduzida (18,2% e 5,5%, respetivamente).

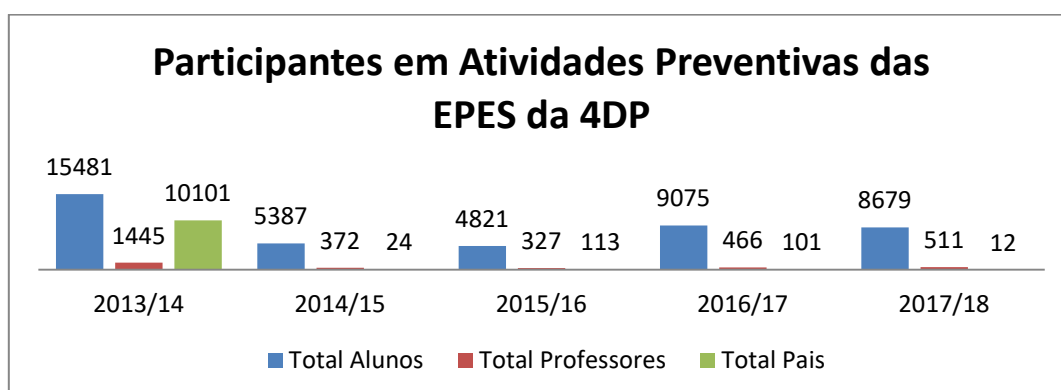


Gráfico 11: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 4DP nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS

No Gráfico 12 observamos como as EPES da 4DP procuraram interagir com a CE. A participação em Ações de Sensibilização representa 54,7% (31.161) das Atividades Preventivas, 39,6% em Demonstração e 18,2% em Visitas.

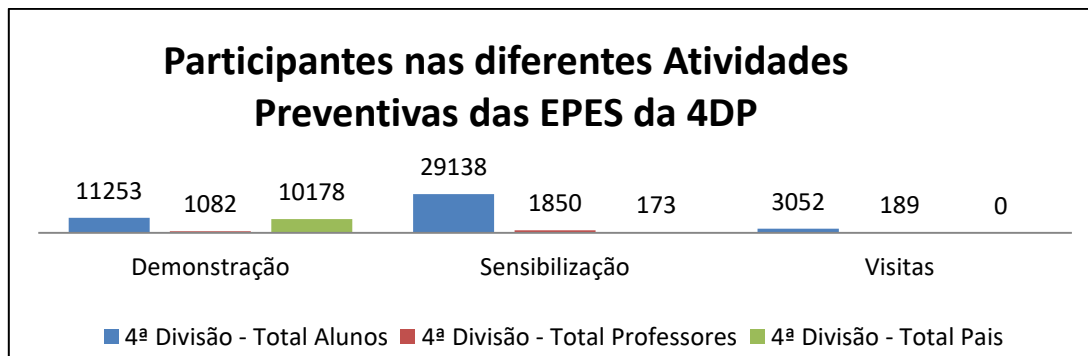


Gráfico 12: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da 4DP registaram, nos cinco anos letivos, 625 ocorrências criminais e 459 ocorrências não criminais, num total de 1.084 ocorrências. Como podemos observar no Gráfico 13, a evolução das ocorrências, analisadas de forma agregada, tem apresentado um aumento gradual, baixando unicamente 21,2% no último ano letivo.

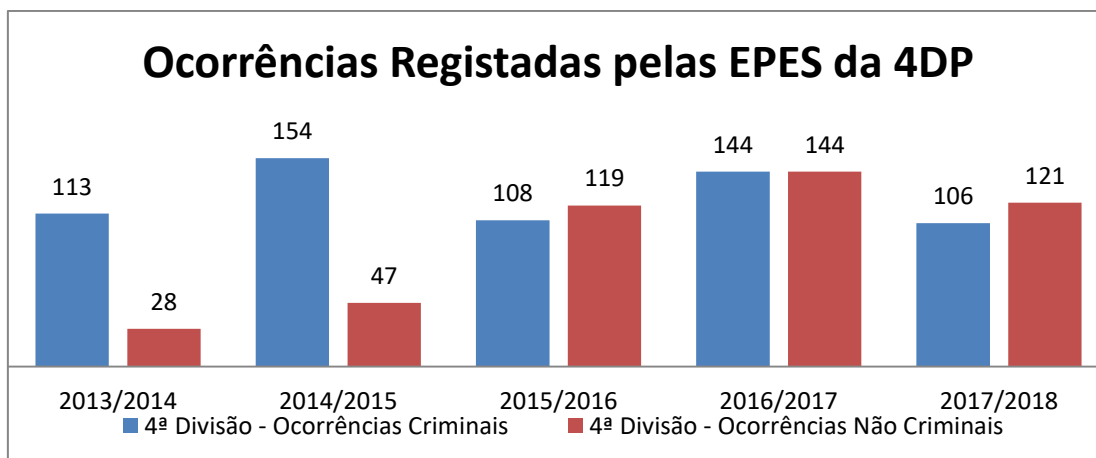


Gráfico 13: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 4DP, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS

Analisando o Gráfico 14, observa-se que as “Outras Ocorrências Não Criminais” são as mais frequentes (29,8%), seguidas de “Ofensas Corporais” (18,2%) e por “Furto” (16,2%). Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial,

destacamos as 85 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as 27 por “Tráfico de Estupefacientes”.

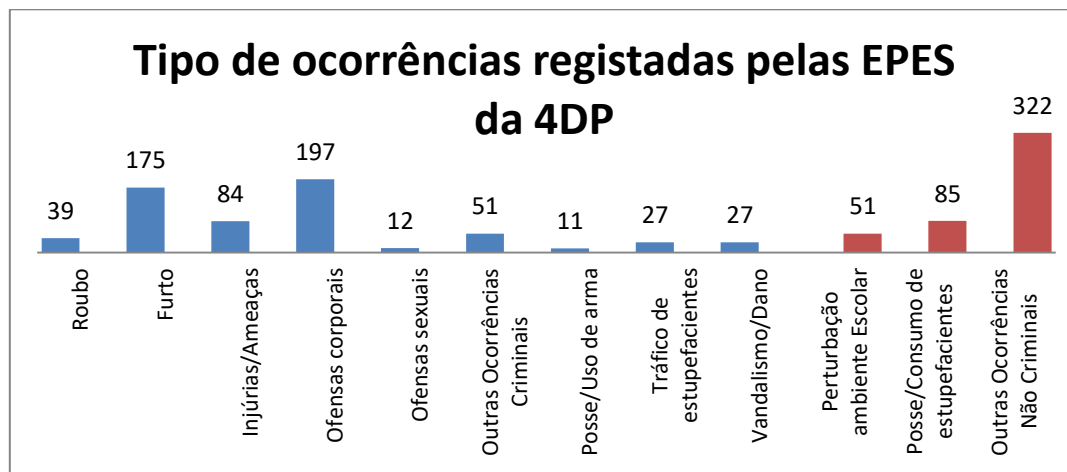


Gráfico 14: Ocorrências registradas pelas EPES da 4DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS

Conforme podemos observar no Gráfico 15, as EPES, dentro da sua atividade operacional, realizaram 63 detenções, onde se destacam as por “Furto” (38,1%) e as por “Tráfico de Estupefacientes” (36,5%).

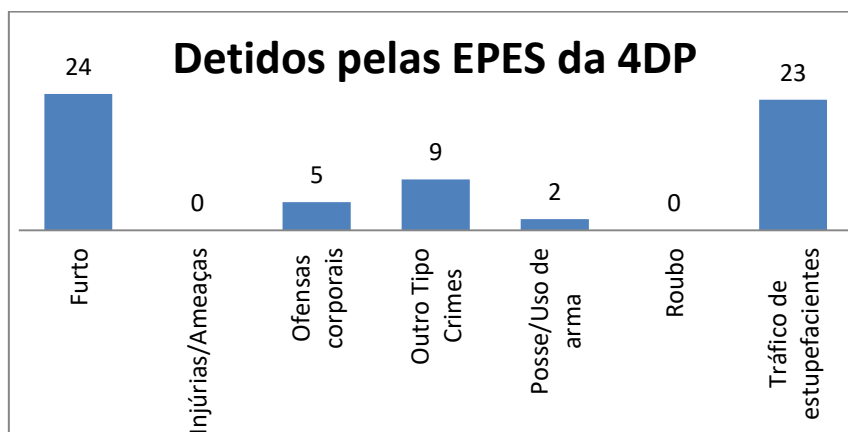


Gráfico 15: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da 4DP, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS

3.5. Estudo de caso 4: Divisão Policial de Oeiras

3.5.1. Caracterização da DP e das EPES

A Divisão Policial de Oeiras (DPO) abrange o concelho de Oeiras, com 45,8Km², uma população residente de 172.120 habitantes, e com uma densidade demográfica de 3.140,9 Hab/Km² ⁵⁵. Esta DP “situa-se na margem norte do rio Tejo, sendo delimitado a Norte e Poente pelos concelhos de Sintra e Cascais, a nascente pelos concelhos de Lisboa e Amadora, e a sul pela barra do rio Tejo, perfazendo uma frente ribeirinha com cerca de 9 Km de extensão” (Neto, 2015, p.5). A DPO tem 6 ET, estando cada uma delimitada por uma ou duas freguesias, conforme se pode observar na Figura 11.



Figura 11: Área de responsabilidade da DPO, por ET e freguesias
Fonte: Google Earth

A CE da DPO encontra-se distribuída por 89 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Na Tabela 14 observa-se que existe uma distribuição equilibrada do número de EE por ciclo, tendo em conta a sua forma própria de organização. Se observarmos este somatório por ET, verificamos grandes diferenças, que vão desde os 7 aos 34 EE.

⁵⁵ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 14: EE, por ciclo e ET, na DPO, no ano letivo 2017/18

EE na DPO ano letivo 2017/18						
	80ª ET	81ª ET	82ª ET	83ª ET	84ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	14	11	5	6	5	41
1º Ciclo	8	5	4	5	8	30
2º Ciclo	10	4	2	1	2	19
3º Ciclo	8	6	1	1	1	17
Secundário	5	3	1	1	0	10
TOTAL	34	26	7	8	14	89

Fonte: NO/COMETLIS

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 15 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem diferenças que vão desde os 1.760 aos 11.266 alunos.

Tabela 15: Alunos, por ciclo e ET, na DPO, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na DPO ano letivo 2017/18						
	80ª ET	81ª ET	82ª ET	83ª ET	85ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	2.499	1.525	357	203	228	4.812
1º Ciclo	3.009	1.519	725	1.066	1.125	7.444
2º Ciclo	2.190	805	216	539	527	4.277
3º Ciclo	1.508	1.782	326	710	498	4.824
Secundário	2.060	1.909	136	528	0	4.633
TOTAL	11.266	7.540	1.760	3.046	2.378	25.990

Fonte: NO/COMETLIS

As EPES da DPO encontram-se descentralizadas nas ET, sob o Comando da ET. Em 2009, quando foi publicado o Despacho 20, a DPO já trabalhava de forma descentralizada, pelo que não teve de alterar a sua organização. As EPES das diferentes ET trabalham em conjunto unicamente em situações excecionais, sob a coordenação da Subsecção de Operações da DPO.

Tabela 16: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPO, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES da DPO ano letivo 2017/18						
	80ª ET	81ª ET	82ª ET	83ª ET	85ª ET	TOTAL
Supervisor	0	0	0	0	0	0
Agentes	2	4	2	2	2	12
Viaturas EPES	0	0	0	0	0	0
Scooters	0	0	0	0	0	0
Telemóveis	1	1	0	0	0	2

Fonte: NO/COMETLIS

Como podemos observar nas Tabelas 14, 15 e 16 existem grandes diferenças na dimensão, meios humanos e materiais entre as EPES das ET, pelo que as formas de trabalho serão, naturalmente, muito distintas entre si. Observe-se que na DPO não existem Viaturas “Escola Segura”, pelo que qualquer deslocação terá de ser feita através do Carro Patrulha, de transportes públicos ou apeados.

Os meios humanos mantiveram-se constantes nos anos do estudo.

3.5.2. Atividade Proativa das EPES

As EPES da DPO organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participarem 51.818 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 16, releva-se que o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem apresentado uma tendência crescente: em 2013/14 registou o menor número de participantes (7.630), e em 2015/16 o maior, com 12.165.

É possível também observar que a participação dos Alunos constitui 92,1% do total de participantes nestas atividades, enquanto a de Pais e de Professores é muito reduzida (2,9% e 5%, respetivamente).

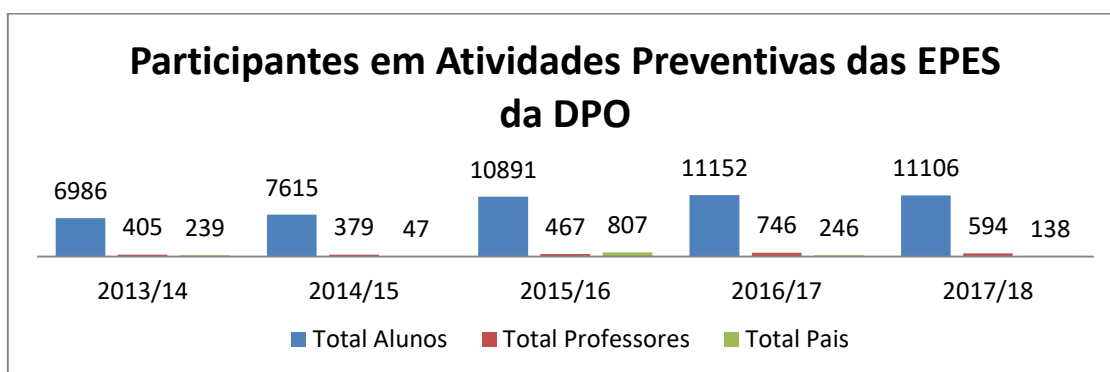


Gráfico 16: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPO, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 17 é possível observar que as Ações de Sensibilização representam 85,8% dos participantes, enquanto as Demonstrações e Visitas representam 9,3% e 5%, respetivamente.

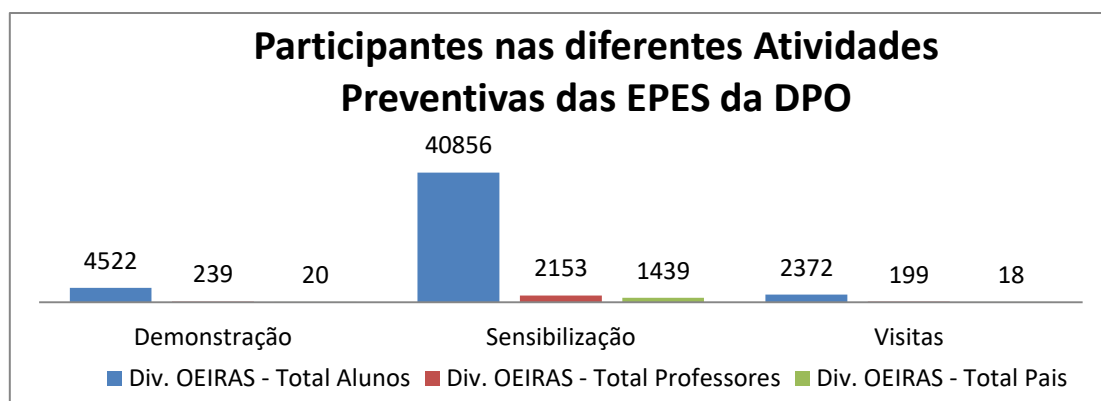


Gráfico 17: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPO, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Em relação ao registo de ocorrências criminais e não criminais, de relevar que as EPES da DPO registaram, nos cinco anos letivos, 611 ocorrências criminais e 190 ocorrências não criminais, num total de 801 ocorrências registadas.

Como podemos observar no Gráfico 18, a evolução das ocorrências registadas pelas EPES da DPO, analisadas de forma agregada, tem apresentado uma tendência de redução nos cinco anos letivos.

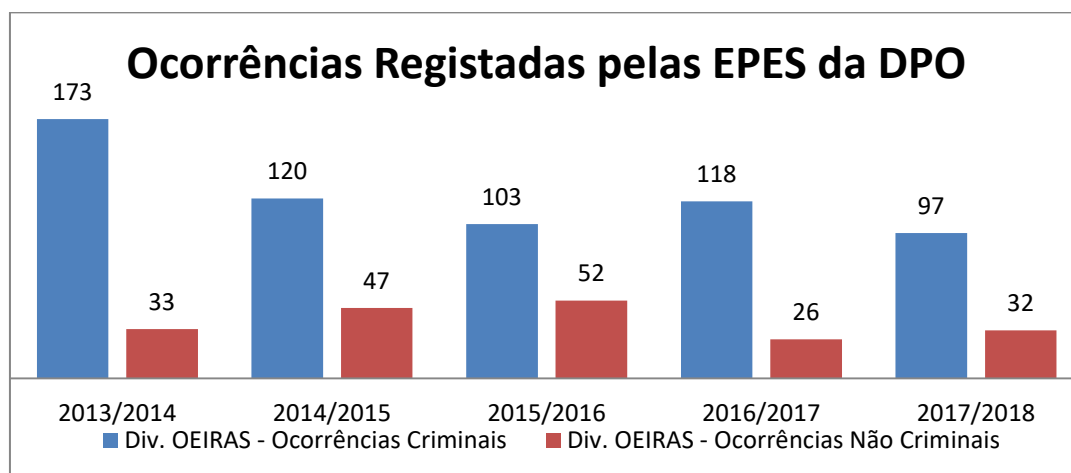


Gráfico 18: Ocorrências registadas pelas EPES da DPO, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 19, verifica-se que as ocorrências por “Furto” são as mais frequentes (22,1%), seguidas pelas “Ofensas Corporais” (21,5%) e “Outras Ocorrências Não Criminais” (16,5%). Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as 51 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as 15 por “Tráfico de Estupefacientes”.

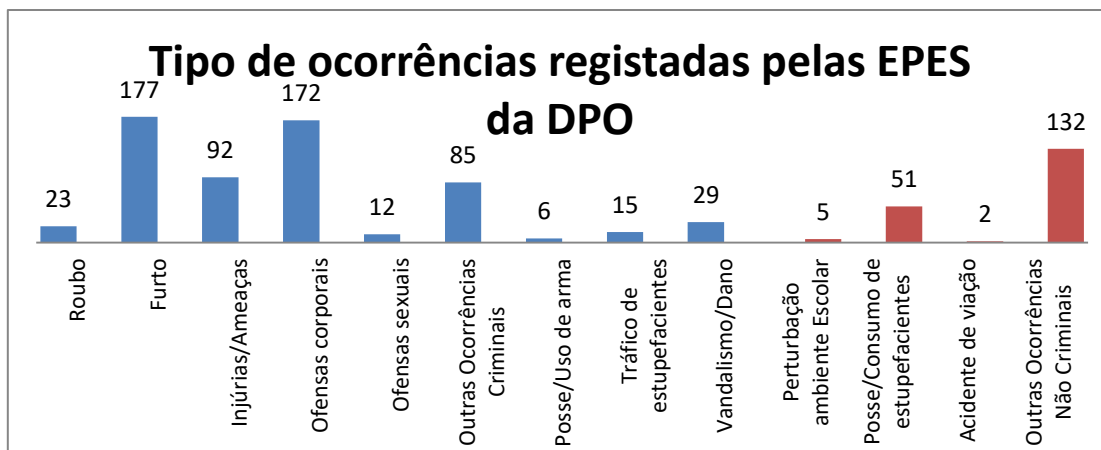


Gráfico 19: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPO, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Conforme podemos observar no Gráfico 20, as EPES da DPO, no âmbito da atividade operacional, realizaram 23 detenções, sendo de destacar as por “Outro Tipo de Crimes” (39,1%) e as por “Tráfico de Estupefacientes” (30,4%).

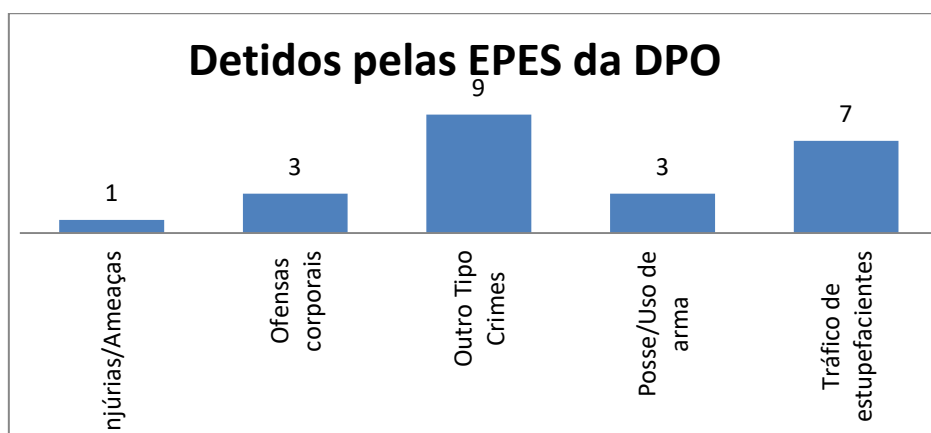


Gráfico 20: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da DPO, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

3.6. Estudo de caso 5: Divisão Policial de Cascais

3.6.1. Caracterização da DP e das EPES

A Divisão Policial de Cascais (DPC) abrange o concelho de Cascais, à exceção da freguesia de Alcabideche⁵⁶, com 57,64Km², uma população residente de 164.317

⁵⁶ A Freguesia de Alcabideche tem 39,76Km² e 42.162 residentes

habitantes e uma densidade demográfica de 2.850,77 Hab/Km²⁵⁷. A DPC tem cinco ET, estando cada uma delimitada por uma freguesia, conforme pode observar-se na Figura 12.



Figura 12: Área de responsabilidade da DPC, por ET e freguesias
Fonte: Google Earth

A CE da DPC encontra-se distribuída por 131 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Na Tabela 17, observa-se que existe uma distribuição desequilibrada do número de EE por ciclo. Se observarmos este somatório por ET, registamos grandes diferenças, que vão desde os 14 aos 40 EE.

Tabela 17: EE, por ciclo e ET, na DPC, no ano letivo 2017/18

EE na DPC ano letivo 2017/18						
	50ª ET	51ª ET	52ª ET	54ª ET	56ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	14	10	13	8	3	48
1º Ciclo	18	5	11	18	5	57
2º Ciclo	5	0	5	8	1	19
3º Ciclo	4	5	5	4	3	21
Secundário	3	1	2	2	2	10
TOTAL	20	21	36	40	14	131

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No número de alunos por ciclo, a distribuição é mais equilibrada, contudo, se fizermos uma análise, com base na área de ET, os números refletem diferenças substanciais, que vão desde os 1.800 aos 7.030 alunos.

⁵⁷ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 18: Alunos, por ciclo e ET, na DPC, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na DPC ano letivo 2017/18						
	50ª ET	51ª ET	52ª ET	54ª ET	56ª ET	TOTAL
Pré-Escolar	703	1.258	1.002	200	730	3.893
1º Ciclo	2.411	1.242	1.632	300	2.175	7.760
2º Ciclo	1.624	930	973	0	835	4.362
3º Ciclo	1.692	1.306	1.255	500	1.229	5.982
Secundário	600	1.884	943	800	770	4.997
TOTAL	7.030	6.620	5.805	1.800	5.739	26.994

Fonte: NO/COMETLIS

As EPES da DPC encontram-se descentralizadas nas ET, sob o Comando da ET. Em 2009, quando foi publicado o Despacho 20, a DPC já trabalhava de forma descentralizada, pelo que não teve de alterar a sua organização. As EPES das diferentes ET trabalham em conjunto unicamente em situações excecionais, sob a coordenação da Subseção de Operações da DPC.

Como podemos observar na Tabela 19, existem pequenos diferenças nos meios humanos e materiais entre as EPES das diferentes ET, apesar das enormes diferenças em termos de EE e alunos. Considerando os recursos humanos existentes, torna-se impossível abarcar o período letivo e horário de referência dos EE.

Tabela 19: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPO, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES na DPC ano letivo 2017/18						
	50ª ET	51ª ET	52ª ET	54ª ET	56ª ET	TOTAL
Supervisor	0	0	1	0	1	2
Agentes	2	2	1	1	2	8
Viaturas EPES	1	1	1	1	1	5
Scooters	0	0	0	0	0	0
Telemóveis	1	1	1	1	1	5

Fonte: NO/COMETLIS

3.6.2. Atividade Proativa das EPES

As EPES da DPC organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participarem 67.210 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 21, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem sido muito irregular nos últimos anos: em

2013/14 registou o menor número de participantes (6.081) e em 2014/15 o maior, com 18.712.

É possível também observar, que a participação dos Alunos constitui 92,1% do total de participantes nestas atividades, enquanto a de Pais e de Professores é muito reduzida (6,6% e 4,7%, respetivamente).

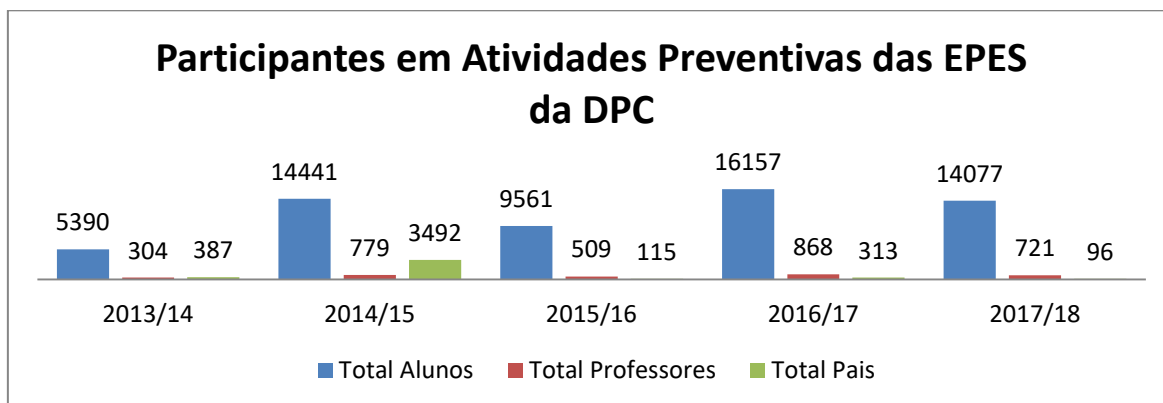


Gráfico 21: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPC, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 22, é possível observar que as Ações de Sensibilização representam 93,7% (62.951) dos participantes, as Demonstrações 3,7% (2.518) e as Visitas 2,6% (1.741).

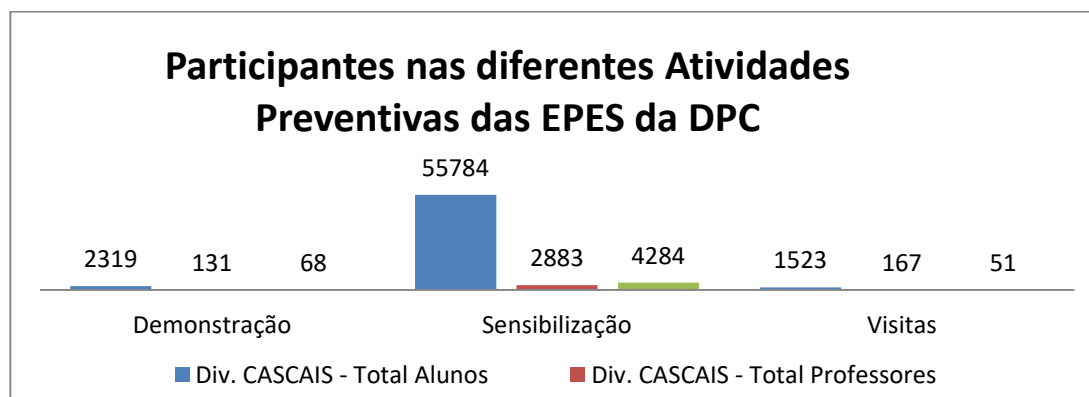


Gráfico 22: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPC, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPC registaram, nos cinco anos letivos, 123 ocorrências criminais e 258 ocorrências não criminais, num total de 381 ocorrências registadas.

Como podemos observar no Gráfico 23, a evolução das ocorrências registradas pelas EPES da DPC, analisadas de forma agregada, mostra uma redução de 28% e 5,2% nos anos letivos 2016/17 e 2017/18, respectivamente.

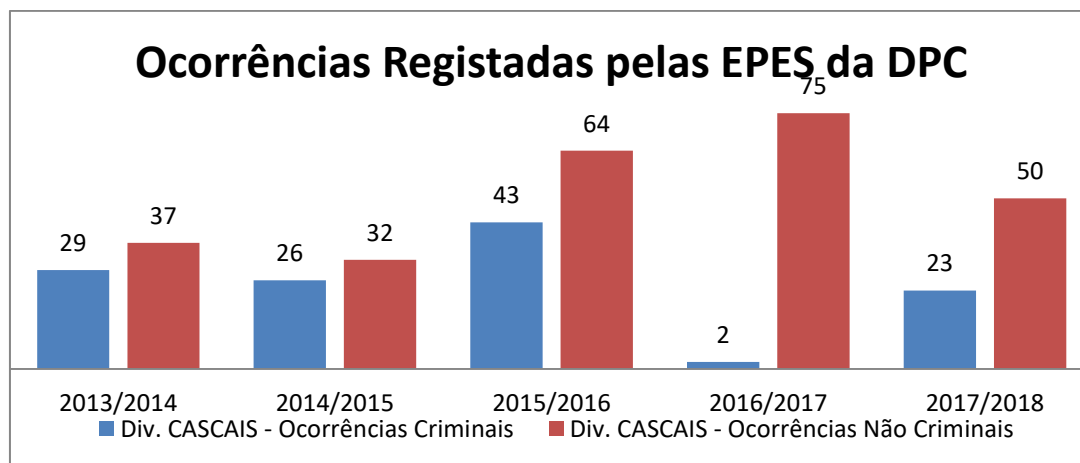


Gráfico 23: Ocorrências registradas pelas EPES da DPC, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 24, regista-se que as “Ocorrências Não Criminais” são as mais frequentes (66,7%), seguidas pelas “Injúrias/Ameaças” (8,1%), pelas “Ofensas Corporais” (7,1%) e as de “Furto” (6,8%). Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as três ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as três por “Tráfico de Estupefacientes”.

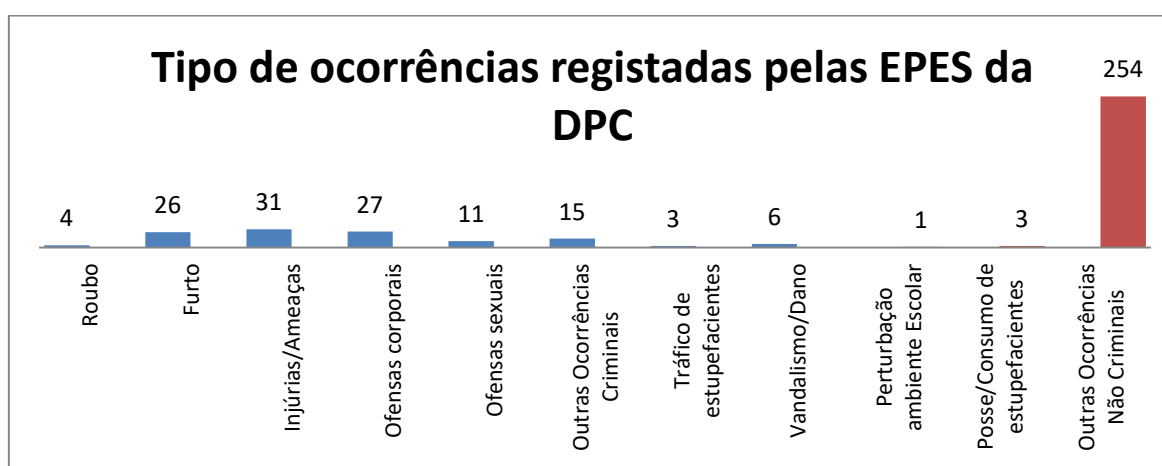


Gráfico 24: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPC, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPC, no âmbito da atividade operacional, realizaram duas detenções, 1 por “Tráfico de estupefacientes” e outra por “Outro Tipo de Crimes”.

3.7. Estudo de caso 6: Divisão Policial de Sintra

3.7.1. Caracterização da DP e das EPES

A Divisão Policial de Sintra (DPS) abrange parte do concelho de Sintra⁵⁸, com 76,4Km², uma população residente de 205.682 habitantes, com uma densidade demográfica de 2.692,17 Hab/Km²⁵⁹. A DPS tem sete ET, estando cada uma delimitada por uma freguesia.

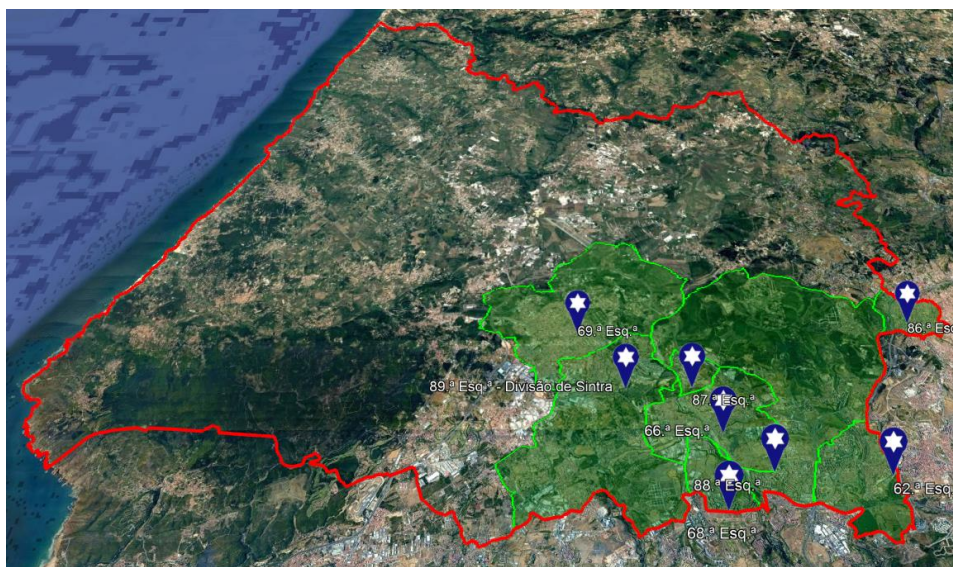


Figura 13: Área de responsabilidade da DPS, por ET
Fonte: Google Earth

A CE da DPS encontra-se distribuída por 86 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Na Tabela 20 observa-se que existe uma distribuição relativamente desequilibrada do número de EE por ciclo. Se observarmos este somatório por ET, verificamos grandes diferenças, que vão desde os 3 aos 22 EE.

⁵⁸ À exceção das freguesias de S. João das Lampas, Colares, S. Martinho, S. Pedro de Penaferrim, Santa Maria e S. Miguel, Pero Pinheiro, Monteleva, Terrugem e Almargem do Bispo.

⁵⁹ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 20: EE, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18

EE na DPS ano letivo 2017/18								
	62^a ET	66^a ET	68^a ET	69^a ET	86^a ET	88^a ET	89^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	4	3	2	5	2	7	15	34
1º Ciclo	4	13	3	9	2	9	16	56
2º Ciclo	4	3	1	6	1	1	4	20
3º Ciclo	4	6	1	6	1	2	4	24
Secundário	2	4	0	0	0	1	2	9
TOTAL	10	22	4	15	3	11	21	86

Fonte: NO/COMETLIS

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 21 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem diferenças que vão desde os 1.301 aos 9.469 alunos.

Tabela 21: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na DPS ano letivo 2017/18								
	62^a ET	66^a ET	68^a ET	69^a ET	86^a ET	88^a ET	89^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	906	1.226	200	875	85	1.187	853	5.332
1º Ciclo	1.420	2.548	724	2.293	576	1.986	2.477	1.2024
2º Ciclo	1.537	1.402	346	1.349	276	430	1.110	6.450
3º Ciclo	2.227	2.445	370	2.032	364	794	1.939	10.171
Secundário	1.525	1.848	0	0	0	845	2.544	6.762
TOTAL	7.615	9.469	1.640	6.549	1.301	5.242	8.923	40.739

Fonte: NO/COMETLIS

As EPES da DP encontram-se descentralizadas nas ET, sob o Comando da ET. Em 2009, quando foi publicado o Despacho 20, a DP já trabalhava de forma descentralizada, pelo que não teve de alterar a sua organização.

Tabela 22: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPS, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES na DPS ano letivo 2017/18								
	62^a ET	66^a ET	68^a ET	69^a ET	86^a ET	88^a ET	89^a ET	TOTAL
Supervisor	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes	4	3	2	4	2	4	4	23
Viaturas EPES	0	0	0	0	0	0	0	0
Scooters	0	1	0	0	0	0	0	1
Telemóveis	0	1	0	1	0	1	2	5

Fonte: NO/COMETLIS

Como podemos observar nas Tabelas 20, 21 e 22 existem grandes diferenças na dimensão, meios humanos e materiais entre as EPES das ET, pelo que as formas de trabalho serão, naturalmente, muito distintas entre si.

Observe-se que na DPS não existem Viaturas “Escola Segura”, pelo que qualquer deslocação terá de ser feita através do Carro Patrulha, de transportes públicos ou meios apeados.

3.7.2. Atividade Proativa das EPES

As EPES da DPS organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participarem 81.720 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 25, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem sido regular nos últimos anos: em 2013/14 registou o menor número de participantes (10.488) e em 2017/18 o maior, com 26.113.

A participação dos Alunos constituiu a principal componente, representando 91%, enquanto a dos Pais e dos Professores é de 4,5% e 4,5%, respetivamente.

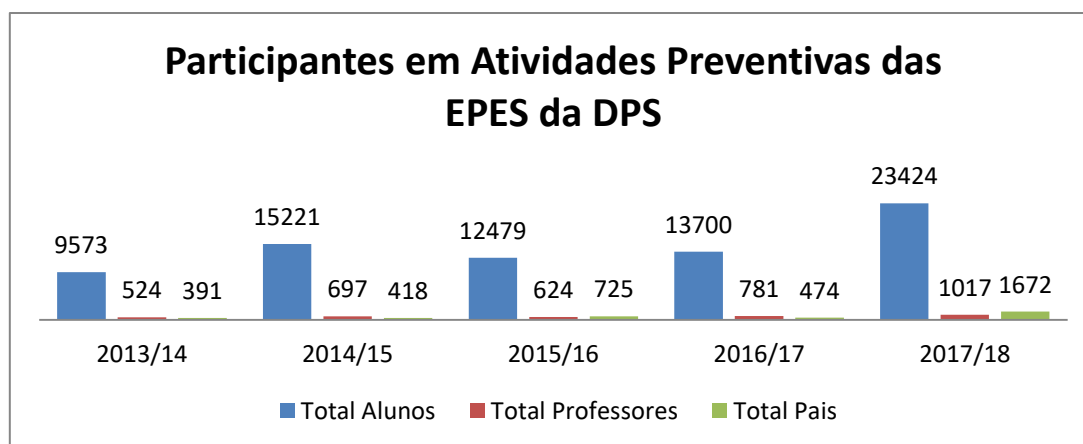


Gráfico 25: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPS, nos 5 anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 26 é possível observar que as Ações de Sensibilização representam 88,8% (72.536) dos participantes, quando as Demonstrações representam 6,9% (5.664) e as Visitas 4,3% (3.520).

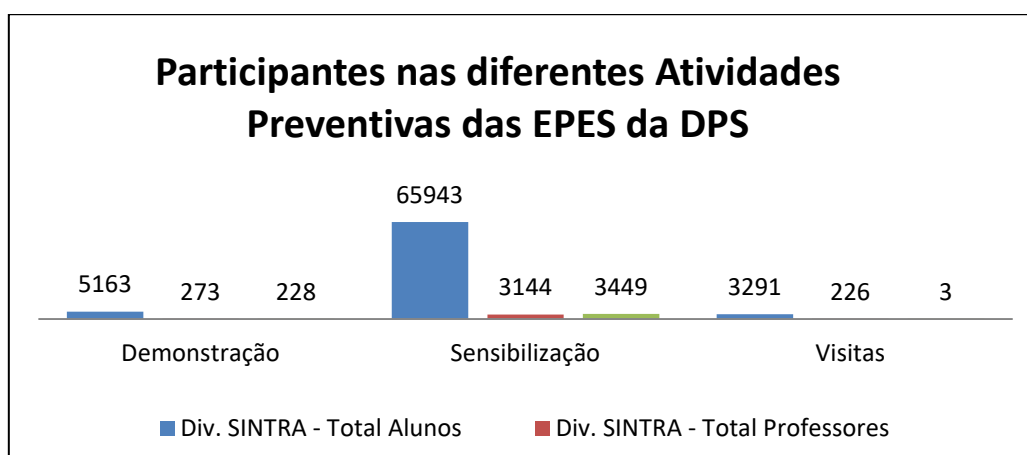


Gráfico 26: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPS, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPS registaram, nos cinco anos letivos, 1.396 ocorrências criminais e 111 ocorrências não criminais, num total de 1.507 ocorrências registadas.

Como podemos observar no Gráfico 27, a evolução das ocorrências registadas pelas EPES da DPS, analisadas de forma agregada, tem aumentado gradualmente todos os anos, realçando o aumento de 19,9% no ano letivo 2015/16.

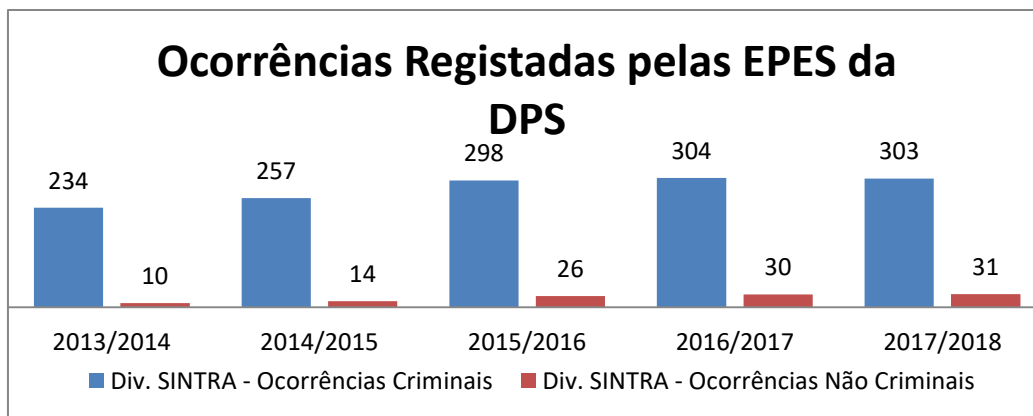


Gráfico 27: Ocorrências registradas pelas EPES da DPS, nos cinco anos letivos
 Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 28, regista-se que as ocorrências por “Furto” são as mais frequentes (34,4%), seguidas pelas “Ofensas Corporais” (28,3%). Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as 25 ocorrências de “Posse/Uso de Arma” e as sete por “Posse/Consumo de Estupefacientes”.

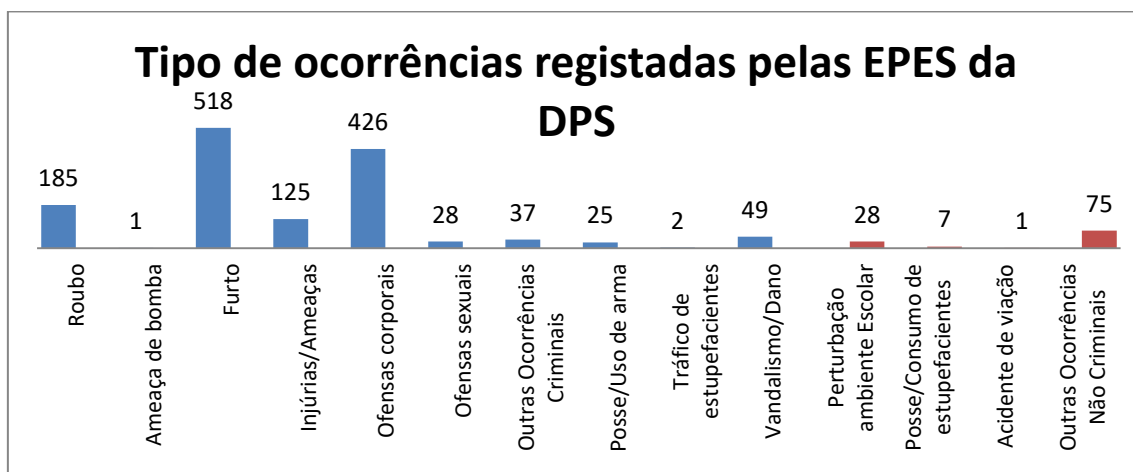


Gráfico 28: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPS, nos cinco anos letivos
 Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPS, no âmbito da atividade operacional, realizaram uma detenção por “Tráfico de Estupefacientes”.

3.8. Estudo de caso 7: Divisão Policial da Amadora

3.8.1. Caracterização da DP e das EPES

A Divisão Policial da Amadora (DPA) abrange parte do concelho da Amadora, com 23,79Km², uma população residente de 175.135 habitantes e densidade demográfica de 7.361,7 Hab/Km² ⁶⁰. A DPA tem seis ET, estando cada uma delimitada por uma freguesia, à exceção da 65ET - A e 65ET – B.



Figura 14: Área de responsabilidade da DP, por ET
Fonte: Google Earth

A CE da DPA encontra-se distribuída por 114 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Na Tabela 23 observa-se que existe uma distribuição desequilibrada do número de EE por ciclo, apesar da sua forma própria de organização. Se observarmos este somatório por ET, verificamos diferenças que vão desde os 12 aos 28 EE

⁶⁰ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 23: EE, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18

EE na DPS ano letivo 2017/18							
	60^a ET	61^a ET	63^a ET	64^a ET	65^a ET	67^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	26	13	23	14	12	9	97
1º Ciclo	7	11	7	5	8	5	43
2º Ciclo	3	3	4	4	4	1	19
3º Ciclo	3	4	4	3	4	3	21
Secundário	0	6	3	0	1	3	13
TOTAL	28	22	22	16	14	12	114

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No que respeita ao número de alunos por ciclo, é possível observar na Tabela 24 que a distribuição é igualmente desequilibrada. Se fizermos a análise com base na área da ET, os números refletem igualmente diferenças que vão desde os 2.452 aos 7.179 alunos.

Tabela 24: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na DPS Ano letivo 2017/18							
	60^a ET	61^a ET	63^a ET	64^a ET	65^a ET	67^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	1.265	614	802	598	957	494	4.730
1º Ciclo	1.705	851	1.373	801	1.793	672	7.195
2º Ciclo	714	807	682	529	811	150	3.693
3º Ciclo	880	1.319	923	524	818	2.050	6.514
Secundário		3.588	752	0	420	2.598	7.358
TOTAL	4.564	7.179	4.532	2.452	4.799	5.964	29.490

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPA encontram-se descentralizadas nas ET, sob o Comando da ET. Em 2009, quando foi publicado o Despacho 20, a DPA já trabalhava de forma descentralizada, pelo que não teve de alterar a sua organização.

Tabela 25: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPS, no ano letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES na DPA ano letivo 2017/18									
	62^a ET	66^a ET	68^a ET	69^a ET	86^a ET	87^a ET	88^a ET	89^a ET	TOTAL
Supervisor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes	2	2	2	2	2	2	2	2	12
Viaturas EPES	1	1	0	1	0	1	1	1	4
Scooter's	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Telemóveis	1	1	1	1	1	1	1	1	6

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Nas Tabelas 23, 24 e 25 observamos grandes diferenças na dimensão e meios materiais entre as EPES das ET, pelo que as formas de trabalho serão, naturalmente, muito distintas entre si. Considerando os recursos humanos existentes, torna-se impossível abarcar o período letivo e horário de referência dos EE.

3.8.2. Atividade Proativa das EPES

As EPES da DPA organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participaram 55.214 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 29, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem sido inconstante nos últimos anos: em 2014/15 registou o menor número de participantes (9.708) e em 2016/17 o maior, com 12.528.

A participação dos Alunos constituiu a principal componente, representando 93,6%, enquanto a dos Pais e Professores foi de 5,3% e 1,1%, respetivamente.

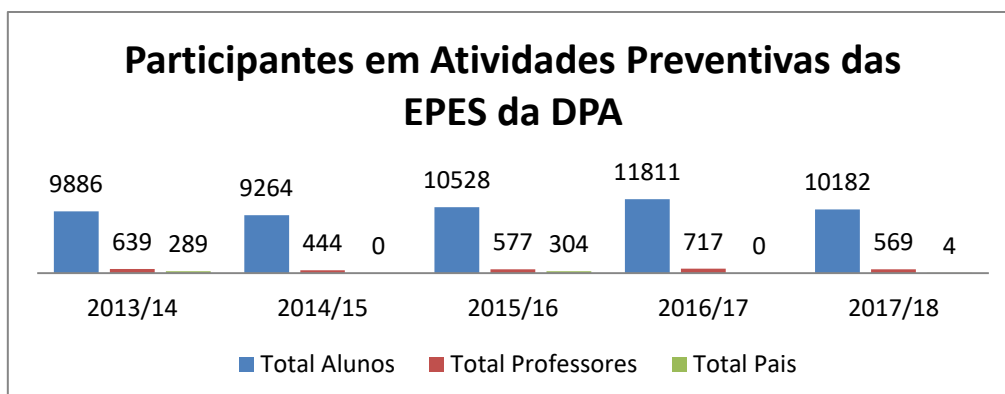


Gráfico 29: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPA, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 30 é possível observar que as Ações de Sensibilização representam 88,1% (48.617) dos participantes, enquanto as Demonstrações representam 7,1% (3.908) e as Visitas 4,9% (2.689).

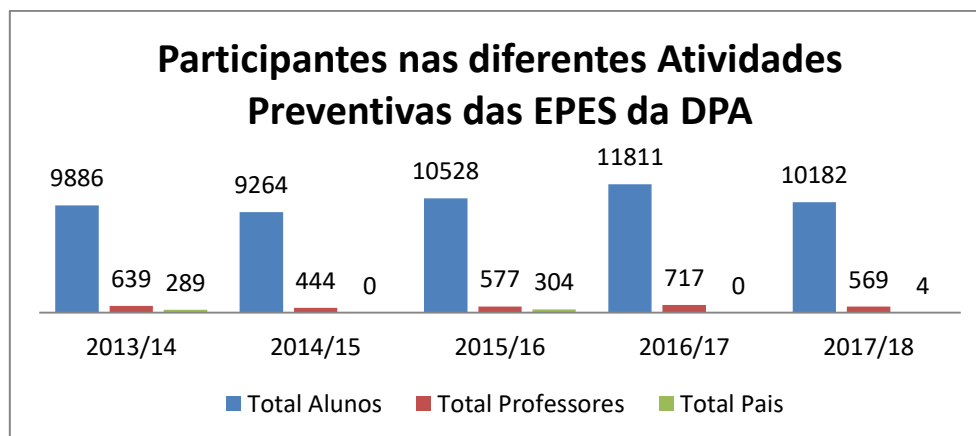


Gráfico 30: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPA, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPA registraram, nos cinco anos letivos, 870 ocorrências criminais e 199 ocorrências não criminais, num total de 1.069 ocorrências registradas.

Como podemos observar no Gráfico 31, o total de ocorrências registradas pelas EPES da DPA teve um aumento de 12,3% no ano letivo 2015/16, com 319 ocorrências registradas, reduzindo 24,1% e 8,7% nos anos seguintes.

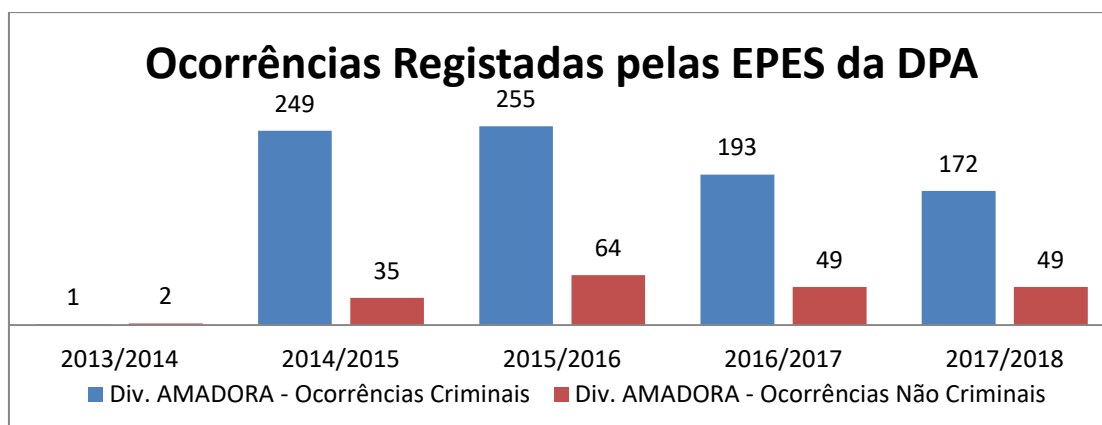


Gráfico 31: Ocorrências registradas pelas EPES da DPA, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 32, regista-se que as ocorrências por “Ofensas Corporais” são as mais frequentes (26,7%), seguida pelas de “Furto” (25,4%). Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as 11 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as nove por “Tráfico de Estupefacientes”.

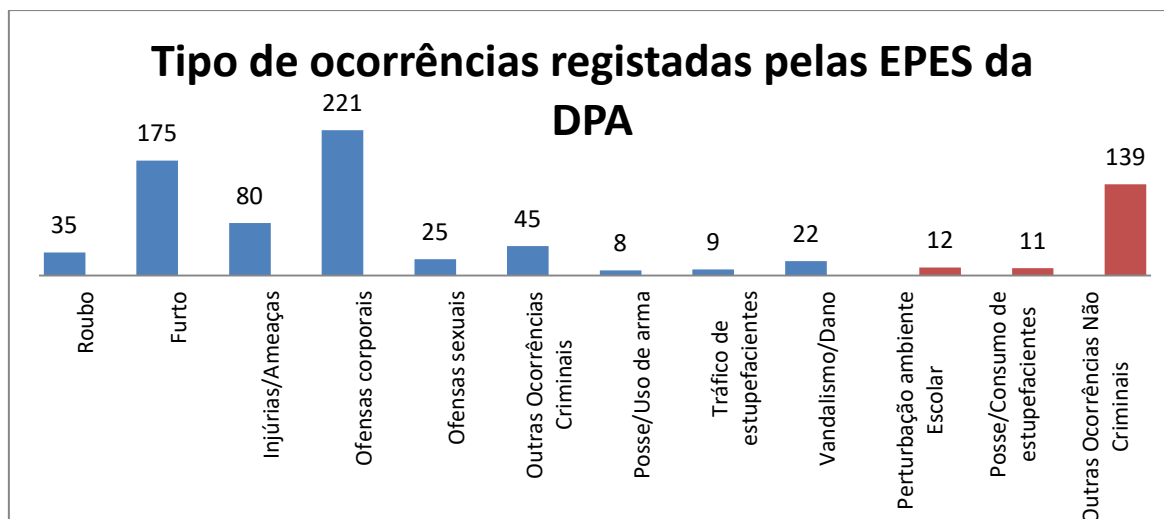


Gráfico 32: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPA, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Conforme podemos observar no Gráfico 33, as EPES da DPA, no âmbito da atividade operacional, realizaram cinco detenções, onde se destacam as três por “Tráfico de Estupefacientes”.

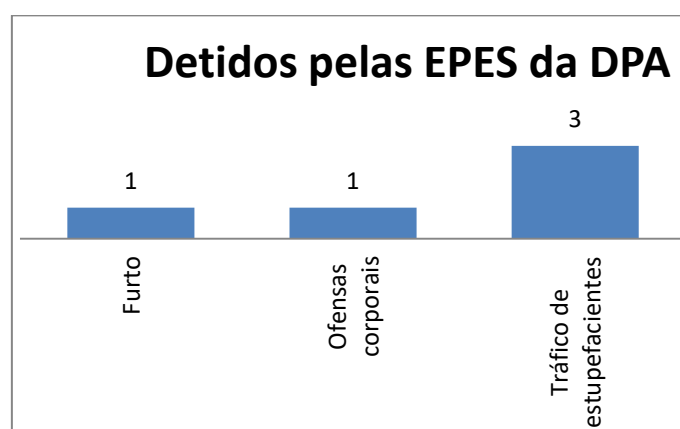


Gráfico 33: Detidos, por tipo de ocorrências, das EPES da DPA nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

3.9. Estudo de caso 8: Divisão Policial de Loures

3.9.1. Caracterização da DP e das EPES

A Divisão Policial de Loures (DPL) abrange o concelho de Loures, parte do concelho de Odivelas e parte do concelho de Torres Vedras, com 153Km², uma população residente de 342.402 habitantes e uma densidade demográfica de 2.237,92Hab/Km² ⁶¹. A DPL tem nove ET, estando cada uma delimitada por uma ou duas freguesias e distribuídas por três concelhos.

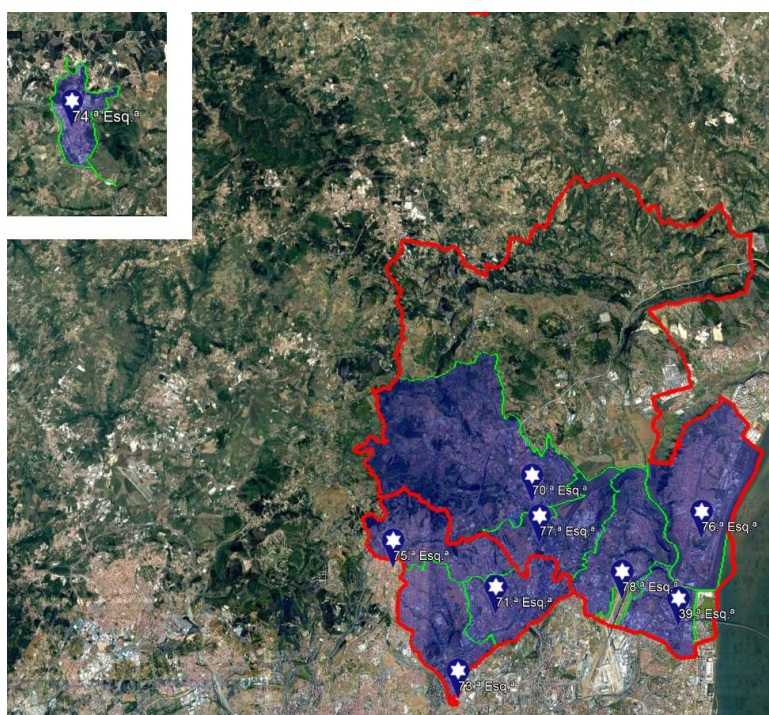


Figura 15: Área de responsabilidade da DPL, por ET
Fonte: Google Earth

A CE da DPL encontra-se distribuída por 117 EE, do pré-escolar ao ensino secundário. Na Tabela 26 observa-se que existe uma distribuição desequilibrada do número de EE por ciclo. Se observarmos este somatório por ET, verificamos grandes diferenças, que vão desde os 6 aos 29 EE.

⁶¹ INE. (30 de maio de 2016). Obtido em: www.censos.ine.pt

Tabela 26: EE, por ciclo e ET, na DPL, no ano letivo 2017/18

EE na DPL ano letivo 2017/18										
	39 ^a ET	70 ^a ET	71 ^a ET	73 ^a ET	74 ^a ET	75 ^a ET	76 ^a ET	77 ^a ET	78 ^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	3	7	9	6	10	13	21	7	5	81
1º Ciclo	4	10	11	10	6	12	14	6	11	84
2º Ciclo	2	3	5	1	2	4	4	2	3	26
3º Ciclo	2	5	7	1	5	5	6	3	4	38
Secundário	2	4	2	1	2	4	2	1	1	19
TOTAL	6	29	9	12	9	16	14	7	15	117

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No número de alunos por ciclo, a distribuição é relativamente equilibrada (Tabela 27), contudo, se fizermos uma análise com base na área de ET, os números refletem grandes diferenças, que vão desde os 2.873 aos 8.646 alunos.

Tabela 27: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18

ALUNOS na DPL ano letivo 2017/18										
	39 ^a ET	70 ^a ET	71 ^a ET	73 ^a ET	74 ^a ET	75 ^a ET	76 ^a ET	77 ^a ET	78 ^a ET	TOTAL
Pré-Escolar	362	579	927	399	812	591	957	834	362	5.823
1º Ciclo	718	1.597	1.889	1.035	980	1.649	1.955	1.218	1.175	12.216
2º Ciclo	617	1054	1.453	427	762	1.129	1.032	577	785	7.836
3º Ciclo	1.138	2.621	2.015	590	1.663	1.824	1.441	850	1.184	13.326
Secundário	948	2.045	2.362	422	2.117	1.867	527	314	515	11.117
TOTAL	3.783	7.896	8.646	2.873	6.334	7.060	5.912	3.793	4.021	50.318

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DP encontram-se descentralizadas nas ET, sob o Comando da ET. Em 2009, quando foi publicado o Despacho 20, a DPL já trabalhava de forma descentralizada, pelo que não teve de alterar a sua organização.

Tabela 28: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPL, no Ano Letivo 2017/18

RECURSOS HUMANOS e MATERIAIS das EPES na DPL ano letivo 2017/18										
	39 ^a ET	70 ^a ET	71 ^a ET	73 ^a ET	74 ^a ET	75 ^a ET	76 ^a ET	77 ^a ET	78 ^a ET	TOTAL
Supervisor	1	1	0	1	0	1	1	0	0	5
Agentes	3	4	4	4	1	2	4	2	4	28
Viaturas EPES	1	1	1	0	0	0	1	1	1	6
Scooters	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Telemóveis	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Como podemos observar nas Tabelas 26, 27 e 28 existem grandes diferenças na dimensão, meios humanos e materiais entre as EPES das ET, pelo que as formas de trabalho serão, naturalmente, muito distintas entre si. Observe-se que na DPL existem ET e EPES que não têm viatura, pelo que terão de se deslocar por outros meios.

3.9.2. Atividade Proativa das EPES

As EPES da DPL organizaram, nos cinco anos letivos, Atividades Preventivas onde participaram 107.345 membros da CE.

Como podemos observar no Gráfico 34, o total de participantes nas Atividades Preventivas realizadas pelas EPES tem apresentado uma tendência de aumento nos últimos anos: em 2014/15 registou o menor número de participantes (15.550) e em 2017/18 o maior, com 27.511.

A participação dos Alunos constituiu a principal componente, representando 90,7% (97.352), quando a dos Pais é 5,4% (2.836) e dos Professores de 3,9% (4.157).

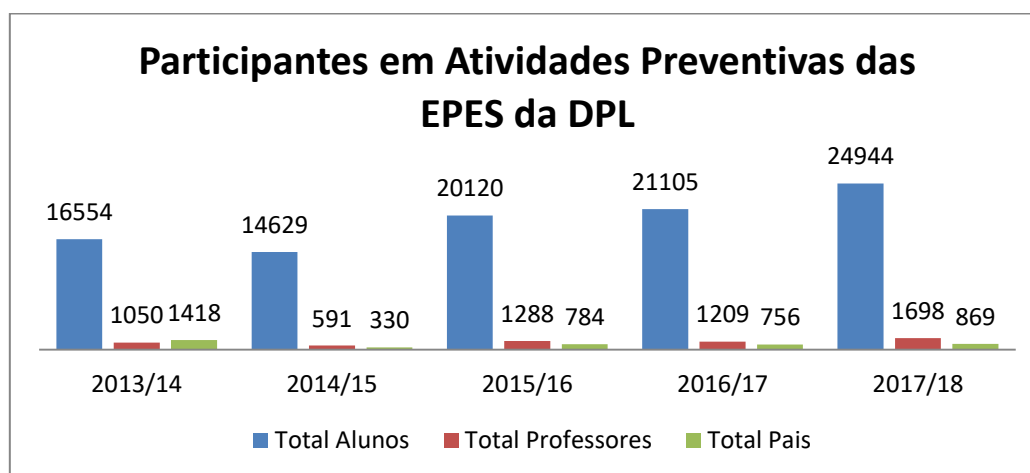


Gráfico 34: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPL, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

No Gráfico 35 é possível observar que as Ações de Sensibilização representam 86,9% (93.261) dos participantes, as Demonstrações representam 7,6% (8.112) e as Visitas 3,9% (5.972).

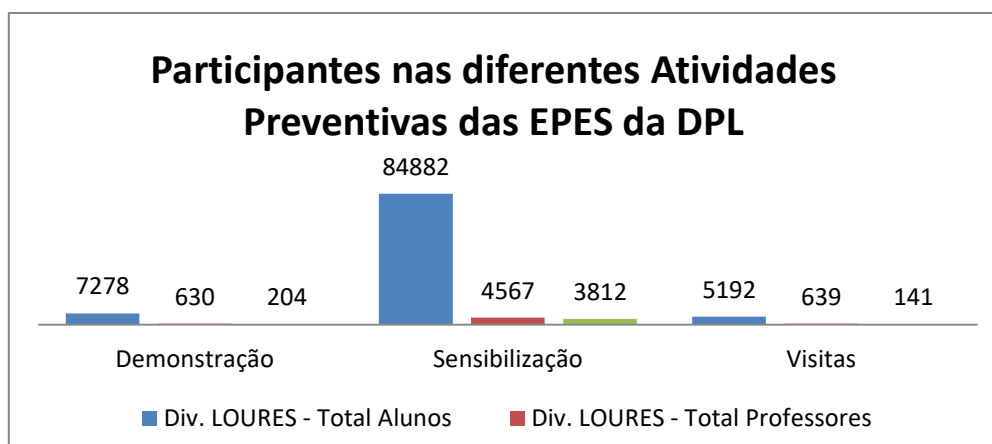


Gráfico 35: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPL, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

As EPES da DPL registaram, nos cinco anos letivos, 1.058 ocorrências criminais e 897 ocorrências não criminais, num total de 1.955 ocorrências registadas.

Como podemos observar no Gráfico 36, a evolução das ocorrências registadas pelas EPES da DPL, analisadas de forma agregada, realçamos a diminuição de 21,5% em 2015/16 e o aumento de 52,8% no ano seguinte. Em relação ao ano letivo 2017/18, apesar de causarem estranheza, estes são os dados oficiais, pelo que observa-se uma redução de 99,3% no registo de ocorrências, face ao ano anterior. Aparentemente, tendo presente os dados das atividades preventivas realizadas neste ano letivo, terá havido uma priorização destas atividades em detrimento da resposta das EPES às ocorrências nos EE.

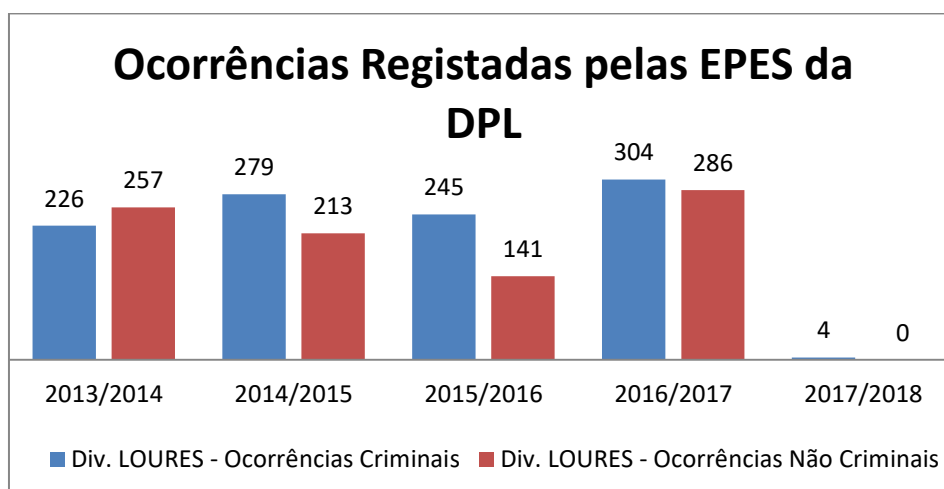


Gráfico 36: Ocorrências registadas pelas EPES da DPL, nos cinco anos letivos

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Analisando o Gráfico 37, regista-se que as ocorrências de “Outras Ocorrências Não Criminais” (23,6%), “Perturbação do Ambiente Escolar” (19,9%) e Ofensas Corporais (15,8%) são as mais frequentes. Analisando especificamente as ocorrências de proatividade policial, destacamos as 45 ocorrências de “Posse/Consumo de Estupefacientes” e as 17 por “Tráfico de Estupefacientes”.

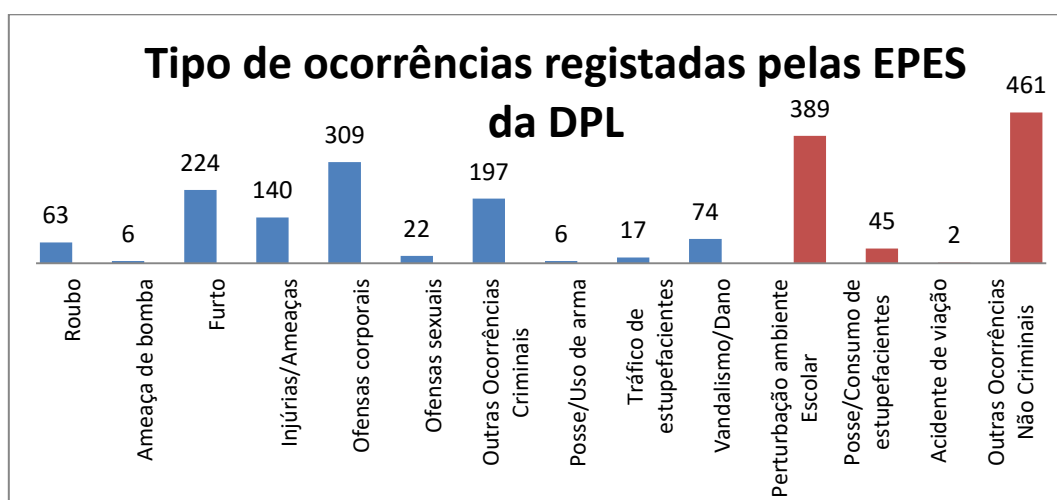


Gráfico 37: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPL, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Conforme podemos observar no Gráfico 38, as EPES da DPL, no âmbito da atividade operacional, realizaram 27 detenções, onde se destacam as por “Outro Tipo de Crimes” e por “Tráfico de Estupefacientes”.

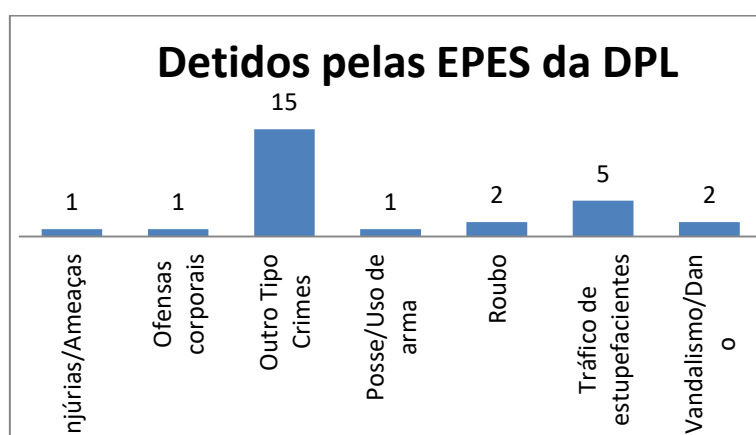


Gráfico 38: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da DPL, nos cinco anos letivos
Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

3.10. Análise e discussão de Resultados

As cinco DP Integradas encontram-se no concelho de Lisboa, enquanto cada uma das DP Destacadas encontra-se localizada num único concelho: Oeiras, Cascais, Amadora, Loures e Sintra.

Releva-se que os modelos de organização das EPES são os seguintes:

- as DP Integradas, localizadas no concelho de Lisboa, funcionam com as EPES concentradas (1DP, 3DP e 4DP);
- as DP Destacadas, localizadas nos concelhos de Oeiras, Cascais, Amadora, Loures e Sintra, funcionam com as EPES descentralizadas nas ET (DPO, DPC, DPA, DPL e DPS).

Analisemos agora os resultados do trabalho desenvolvido pelas EPES, de acordo com o modelo de organização, e considerando algumas características da sua área de responsabilidade.

Primeiramente, analisaremos os resultados comparados das DP de forma individual, para seguidamente os analisarmos de forma agrupada, por modelo de organização das EPES.

3.10.1. Análise de Resultados por Divisão Policial

A análise dos resultados por DP seguirá a mesma organização do início do capítulo III.

Assim, tendo por base cada uma das DP estudadas, temos os seguintes resultados.

Conforme observamos na Tabela 29, existem grandes diferenças entre a área de responsabilidade e respetiva densidade demográfica das diferentes DP. No entanto, uma vez que as deslocações das EPES se realizam sobretudo através de meios motorizados, uma análise comparativa a este nível deveria ter em conta não a área adstrita a cada DP mas sim o tempo de resposta e/ou tempo médio de deslocação, para o que influi a existência e qualidade de vias de comunicação bem como o volume de tráfego. Tal não

é possível com os dados com que estamos a trabalhar, pelo que poderá ser uma possibilidade de aprofundamento numa investigação futura.

Tabela 29: Características da área das DP

CARACTERÍSTICAS da Área das DP		
	Área Km²	Densidade Demográfica Hab/Km²
1DP	6,09	11.511,66
3DP	28,65	6.012,41
4DP	17,37	5.084,74
DPO	45,8	3.140,9
DPC	57,64	2.850,77
DPS	76,4	2.692,17
DPA	23,79	7.361,7
DPL	153	2.237,92

Como podemos igualmente observar na Tabela 30, existem também profundas diferenças entre as DP, quer em termos de EE, que vão desde os 75 na 3DP aos 131 na DPC, quer também em termos de Alunos, que vão dos 17.370 na 1DP ao 50.318 na DPS, e de polícias dedicados às EPES, que vão dos 9 na 1DP aos 33 na DPL. Realça-se, no entanto, que as diferenças entre o número de Alunos por polícia das EPES são menos profundas. A 4DP apresenta o número de alunos por polícia das EPES mais baixo (1.771,3) e a DPS o valor mais elevado (2.717,1). Estes valores menos díspares significam um investimento de recursos humanos mais equilibrado e consonante com os EE e o número de alunos.

Tabela 30: CE e EPES das DP, nos cinco anos letivos

CE e EPES das DP					
	EE	Alunos	Polícias	EE por Polícia	Alunos por Polícia
1DP	97	17.370	9	10,8	1.930,0
3DP	75	30.694	15	5	2.046,3
4DP	97	27.141	10	9,7	2.714,1
DPO	89	25.990	12	7,4	2.165,9
DPC	131	26.994	10	13,1	2.699,4
DPS	86	40.739	23	3,7	1.771,3
DPA	114	29.490	12	9,5	2.457,5
DPL	117	50.318	33	3,6	1.524,8

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Relativamente às Atividades Preventivas e Ocorrências registadas pelas EPES, será igualmente interessante fazer uma comparação.

A participação em Atividades Preventivas revela a dinâmica das EPES, visto que refletem a proximidade com a CE e a sua capacidade de trabalho.

A Tabela 31 reflete as diferenças, relativamente a um dos instrumentos de gestão utilizados, participação em Atividades Preventivas. Como é facilmente observável, existem algumas diferenças entre DP, que vão desde os 3.252,9 participantes por Polícia das EPES na DPL aos 6.721 participantes na DPC. Observe-se a participação reduzida da CE em Atividades Preventivas da DPL e da DPS, face ao número de polícias das EPES, de 3.252,9 e 3.553, respetivamente. Exatamente no extremo oposto, surge a DPC e a 4DP, com 6.721 e 5.691,5 respetivamente.

Estas diferenças não advêm da dimensão da CE, visto que a DPS tem na sua área de responsabilidade 40.739 alunos e a DPL tem 50.318, quando a 4DP tem 27.141 e a DPO tem 25.990 alunos, mas provavelmente da dinâmica dos Polícias das EPES, impelidos por um modelo de organização concentrada das EPES.

Tabela 31: Participação em Atividades Preventivas, por polícia das EPES

Participantes em ATIVIDADES PREVENTIVAS por Polícia das EPES	
1DP	3.674,2
3DP	3.847,2
4DP	5.691,5
DPO	4.318,17
DPC	6.721
DPS	3.553
DPA	4.601,2
DPL	3.252,9

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Em seguida analisaremos o volume de ocorrências criminais e não criminais por DP, registadas pelas EPES.

Como podemos observar na Tabela 32, por um lado, temos 3,4 e 15,8 ocorrências não criminais registadas, por polícia das EPES, da DPL e da DPA, respetivamente, e por outro, 45,9 e 59 da 4DP e 3DP, respetivamente. Em relação às

ocorrências criminais registadas, por polícia das EPES, por um lado temos 12,3 e 29,3 da DPC e 1DP, respetivamente, e por outro 72,5 e 108,6 da DPO e da 3DP, respetivamente. Estas diferenças não advêm da dimensão da CE, visto que a DPC tem na sua área de responsabilidade 26.994 alunos e a DPL 50.318, enquanto a 3DP tem 30.694 e a 4DP tem 27.141 alunos, mas provavelmente da dinâmica dos Polícias das EPES, impelidos por um modelo de organização concentrada das EPES.

Em termos totais, destaca-se a 3DP e a 4DP com 167,6 e 108,4 ocorrências registadas, por polícia das EPES, respetivamente. Por outro lado, evidencia-se a DPC e a DPL com 38,1 e 45,7 ocorrências registadas, respetivamente.

Tabela 32: Ocorrências registadas pelas EPES, nos cinco anos letivos

OCORRÊNCIAS registadas pelas EPES			
	Ocorrências Criminais por Polícia das EPES	Ocorrências Não Criminais por Polícia por Polícia da EPES	TOTAL
1DP	29,3	29,3	58,7
3DP	108,6	59	167,6
4DP	62,5	45,9	108,4
DPO	72,5	16,6	89,1
DPC	12,3	25,8	38,1
DPS	46	39	85
DPA	50,9	15,8	66,8
DPL	42,3	3,4	45,7

Face aos argumentos que poderão ser utilizados para justificar o elevado ou reduzido volume de ocorrências, importa observar com mais acuidade aquelas que derivam da proatividade policial. Relativamente a estas, onde a ocorrência surge, normalmente, porque o polícia da PSP é dinâmico e tem iniciativa de a procurar, observamos igualmente grandes diferenças.

Pela análise da Tabela 33, podemos destacar a 3DP com 22 ocorrências de proatividade policial por polícia das EPES, e a 4DP com 12,3. No seu oposto, destacam-se a DPC e a DPS com 0,6 e 1,5 ocorrências por polícia, respetivamente. As diferenças são muito relevantes e destaca-se o facto da 3DP e da 4DP trabalharem de forma concentrada e a DPC e a DPS trabalharem de forma descentralizada. Releva-se que a 3DP e a 4DP têm 2.046,3 e 2.714,1 alunos por Polícia da EPES, enquanto a DPC e a DPS têm 2.699,4 e 1.771,3, respetivamente. Mais uma vez, na questão das ocorrências

de proatividade policial, as EPES que trabalham de forma concentrada têm melhores resultados.

Tabela 33: Ocorrências de Proatividade Policial das EPES, nos cinco anos letivos

Ocorrências de PROATIVIDADE POLICIAL por polícia das EPES	
1DP	2,3
3DP	22
4DP	12,3
DPO	6
DPC	0,6
DPS	1,5
DPA	3,1
DPL	2,1

Como podemos constatar na Tabela 34, as diferenças entre as DP estudadas são profundas no que respeita ao número de detenções. A 4DP e a 3DP destacam-se com 6,3 e 3,9 detenções por polícia das EPES, enquanto, pelo contrário, a DPS e a DPC têm 0 e 0,2 detenções por polícia, respetivamente. A 3DP e a 4DP têm na sua área de responsabilidade 30.694 e 27.141 alunos respectivamente, enquanto a DPC e a DPS têm 26.994 e 40.739.

Novamente, apesar de ligeiras diferenças no número de alunos, destacam-se as grandes diferenças no número de detidos. De relevar o facto da 3DP e da 4DP trabalharem de forma concentrada e a DPC e a DPS trabalharem de forma descentralizada., A dinâmica dos Polícias das EPES, impelidos por um modelo de organização concentrada das EPES parece ser o motivo justificador para estas diferenças.

Tabela 34: N.º de detidos por polícia das EPES, nos cinco anos letivos

DETIDOS por polícia das EPES	
1DP	0,7
3DP	3,9
4DP	6,3
DPO	1,9
DPC	0,2
DPS	0,0
DPA	0,4
DPL	0,8

Observe-se, agora, na Tabela 35, de forma conjunta, todas as variáveis dos instrumentos de gestão utilizados. De notar que todas estas variáveis foram sempre apresentadas com base no número de polícias das EPES, procurando relacionar a quantidade de trabalho em cada uma das DP com o investimento que a PSP faz em recursos humanos.

É de realçar que as DP que apresentam tendencialmente valores mais positivos, refletem, em nosso entender, maior dinâmica, proatividade e proximidade com a CE, são as que trabalham com as EPES concentradas, ou seja, a 3DP e 4DP. As DP que trabalham com as EPES descentralizadas apresentam, tendencialmente, valores mais baixos, como são os casos da DPC, DPS, DPA e DPL.

Conforme referido anteriormente, a denúncia de ocorrências de crimes ou situações que reduzam o sentimento de segurança é positivo por significarem a redução das cifras negras.

A 1DP, apesar de ter também as EPES concentradas, apresenta valores tendencialmente mais baixos, que refletem pouca dinâmica e aproximam-se das DP que trabalham de forma descentralizada. É verdade que a 1DP é a DP que tem menos alunos (17.770), no entanto, poderiam trabalhar mais a vertente das Atividades Preventivas, visto que, em média, têm 6.613,6 participantes por ano letivo. Do lado oposto, temos a DPO que, apesar de ter também as EPES descentralizadas, apresenta valores muito diferentes, mais próximos das EPES que trabalham de forma concentrada. Em relação a estas duas DP existirão outros factores que interferem com os resultados, mas que não foram estudados neste trabalho de investigação.

Tabela 35: Resumo das diferentes variáveis

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO por polícia das EPES					
	Participantes em Atividades Preventivas	Ocorrências Criminais	Ocorrências Não Criminais	Ocorrências de Proatividade Policial	Detidos
1DP	3.674,2	29,3	29,3	2,3	0,7
3DP	3.847,2	108,6	59,0	22,0	3,9
4DP	5.691,5	62,5	45,9	12,3	6,3
DPO	4.318,2	72,5	16,6	6,0	1,9
DPC	6.721,0	12,3	25,8	0,6	0,4
DPS	3.553,0	46,0	39,0	1	0
DPA	4.601,2	50,9	15,8	3,1	0,4
DPL	3.252,9	42,3	3,4	3	1,2

3.10.2. Análise de Resultados por Modelo de Organização

Analizando as DP agrupadas por modelo de organização das EPES, poderemos extrair algumas conclusões.

Conforme se observa na Tabela 36, existem grandes diferenças relativamente à dimensão da área de responsabilidade e população residente.

A área e população das DP que trabalham com as EPES descentralizadas são bastante maiores do que no caso das DP que trabalham com EPES concentradas. Contudo, a densidade populacional é menor, o que remete para uma maior dispersão geográfica, quer de EE quer de alunos.

Tabela 36: Características da área das EPES, por modelo de organização

CARACTERÍSTICAS da ÁREA		
	Área Km²	Densidade Demográfica Hab/Km²
EPES Concentradas	52,11	22.608,8
EPES Descentralizadas	356,63	18.283,5

Como podemos igualmente observar na Tabela 37, existem grandes diferenças absolutas entre a CE das DP que trabalham com as EPES concentradas e as DP que

trabalham com as EPES descentralizadas. Estas últimas, apesar de congregarem um maior número de polícias (90), desdobram-se por quase o dobro de EE (537) e mais do dobro de alunos (173.531), apresentando, contudo, rácios muito semelhantes de EE e alunos por Polícia das EPES.

Tabela 37: EE, Alunos e EPES, por modelo de organização

CE e EPES					
	EE	Alunos	Polícias	EE por Polícia	Alunos por Polícia
EPES Concentradas	269	75.205	34	7,91	2.211,91
EPES Descentralizadas	537	173.531	90	6,00	1.928,12

Fonte: NO/COMETLIS (elaboração própria)

Relativamente às Atividades Preventivas e Ocorrências registadas pelas EPES, será igualmente interessante fazer uma comparação.

Releva-se que a organização das Atividades Preventivas, apesar de poderem ser promovidas pela PSP, nomeadamente no âmbito da Operação Natal em Segurança, Carnaval em Segurança ou no Dia Mundial da Criança, maioritariamente parte da iniciativa dos EE e dos polícias das EPES que, em sintonia, as realizam. Neste sentido, consideramos que a análise destes resultados se reveste de grande importância para avaliar a proatividade das EPES, visto que, apesar da iniciativa poder partir do EE, tem de existir vontade e disponibilidade dos Polícias das EPES para as realizarem.

A Tabela 38 reflete as diferenças, relativamente a um dos instrumentos de gestão utilizados, participação em Atividades Preventivas, por Polícia das EPES. Em média, cada polícia das EPES que trabalha de forma concentrada realizou Atividades Preventivas para 4.303,85 participantes da CE, enquanto das EPES que trabalham de forma descentralizada foi de 4.036,74 participantes (+7,6%). Estas diferenças significam que, no que concerne ao desenvolvimento de Atividades Preventivas, e em média, o trabalho de cada um dos polícias das EPES que trabalham de forma concentrada é maior. De referir que as EPES que trabalham de forma concentrada têm na sua área de responsabilidade 75.205 alunos e as EPES que trabalham de forma descentralizada têm 173.531.

Tabela 38: Participação em Atividades Preventivas, por polícia das EPES e modelo de organização, nos cinco anos letivos

Participantes em ATIVIDADES PREVENTIVAS, por Polícia das EPES	
EPES Concentradas	4.343,85
EPES Descentralizadas	4.036,74

Quanto ao volume de ocorrências criminais e não criminais, consideramos igualmente avaliar a diferença entre os polícias das EPES destas duas formas de organização. Os valores baixos no registo de ocorrências criminais ou não criminais ou de detenções poderão estar naturalmente relacionados com a não existência de problemas, ou então com um elevado valor de cifras negras, no entanto, temos presente que o contacto de membros da CE, aquando da denúncia de um crime ou ilícito, constitui sinal de proximidade e confiança na PSP e, neste caso específico, nas EPES (Elias, 2009, Salgado, 2016).

Como podemos observar na Tabela 39, a dinâmica, em termos de registo de ocorrências criminais e não criminais das DP que têm as EPES concentradas é superior às DP que têm a EPES a trabalhar descentralizadas. Destaca-se que, em média, cada polícia das EPES concentradas registou 121,35 ocorrências criminais e não criminais, enquanto das EPES descentralizadas registou 63,48 ocorrências. De referir igualmente que o número de alunos na área de responsabilidade das EPES que trabalham descentralizadas é 2,3 vezes superior ao das EPES que trabalham concentradas.

Tabela 39: Ocorrências registadas pelas EPES, por modelo de organização, nos cinco anos letivos

OCORRÊNCIAS registadas, por Polícia das EPES			
	Ocorrências Criminais	Ocorrências Não Criminais	TOTAL
EPES Concentradas	74,06	47,29	121,35
EPES Descentralizadas	45,09	18,39	63,48

Pela dinâmica individual que representa e que influi no volume de ocorrências, importa observar com mais acuidade aquelas que derivam da proatividade policial.

Relativamente a estas, onde a ocorrência surge, normalmente, porque o polícia da PSP é dinâmico e tem iniciativa de a procurar, observamos igualmente grandes diferenças.

Pela análise da Tabela 40, podemos destacar que as DP que trabalham com as EPES concentradas registam mais ocorrências de proatividade policial que as DP que trabalham com as EPES descentralizadas. Realçamos que, em média, cada polícia das EPES concentradas registou 7 ocorrências de proatividade policial, enquanto que das EPES descentralizadas registou 4,76 ocorrências. Esta diferença é um bom indicador do trabalho desenvolvido, com base na iniciativa das EPES, e que “resultam de uma intensificação da proatividade policial” (Sistema de Segurança Interna, 2008, p.4). De relevar novamente que a diferença é de 2,3 no número de alunos, referida anteriormente.

Tabela 40: Ocorrências de Proatividade Policial das EPES, nos cinco anos letivos

Ocorrências de PROATIVIDADE POLICIAL por Polícia das EPES	
EPES Concentradas	7
EPES Descentralizadas	4,76

Face às diferenças apresentadas anteriormente, é com naturalidade que observamos, conforme a Tabela 41, igualmente uma diferença muito grande no número de detenções entre as DP que trabalham com as EPES concentradas e as DP que trabalham com as EPES descentralizadas. Realçamos que, em média, cada polícia das EPES concentradas realizou 3,76 detenções, enquanto das EPES descentralizadas registou 0,64 detenções, num público-alvo de alunos 2,3 vezes inferior. Estes resultados demonstram maior trabalho de Polícias das EPES que trabalham de forma concentrada.

Tabela 41: N.º de Detidos por polícia das EPES, por modelo de organização

DETIDOS por Polícia das EPES	
EPES Concentradas	3,76
EPES Descentralizadas	0,64

Se analisarmos de forma conjunta todas as variáveis dos instrumentos de gestão utilizados, podemos igualmente verificar que as EPES concentradas apresentam valores

muito superiores às EPES que trabalham descentralizadas. Se, por um lado, por Polícia da EPES, têm mais participantes nas Atividades Preventivas, por outro, registam mais ocorrências criminais, não criminais, de proatividade policial e de detidos.

No que concerne ao registo de ocorrências criminais e não criminais, as diferenças são notórias e relevantes. Apesar de uma CE muito inferior, 75.205 alunos na área de responsabilidade das EPES concentradas e 173.531 nas EPES descentralizadas, o registo de ocorrências criminais é 64,2% superior e de ocorrências não criminais é 157,1% superior. Releva-se igualmente os 47% mais de ocorrências de Proatividade Policial e o valor de detidos quase cinco vezes superior. De recordar que a implementação do PP pode acarretar um aumento da criminalidade denunciada, dada a confiança nas autoridades policiais, tendo como relação imediata a consequente diminuição das cifras negras (Elias, 2009).

A participação nas Atividades Preventivas, como referimos anteriormente, origina alteração de comportamentos e tem impacto na CE, podendo aumentar, desta forma, o sentimento de segurança (Salgado, 2016). As EPES a trabalhar concentradas, por Polícia, têm 4.343,85 participantes, enquanto as EPES descentralizadas têm 4.036,74. Os valores não são muito diferentes, mas relevam maior eficácia na realização de Acções de Sensibilização.

Em termos de áreas de intervenção das EPES, é verdade que o número de EE e de alunos das EPES descentralizadas é superior, 269 e 75.205 e 537 e 173.531, respectivamente, no entanto, o investimento em recursos humanos, 34 e 90, é igualmente superior. Estas diferenças são mitigadas quando ponderamos os EE e os alunos por Polícia das EPES, 7,91 e 2.221,91 e 6 e 1.928,12, respectivamente. Se por um lado temos uma CE mais vasta, por outros temos Equipas mais numerosas.

Mais EE e mais alunos poderiam significar mais ocorrências criminais e não criminais, ocorrências de proatividade policial e de detidos, no entanto, são as EPES que trabalham de forma concentrada que registam os valores mais elevados, demonstrando uma maior eficácia.

Tabela 42: Resumo das diferentes variáveis

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO por Polícia das EPES					
	Participantes em Atividades Preventivas	Ocorrências Criminais	Ocorrências Não Criminais	Ocorrências de Proatividade Policial	Detidos
EPES Concentradas	4.343,85	74,06	47,29	7	3,76
EPES Descentralizadas	4.036,74	45,09	18,39	4,76	0,64

Tomando por referente, quer o modelo de análise, quer o seu instrumento, podemos elencar algumas inferências cujo alcance, embora aproximado, nos conduzam a premissas que possibilitem extrair algumas conclusões que possam, no futuro, contribuir para o apoio à decisão nesta matéria. Através da quantificação dos instrumentos de gestão avaliados nesta investigação, podemos afirmar, genericamente, que as EPES que trabalham concentradas apresentam melhores resultados que as EPES que trabalham de forma descentralizada nas ET.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Este trabalho de investigação teve objectivo comparar os resultados de dois modelos de organização as Equipas do Programa Escola Segura (EPES). Por um lado as EPES que trabalham de forma concentrada na Divisão Policial (DP) e, por outro, as EPES que trabalham de forma descentralizada na Esquadra Territorial (ET).

Para esta investigação partimos da seguinte pergunta:

A aplicação diferenciada do Despacho n.º 20/GDN/2009 interferiu no trabalho proactivo e preventivo das EPES?

Para responder a esta questão analisámos os resultados das Atividades Preventivas realizadas pelas EPES e as ocorrências criminais e não criminais registadas pelas EPES. Consideramos que a análise destas duas dimensões nos permitiriam comparar resultados dos dois modelos de organização das EPES, procurando aferir qual o mais eficaz. Incidimos a nossa investigação em cinco anos letivos, de 2013/14 a 2017/18, em 8 DP do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Com base nos resultados da investigação, consideramos que a aplicação literal do Despacho 20, com as EPES descentralizadas nas ET, não potencia o seu trabalho, uma das áreas *core* da PSP. Através da análise dos instrumentos de gestão usados na investigação foi possível observar que as EPES que trabalham de forma concentrada na DP têm melhores resultados, quer em termos de participação nas Atividades Preventivas, quer em termos de registo de ocorrências criminais e não criminais, de proatividade policial e de detidos. Realçamos as ocorrências de proatividade policial que resultam da dinâmica e vontade do polícia e que, a partir de 2007, passaram a ter uma análise diferenciada no Relatório Anual de Segurança Interna (IASI).

O facto de terem um comando operacional único ao nível das EPES, sediado na DP, partilhando os recursos humanos e materiais, apresenta-se como uma vantagem para trabalhar de forma concentrada.

A atuação permanente em equipa (mínimo de 2 polícias), cobrindo todo o horário lectivo e que aumenta a segurança e a dinâmica nas intervenções, pode ser

igualmente uma vantagem para as EPES que trabalham concentradas. Atualmente, pelos normativos legais e internos, as EPES realizam três turnos de serviço, abarcando apenas desta forma o horário escolar, das 09h00 às 17h00. Neste sentido, as EPES precisam de, no mínimo, três polícias da PSP para abarcar todo o horário escolar (se forem constituídas unicamente por um polícia). Se o conceito de equipa das EPES for bem interpretado e aplicado (mínimo de dois polícias), as EPES das ET ou de cada Área de Intervenção (AI) terão de ser constituídas, no mínimo, por seis polícias da PSP, para garantir uma resposta especializada a todas as situações suscitadas pela Comunidade Escolar (CE). Esta obrigatoriedade impedirá um serviço de qualidade por clara falta de recursos humanos, pelo que em situações ocorridas em alguns Estabelecimentos de Ensino (EE), a resposta poderá não ser assegurada por Polícias das EPES.

Como tivemos oportunidade de observar na distribuição dos recursos materiais, existem alguns desequilíbrios entre ET. Se as EPES estiverem desconcentradas nas ET, deveriam, para além de recursos humanos de no mínimo seis polícias da PSP, para garantir os três turnos, por outro, deveriam ter, no mínimo, um carro patrulha para garantir a resposta rápida as solicitações dos EE ou da CE. Como observámos, existem ET sem carros patrulha e ET sem capacidade para garantir polícias das EPES durante o horário lectivo. As EPES concentradas na DP permitiriam, desde logo, a necessidade mais reduzida de polícias da EPES e de carros patrulha, visto que estão organizados em áreas de intervenção e agrupam áreas das ET.

A investigação desenvolvida, e consequente materialização do produto final, ficou marcada pela condicionante temporal, que não nos permitiu estudar o universo das 46DP e das 217ET existentes na PSP e que têm EPES. Os resultados da presente investigação têm como objecto de estudo oito DP no COMETLIS, caracterizadas genericamente por uma razoável afectação de meios humanos e materiais, média de idade dos polícias da PSP baixa e elevada densidade demográfica. Temos presente que a delimitação do objeto de estudo às DP do COMETLIS castra as conclusões para a dimensão nacional, no entanto, acreditamos que em áreas de intervenção da PSP com estas características, o modelo de organização das EPES concentrado é o mais produtivo.

Tendo em conta as diferenças existentes entre as áreas de intervenção da PSP, questionamo-nos se este modelo de organização das EPES será igualmente o mais

produtivo em territórios com características diferentes, questão que poderá ser trabalhada no futuro, com uma análise semelhante a esta mas abrangendo todo o território nacional.

Se assumirmos uma heterogeneidade dos territórios, quer em termos de recursos disponíveis, quer em termos de características geográficas e sociodemográficas, consideramos que o modelo de organização das EPES definido pelo Despacho 20 deverá ser de geometria variável, com base numa avaliação geral mas *design* específico, tendo em conta os instrumentos de gestão utilizados nesta investigação, para que as EPES possam trabalhar de forma mais eficaz. A questão de estarem concentradas na DP ou descentralizadas na ET não deverá ser imperativo regulamentar, mas antes uma opção de comando específica, que possa lograr maior eficácia comprovada. Apesar das conclusões da presente investigação apontarem para uma maior eficácia do modelo concentrado, é necessário ter em conta que elas se baseiam na análise de um território específico, com características que não podem ser extrapoladas, como referimos, para a generalidade do território nacional. É nesse sentido, e porque consideramos que a área de responsabilidade da PSP é heterogénea, que nos parece que a definição de um modelo de organização único para as EPES poderá não se conseguir adaptar às diferentes realidades de todas as DP e ET. Os resultados desta investigação não procuram impor um modelo de organização das EPES único em todo o território de implementação deste PP, mas, acima de tudo, demonstrar que existe outro modelo de organização, comprovadamente mais eficaz e que, se existirem condições, deve ser adotado.

A presente investigação utilizou apenas um tipo específico de indicadores, retirados dos instrumentos de gestão, participantes em Atividades Preventivas e ocorrências, criminais e não criminais, registadas. Poderia ser interessante olhar o mesmo problema de investigação de outras perspectivas e com outros indicadores.

Poderíamos ter tido em conta a satisfação dos clientes externos ou a satisfação dos polícias da PSP que trabalham nas EPES. Como referimos, a maioria das deslocações das EPES realizam-se através de meios motorizados, pelo que poderíamos ter equacionado não apenas o número de EE, mas o tempo de resposta e/ou tempo médio de deslocação. Em relação aos alunos poderíamos ter estudado o meio sócio-económico onde o EE se insere.

Por motivos temporais e pelos dados com que trabalhámos nesta investigação não foi possível, pelo que poderá ser uma possibilidade de aprofundamento numa investigação futura.

A análise em causa, ainda que sintética, foi realizada desde o início da retórica política até à assunção de um verdadeiro modelo e estratégia policial da PSP, e os resultados alcançados visam contribuir para o *corpus* de conhecimento que possa apoiar a tomada de decisão, nomeadamente ao nível da definição de um modelo de organização das EPES mais eficaz.

Através da análise dos programas de governo e de vários partidos políticos pretendeu-se evidenciar o claro desfasamento entre o discurso político e a realidade, face às prioridades estratégicas da PSP. Pelo discurso institucional, o MIPP surge como uma verdadeira prioridade, no entanto, por razões que se prendem com a falta de meios policiais e a ameaça terrorista, as prioridades têm sido as de reforçar as valências policiais de resposta reativa.

Poderíamos elencar vários fenómenos criminais onde o MIPP pode desempenhar um papel preponderante. A título de exemplo, o MIPP, a funcionar de forma integral, é o instrumento ideal para prevenir fenómenos de radicalização e uma forma de atacar o problema na sua génese. Apesar da luta contra o terrorismo focar-se mais na reatividade, temos presente que a estrutura de proximidade e a prevenção criminal poderão ser complementares, através de uma forte componente de recolha de informações.

Num período de alguma debilidade económica, que tende a agravar-se pelas circunstâncias mundiais, a gestão dos serviços públicos deverá pautar-se pelo rigor e exigência, para que o serviço prestado à população possa ser de qualidade.

A PSP, como um dos bastiões da segurança em Portugal, onde é alicerçado o direito à vida e à qualidade de vida, vai seguramente ser atingida pela crise económica e pela redução de recursos. Irá ser exigido aos seus dirigentes a produção de mais segurança com menos recursos, pelo que apenas uma gestão eficaz irá permitir garantir o desiderato para o qual a PSP foi criada.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. (1996). Discurso da cerimónia de abertura solene do ISCP SI, ano lectivo de 1995/1996. *Polícia Portuguesa*, 96, 6-15.
- Amado, J. (2005). Contextos e formas da violência escolar. *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, 299-325.
- Barreto, A. (2002). *Mudança Social em Portugal 1960 - 2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/UL.
- Bayley, D. (1988). Community Policing – A report from the devil's advocate. In J. Greene & S. Mastrofski (Eds.). *Community Policing: Rhetoric or Reality* (pp.126-237). New York: Praeger.
- Loubt del Bayle, J.L. (2013). Police est Proximité ou le paradoxe du police. *Les cahiers de la sécurité intérieure*, 26, 102-107.
- Bayley, D. (1998). *What Works in Policing*. New York: Oxford University Press.
- Bayley, D. (2006). *Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bento, A. (2015) *Um estudo qualitativo do policiamento escolar português: o Programa Escola Segura*. Lisboa: ISCTE.
- Bolle, P.H. (1998). A Polícia de Proximidade: noção, instituição, ação. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 8, 415-420.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa. Climepsi.
- Brandt, L., & Brandt, L. (2016). Delinquência Juvenil: Causas e Consequências. In *XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Obtido a 4 de outubro de 2018 de <https://online.unisc.br/acadnet/anaais/index.php/sidspp/article/view/15759/3662>
- Brodeur, J.-A. (1998). *How to recognize good policing*. Washington DC: Sage Publishers.
- Cardoso, L. (2012). *Práticas de Gestão de Recursos Humanos e Desempenho Organizacional*. Lisboa: ISPA.
- Campos, J., Alves, M., Sebastião, J., & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência: conceitos, políticas, quotidianos*. Lisboa: CIES-IUL.
- Carrilho, M. (2018). *O crime de violência doméstica e a proteção da vítima*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Carte, G. (1972). *August Vollmer: pioneer in police professionalism – Oral history transcript and related material, 1871-1972 - Volume I*. California: University of California.
- Carte, G. (1983). *August Vollmer: pioneer in police professionalism – Oral history transcript and related material, 1872-1983 - Volume II*. California: University of California.
- Carvalho, J. (2009). Intelligence-Led Policing e Zonas Urbanas Sensíveis. In P. Graça, *Estudos de Intelligence* (pp 117-132). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Universidade Técnica de Lisboa.
- Carvalho, M. J. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 49, 71-93.
- Carvalho, M.J. (2017), Género, Delinquência e Justiça Juvenil: Dinâmicas, Riscos e Desafios. In J. Pedroso, P. Branco, & P. Casaleiro (Eds.), *Justiça Juvenil: A Lei, Os Tribunais a (In)Visibilidades do Crime Feminino* (pp.91-126). Porto: Vida Económica Editora.
- Casaca, F. (2009). *A influência da Família, do Grupo de Pares e da Escola nos comportamentos desviantes*. Lisboa: ISPA.
- Castles, S. (2002). *Estudar as transformações sociais*. Lisboa: ISCTE/IUL.
- Clarke, R. (1997). *Situational crime prevention: Successful case studies*. New York: Harrow and Heston Publishers.

-
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Coelho, M. (05 de 08 de 2019). *O Demografia – Como combater o “General Inverno”?* . Obtido em 25 de 08 de 2019 de <https://www.publico.pt/2019/08/05/economia/opiniao/demografia-combater-general-inverno-1881819>
- CRP (2018). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa. Almedina.
- COMETLIS (2010). Ordem de Serviço n.º 140 de 23 de julho.
- Cook, I., & Whowell, M. (2011). Visibility and the policing of public space. *Geography Compass*, 5(8), 610-622.
- Cosme, J. (2006). *Polícia de Segurança Pública, das Origens à Actualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Costa, A. (1996). *Para a modernização da actividade policial*. Lisboa: MAI.
- Costa, J. (1999). *Práticas Delinquentes - De uma criminologia do anormal a uma antropologia da marginalidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cunha, C., Soares, M., Veríssimo, L., & Matos, R. (2015). Família, Pares e Delinquência Juvenil: Análise de diferentes percursos de reincidência. *Revista de Psicologia*, 24, 1-18.
- Curva, R. (1997). *Segurança nas escolas*. Lisboa: ISCPSI.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.
- Debarbieux, É. (2002). “Violência nas escolas”: Divergências sobre palavras e um desafio político. In É. Debarbieux, & C. Blaya (Orgs.), *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (pp.59-92). Brasília: Edições Unesco Brasil.
- Decreto Lei n.º 299/2009 (2009). Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República n.º 199, Série I*, 7708-7731.
- Decreto Lei n.º 243/2015 (2015). Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República n.º 243, Série I*, 9054-9086.
- Despacho Conjunto n.º 50/96 (1996) de 30 de setembro.
- Despacho Conjunto n.º 105-A/2005. (2005). Regulamento do Programa Escola Segura. *Diário da República n.º 23, 2ª série*, 1672 (2).
- Despacho n.º 25650/2006. (2006). Regulamento do Programa Escola Segura. *Diário da República n.º 242, II Série*, 29382-29283.
- Despacho n.º 12226/2006. (2006). Organização e funcionamento do Sistema Táxi Seguro (STS). *Diário da República n.º 113, 2ª série*, 8486.
- Despacho n.º 20/GDN/2009. (2009). Unidades territoriais da Polícia de Segurança Pública (PSP) Organização e competências. *Ordem de Serviço n.º 45, I Parte*.
- Despacho n.º 30/GDN/2012. (2012). Períodos de funcionamento e atendimento e RPT nos Comandos Territoriais da PSP. *Ordem de Serviço n.º 51-A, de 18 de novembro*.
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Direção Nacional da PSP (2007). *Balanço Social de 2006*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2009). *Balanço Social de 2008*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2011). *Balanço Social de 2010*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2011). *Plano de Atividades para 2012*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2012). *Relatório de Atividades para 2011*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2013a). *Balanço Social de 2012*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2013b). *Relatório de Atividades para 2012*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2014a). *Plano de Atividades para 2013*. Lisboa: PSP.

-
- Direção Nacional da PSP (2014b). *Relatório de Atividades para 2013*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2015a). *Balanço Social de 2014*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2015b). *Relatório de Atividades para 2014*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2016a). *Plano de Atividades para 2015*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2016b). *Relatório de Atividade para 2015*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2017a). *Balanço Social de 2016*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2017b). *Plano de Atividades para 2016*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2018a). *Balanço Social de 2017*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2018b). *Plano de Atividades para 2017*. Lisboa: PSP.
- Direção Nacional da PSP (2019). *Balanço Social de 2018*. Lisboa: PSP.
- Diretiva Estratégica n.º10/2006. (2006). Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. *CONFIDENCIAL*.
- Elias, L. (2007). Policiamento de Proximidade: Princípios e funcionamentos para a implementação de uma estratégia de prevenção criminal. In G. Silva, & M. Valente, *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp.465-535). Coimbra: Almedina.
- Elias, L. (2009). A (Nova) Governança da Segurança Numa Contemporaneidade Complexa. In M. Valente (Coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSP, em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp.752-758). Lisboa: Almedina.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna, Desafios e Prospectiva*. Lisboa: ISCPSP.
- EU (8 de 6 de 2001). Rede Europeia de prevenção da criminalidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, pp.L 153/1 - L 153/3.
- Farrington, D. (2002). Fatores de Risco para a Violência Juvenil. In E. Debarbieux, & C. Blaya, *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (pp.25-51). Brasília: UNESCO.
- Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero: Acabar Com a Criminalidade e a Violência Urbana*. Mem Martins: Editorial Inquérito
- Fernandes, L. F. (2006). A prevenção da criminalidade. In M. Valente (Coord.). *II Colóquio de Segurança Interna* (pp.69-117). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o Sentimento de Insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15(1), 167-181.
- Fernandes, L., & Valente, M. (2005). *Segurança Interna - Reflexões e Legislação*. Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e segurança interna*. Lisboa: ISCPSP
- Ferreira, C. (2001). *A Globalização de novos Modelos de Policiamento*. Lisboa: ISCPSP.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência Juvenil, Família e Escola. *Análise Social*, XXXII (143), 913-924.
- Figueiredo, P. (2016). *União europeia, Imigração e Ética*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fisher-Stewart, G. (2007). *Community Policing Explained: A Guide for Local Governments*. Washington: U.S. Department of Justice: Office of Community Oriented Policing Services.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Friedman, W. (1994). The community role in community policing. In D. P. Rosenbaum (Ed.), *The challenge of community policing, testing the promises* (pp.258-272). London: Sage Publications
- Fuentes, J. (2005). Los Medios de Comunicación y el Derecho Penal. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 7(16), 16:1-16:51.
- Gassin, R. (1994). *La Criminologie*. Paris: Dalloz.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.

-
- Gilling, D. (1997). *Crime prevention: Theory, policy and politics*. London: Routledge Taylor & Francis Group.
- Goldstein, H. (1990). *Problem Oriented Policing*. New York: University of Wisconsin – Madison.
- Gomes, P.V. (2001). Modelos de Policiamento. *Infância e Juventude*, 4, 35-51.
- Gomide, P. (1999). *A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes*. Brasil: Universidade Federal do Paraná.
- Gonçalves, T. (2016). *Contributo para a definição de um modelo de organização das EPES: Estudo de caso da 3ª Divisão Policial e da Divisão Policial de Oeiras do COMETLIS*. Lisboa: ISCPSI
- Guerra, L. (2007). *Criminalidade e Adaptação: Percepções e Estratégias dos Comerciantes da Cidade de Elvas*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Guerra, L. (2018). Cifras Negras, As Estatísticas Oficiais da Criminalidade - expectativas e realidade. *Criminologia*, 26-32.
- Gusmão, P. (1995). *Introdução ao estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense.
- Hall, R.H. (1984). *Organizações: estrutura e processos*. Rio de Janeiro: Prentice Hall.
- Hirschfield, J., & Gasper, J. (2011). The Relationship Between School Engagement Delinquency. Late Childhood and Early Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 40, 3--22.
- Homem, A. (2016). A Violência Doméstica: caracterização do fenómeno e respostas aptas à erradicação . In P. G. Guerra, & L. Gago (Coord.), *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp.20-69). Lisboa: CEJ.
- INE (2014). Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico 2011. *Destaque INE: Informação comunicação social*.
- INE (2015). *Estatísticas demográficas 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2017). *Estatísticas demográficas 2016*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Kelling, G., Pate, T., Dieckmen, D., & Brown, C. (1974). *The Kansas City Preventive Patrol Experiment: the Summary Report*. Washington DC: Police Foundation.
- Lei n.º 11/82. (82). Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações. *Diário da república*, n.º125/82, I Série, 1529-1531.
- Lei n.º 166/99. (1999). Lei Tutelar Educativa. *Diário da República n.º 215/1999, Série I-A*, 6320 - 6351.
- Lei n.º 30-B/2000. (2000). Grandes Opções do Plano para 2001. *Diário da República n.º 299, I Série A*, 7492(2)-7492(138).
- Lei n.º 3-A/2010. (2010). Grandes Opções de Plano 2010-2013. *Diário da República n.º 82, I Série*, 146(2)-146(65).
- Lei n.º 52-B/96. (1996). Grandes Opções do Plano para 1997. *Dirário da Reública n.º 299, I Série A*, 4684 (104)-4684(201).
- Lei n.º 52/2005. (2005). Grandes Opções de Plano para 2005-2009. *Diário da República n.º 167, I Série A*, 5186-5284.
- Lei n.º 52/2012. (2012). Reorganização administrativa de Lisboa. *Diário da República n.º 216/2012*, 6454 - 6460.
- Lei n.º 55-A/2004. (2004). Grandes Opções de Plano para 2005. *Diário da Republica n.º 204, 1º Suplemento, Série I-A*, 7412(2)-7412(160).
- Lei n.º 57/2007 de 31 de agosto. (2007). Lei Orgânica da PSP. *Diário da República n.º 168*, 6065 - 6074.
- Lei n.º 64-A/2011. (2011). Grandes Opções de Plano para 2012 - 2015. *Diário da República n.º 250*, 5538(02)-5538(48).
- Lei n.º 7-B/2016. (2016). Grandes Opções de Plano 2016 - 2019. *Diário da República n.º 63, 1ª Série*, 1110 (2) - 1110(67).
- Lei n.º 87-A/98. (1998). Grandes Opções do Plano para 1999. *Diário da República, n.º301. Série I, Parte A*, 7384(18)-7384(140).

-
- Lei n.º 96/2017. (2017). Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2017-2019. *Diário da República n.º 162/2017, Série I*, 4924 - 4928.
- Leitão, J. (1999). Causas da Proximidade Policial I. *Revista Polícia Portuguesa*, 119, 9-13.
- Leitão, J. (1999). Causas da Proximidade Policial II. *Revista Polícia Portuguesa*, 120, 3-10.
- Leitão, J. (2000). Causas da Proximidade Policial III. *Revista Polícia Portuguesa*, 121, 8-13.
- Leitão, J. (2000). Causas da Proximidade Policial IV. *Revista Polícia Portuguesa*, 122, 12-15.
- Leitão, J. (2000). Sentimentos de Insegurança. *Revista Polícia Portuguesa*, 125, 2-13.
- Lisboa, A. (2008). *A Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil?* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ISEG.
- Lisboa, M., Dias, A., & Santana, R. (2007). *Avaliação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade*. Lisboa: UNL/FCSH.
- Lopes, N. (2013). *Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*. Lisboa: ISCPSP.
- Lutz, W. S. (2004). *The End of World Population Growth in the 21st Century: New Challenges for Human Capital Formation & Sustainable Development*. Londres: Taylor & Francis.
- Mackey, D., & Levan, K. (2013). *Crime prevention*. Burlington: Jones & Bartlett Learning.
- Marcelino, V. (8 de novembro de 2017). *O orçamento para a PSP é mau de mais para ser verdade*. Obtido em 24 de agosto de 2019 de <https://www.dn.pt/portugal/interior/o-orcamento-para-a-psp-e-mau-de-mais-para-ser-verdade-8901579.html>.
- Marques, J. (1997). *Contributos para a filosofia de Policiamento*. Lisboa: ISCPSP.
- Martinez, J. (2006). *Bullying: el maltrato entre iguales. Agresores, víctimas y testigos en la escuela*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Matos, F. (2013). *A eficácia do MIPP na redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa*. Lisboa: ISCPSP.
- Matos, R. (2000). *Policiamento de Proximidade em Portugal: Representações sociais dos cidadãos acerca da ação policial no Concelho de Loures*. Lisboa: ISCPSP.
- McNeely, C., & Falci, C. (2004). School Connectedness and the Transition Into and Out of Health-Risk Behavior Among Adolescents: A Comparison of Social Belonging and Teacher Support. *Journal of School Health*, 74(7), 284-292.
- Mela, A. (1999). *Sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Molina, J. (2002). *Proceso de inadaptação social*. Madrid: Editorial Popular.
- Moore, M. (1992). Problem-solving and community policing. In M. Tonry, & N. Morris (Eds.), *Modern Policing, Crime and Justice: a review of research* (pp.99-158). Chicago: University of Chicago Press.
- NCPI (2001). *Understanding crime prevention*. Kentucky: National Crime Prevention Institute.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Neto, J. (2015). *Apresentação do plano estratégico de gestão da Divisão Policial para o triénio 2015-2018*. Oeiras: PSP.
- Neves, C. (17 de outubro de 2007). *Delinquência Juvenil Diminuiu no primeiro semestre de 2007*. Obtido em 26 de janeiro de 2018, de <https://www.dn.pt/arquivo/2007/interior/delinquencia-juvenil-diminui-no-primeiro-semester-de-2007-986940.html>
- Nunes, A. (2014). *Delinquência Juvenil, Família e internamento: as perceções de jovens a cumprir medida tutelar educativa em centros de educação*. Porto: FPCEUP
- Ochoa, A. (2016). *Desempenho do Programa Escola Segura em contexto urbano: obstáculos e oportunidades*. Lisboa: ISCPSP.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.

-
- Orilia, D., & Ouillon, H. (1964). *Adolescência: Crescimento, a formação da personalidade, a vocação profissional, a sexualidade, o senso moral, a influência do meio e da escola*. Lisboa: Clássica Editora.
- Pais, J.M. (1999). *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa dos Modos de Vida Juvenis*. Lisboa: Âmbar.
- Pais, J.M. (2012). *Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes*. Porto: Universidade Fernando Pessoa/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- PCM (2002). *Programa do XV Governo Constitucional 2002 - 2004*. Lisboa: PCM.
- PCM (2005). *Programa do XVII Governo constitucional 2005 - 2009*. Lisboa: PCM.
- PCM (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional 2009 - 2013*. Lisboa: PCM.
- PCM (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional 2011 - 2015*. Lisboa: PCM.
- PCM (2015). *Programa do XXI Governo Constitucional 2015 - 2019*. Lisboa: PCM.
- PCP (09 de 09 de 2009). *Programa Eleitoral do PCP: Programa de Rutura, Patriótico e de Esquerda*. Lisboa: Partido Comunista Português.
- PCP (2011). *Programa Eleitoral do PCP - Legislativas 2011 - Política Patriótica e de Esquerda: Soluções para um Portugal com Futuro*. Lisboa: Partido Comunista Português.
- PCP (2015). *Programa Eleitoral do PCP - Legislativas 2015 - Política Patriótica e de Esquerda: Soluções para um Portugal com Futuro*. Lisboa: Partido Comunista Português.
- Pedro, C. (2000). *A Polícia em Portugal: da dimensão política contemporânea da seguridade pública*. Lisboa: ISCPSI.
- Peel, R. (1829). *Durham Constabulary, Altogether Better Policing*. Obtido em 26 de agosto de 2019, de https://www.durham.police.uk/AboutUs/Documents/Peels_Principles_Of_Law_Enforcement.pdf
- Protocolo MAI/ME (1992). *Segurança nas Escolas*.
- PS (2011). *Programa Eleitoral do Partido Socialista para 2011/15 "Defender Portugal, Construir o Futuro"*. Lisboa: Partido Socialista.
- PS (2015). *Programa Eleitoral do PS - Eleições Legislativas 2015 - Alternativa de Confiança*. Lisboa: Partido Socialista.
- PSD (2009). *Compromisso de Verdade - Programa Eleitoral do PSD para as Legislativas 2009*. Lisboa: Partido Social Democrata.
- PSD (2011). *Recuperar a Credibilidade e Devolver a Portugal - Programa Eleitoral do PSD para as Legislativas 2011*. Lisboa: Partido Social Democrata.
- PSD & CDS-PP (2015). *Agora Portugal Pede Mais - Programa Eleitoral PSD CDS*. Lisboa: PSD.
- Reis, F. (2010) *Como elaborar uma tese de mestrado*. Lisboa: Pacor.
- Resolução da Assembleia da República n.º 20/90 (1990). Aprova, para ratificação, a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque a 26 de Janeiro de 1990. *Diário da República n.º 211/1990, 1º Suplemento, Série I*, pp.3738-(2) a 3738-(20).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/99. (1999). Criação do projecto INOVAR. *Diário da República n.º 32, Série I-B*, pp.702-703.
- Rhodes, A., & Reiss, A. (1969). Apathy, Truancy and Delinquency: the adaptations to school failure. *Social Forces*, 48,12-22.
- Rotman, E. (1998). O conceito de prevenção do crime. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 8, 319-372.
- Salgado, V. (2016). *Programa Escola Segura: da notoriedade e do impacto das atividades preventivas nos jovens*. Lisboa: ISCPSI.
- Santos, B. (2011). *Delinquência Juvenil: A percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência*. Lisboa: ISCPSI.

-
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sebastião, J., Campos, J., Alves, M., & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência: conceitos, políticas, quotidianos*. Lisboa: Centro de Investigação de Estudos de Sociologia.
- Silva, M. (2008). *Programa Escola Segura: Desafios e Oportunidades para a Melhoria do Relacionamento Polícia-Comunidade Escolar*. Lisboa: ISCPSI.
- Sistema de Segurança Interna (2007). *Relatório Anual de Segurança Interna 2006*. Lisboa: MAI
- Sistema de Segurança Interna (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna 2007*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna 2008*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*. Lisboa: MAI
- Sistema de Segurança Interna (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*. Lisboa: MAI
- Sistema de Segurança Interna (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*. Lisboa: MAI
- Sistema de Segurança Interna (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Lisboa: MAI.
- Sistema de Segurança Interna (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*. Lisboa: MAI.
- Sprinthall, N., & Collins, W. A. (2008). *Psicologia da adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Skolnick, J., & Fyfe, J. (1993). *Above the Law - police and the excessive use of force*. Nova Iorque: The Free Press.
- Skolnick, J., Bayley, D. (2006). *Policamento Comunitário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Soares, V. (2002). O Programa Escola Segura: Um Estudo na Cidade do Porto. In António Fraga, *Forças de Segurança e Investigação Científica – Um Espaço de Reflexão*, (pp. 287-337). Lisboa: MAI.
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Teixeira, M. (2000). *Representações Sociais da Delinquência Juvenil*. Lisboa: ISCPSI.
- Teixeira, N. (2002). *Contributos Para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Teixeira, N., Lourenço, N. & Piçarra, N. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de organização do Sistema de Segurança Interna, Relatório Preliminar*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais. Obtido em 12 de outubro de 2018 de http://reformassi.mai-gov.info/wp-content/uploads/2007/03/estudo_preliminar.pdf
- Torres, J. (2012). *Segurança "Just In Time": abandonar de vez o paradigma da mão-de.obra intensiva*. *Politeia*, ANO VIII 235-247.
- Torres, J. (2014). *Não temos de ser alemães*. Lisboa: Matéria-prima.
- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1998). *Community policing : how to get started*. Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- UE (2001). Decisão do Conselho da União Europeia 2001/427/JAI. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, pp.L.153/1-L.153/3.
- Yin, R.K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

-
- Velez, M. (2010). *Indisciplina e Violência na Escola: Factores de Risco*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Waddington, P.A.J., & Wright, M. (2008). Police use of force, firearms and riot-control. In T. Newburn (Org.), *Handbook of Policing* (pp.465-496). Cullompton. Wilan.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade*. Editora Universidade de Brasília; São Paulo.
- Weiner, I. (1995). *Perturbações Psicológicas na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.
- Wickersham, G. (1931). *Report on the Enforcement on the Prohibition Law of the United States*. National Comission on Law Observance and Enforcement. Washington DC: Departament of Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formas de Organização das EPES	4
Figura 2: Troca de influências nos EUA, antes do Modelo	10
Figura 3: Organização das ET	51
Figura 4: Dimensões a serem relacionadas nesta investigação	56
Figura 5: Área de responsabilidade do COMETLIS, dividido por DP	58
Figura 6: Área de Responsabilidade da 1DP, dividida	59
Figura 7: Divisão da 1DP por AI	60
Figura 8: Área de Responsabilidade da 3DP, dividida por ET e Freguesias	65
Figura 9: Divisão da 3DP por AI	67
Figura 10: Área de Responsabilidade da 4DP, dividida por ET	71
Figura 11: Área de responsabilidade da DPO, por ET e freguesias	76
Figura 12: Área de responsabilidade da DPC, por ET e freguesias	81
Figura 13: Área de responsabilidade da DPS, por ET	85
Figura 14: Área de responsabilidade da DP, por ET	90
Figura 15: Área de responsabilidade da DPL, por ET	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do fenómeno da Delinquência Juvenil em Portugal	43
Gráfico 2: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos	62
Gráfico 3: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos ...	62
Gráfico 4: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 1DP, nos cinco anos letivos	63
Gráfico 5: Ocorrências registadas pelas EPES da 1DP, nos cinco anos letivos	64
Gráfico 6: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 3DP, nos cinco anos letivos	68
Gráfico 7: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 3DP, nos cinco anos lectivo...	69
Gráfico 8: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 3DP, nos cinco anos letivos	69
Gráfico 9: Ocorrências registadas pelas EPES da 3DP, nos cinco anos letivos	70
Gráfico 10: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da 3DP, nos cinco anos letivos.....	70
Gráfico 11: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da 4DP nos cinco anos letivos	73
Gráfico 12: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da 1DP, nos cinco anos letivos .	74
Gráfico 13: Ocorrências, criminais e não criminais, registadas pelas EPES da 4DP, nos cinco anos letivos	74
Gráfico 14: Ocorrências registadas pelas EPES da 4DP, nos cinco anos letivos	75
Gráfico 15: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da 4DP, nos cinco anos letivos.....	75
Gráfico 16: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPO, nos cinco anos letivos	78
Gráfico 17: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPO, nos cinco anos letivos	79
Gráfico 18: Ocorrências registadas pelas EPES da DPO, nos cinco anos letivos.....	79
Gráfico 19: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPO, nos cinco anos letivos ...	80
Gráfico 20: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da DPO, nos cinco anos letivos.....	80
Gráfico 21: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPC, nos cinco anos letivos.....	83
Gráfico 22: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPO, nos cinco anos letivos	83
Gráfico 23: Ocorrências registadas pelas EPES da DPC, nos cinco anos letivos	84
Gráfico 24: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPC, nos cinco anos letivos ...	84
Gráfico 25: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPS, nos 5 anos letivos.....	88
Gráfico 26: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPS, nos cinco anos letivos .	88
Gráfico 27: Ocorrências registadas pelas EPES da DPS, nos cinco anos letivos	89
Gráfico 28: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPS, nos cinco anos letivos	89
Gráfico 29: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPA, nos cinco anos letivos	92
Gráfico 30: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPA, nos cinco anos letivos	93
Gráfico 31: Ocorrências registadas pelas EPES da DPA, nos cinco anos letivos.....	93
Gráfico 32: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPA, nos cinco anos letivos ...	94
Gráfico 33: Detidos, por tipo de ocorrências, das EPES da DPA nos cinco anos letivos.....	94
Gráfico 34: Participantes em Atividades Preventivas das EPES da DPL, nos cinco anos letivos	97

Gráfico 35: Participantes, por tipo de Atividades Preventivas das EPES da DPL, nos cinco anos letivos	98
Gráfico 36: Ocorrências registradas pelas EPES da DPL, nos cinco anos letivos	98
Gráfico 37: Tipo de ocorrências, criminais e não criminais, das EPES da DPL, nos cinco anos letivos ...	99
Gráfico 38: Detidos, por tipo de ocorrências das EPES da DPL, nos cinco anos letivos	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: EE, por ciclo e ET, na 1DP, no ano letivo 2017/18	59
Tabela 2: Alunos, por ciclo e ET, na 1DP, no ano letivo 2017/18	60
Tabela 3: AI das EPES da 1DP	61
Tabela 4: Alunos e EE, divididos por AI, da 1DP, no ano letivo 2017/18	61
Tabela 5: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 1DP, no ano letivo 2017/18	61
Tabela 6: EE, por ciclo e ET, na 3DP, no ano letivo 2017/18	65
Tabela 7: Alunos, por ciclo e ET, na 3DP, no ano letivo 2017/18	66
Tabela 8: AI das EPES da 3DP	67
Tabela 9: Alunos e EE, divididos por AI, da 3DP	67
Tabela 10: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 3DP, no ano letivo 2017/18	68
Tabela 11: EE, por ciclo e ET, na 4DP, no ano letivo 2017/18	72
Tabela 12: Alunos, por ciclo e ET, na 4DP, no ano letivo 2017/18	72
Tabela 13: Recursos Humanos e Materiais das EPES da 4DP, no ano letivo 2017/18	73
Tabela 14: EE, por ciclo e ET, na DPO, no ano letivo 2017/18	77
Tabela 15: Alunos, por ciclo e ET, na DPO, no ano letivo 2017/18	77
Tabela 16: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPO, no ano letivo 2017/18	77
Tabela 17: EE, por ciclo e ET, na DPC, no ano letivo 2017/18	81
Tabela 18: Alunos, por ciclo e ET, na DPC, no ano letivo 2017/18	82
Tabela 19: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPO, no ano letivo 2017/18	82
Tabela 20: EE, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18	86
Tabela 21: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18	86
Tabela 22: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPS, no ano letivo 2017/18	87
Tabela 23: EE, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18	91
Tabela 24: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18	91
Tabela 25: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPS, no ano letivo 2017/18	92
Tabela 26: EE, por ciclo e ET, na DPL, no ano letivo 2017/18	96
Tabela 27: Alunos, por ciclo e ET, na DPS, no ano letivo 2017/18	96
Tabela 28: Recursos Humanos e Materiais das EPES da DPL, no Ano Letivo 2017/18	96
Tabela 29: Características da área das DP	101
Tabela 30: CE e EPES das DP, nos cinco anos letivos	101
Tabela 31: Participação em Atividades Preventivas, por polícia das EPES	102
Tabela 32: Ocorrências registadas pelas EPES, nos cinco anos letivos	103
Tabela 33: Ocorrências de Proatividade Policial das EPES, nos cinco anos letivos	104
Tabela 34: N.º de detidos por polícia das EPES, nos cinco anos letivos	105
Tabela 35: Resumo das diferentes variáveis	106
Tabela 36: Características da área das EPES, por modelo de organização	106

Tabela 37: EE, Alunos e EPES, por modelo de organização.....	107
Tabela 38: Participação em Atividades Preventivas, por polícia das EPES e modelo de organização, nos cinco anos letivos	108
Tabela 39: Ocorrências registradas pelas EPES, por modelo de organização, nos cinco anos letivos	108
Tabela 40: Ocorrências de Proatividade Policial das EPES, nos cinco anos letivos	109
Tabela 41: N.º de Detidos por polícia das EPES, por modelo de organização	109
Tabela 42: Resumo das diferentes variáveis.....	111